



FÁTIMA DO ROSÁRIO CORDEIRO

**A Aplicação dos Mecanismos de Resolução Bancária no  
Direito Moçambicano. Uma Abordagem à Luz do Direito  
Português.**

Dissertação com vista à obtenção do grau  
de Mestre em Direito e Mercados  
Financeiros.

Orientador:

Doutor Lúcio Tomé Feteira, Professor da Faculdade de Direito

Universidade Nova de Lisboa

junho, 2018



## **DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ANTIPLÁGIO**

Declaro por minha honra que a presente dissertação, intitulada, “A aplicação dos mecanismos de resolução bancária no direito moçambicano. Uma abordagem à luz do direito português” é resultado da investigação por mim realizada no âmbito do Mestrado em Direito e Mercados Financeiros e as citações estão devidamente referenciadas, nos termos do artigo 23.º do Regulamento do n.º 362/2016 publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 68 – 7 de abril de 2016.

## **DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS CARACTERES**

Declaro que o corpo da presente dissertação, incluindo espaços e notas de rodapé, ocupa um total de 199 265 caracteres, estando, desta forma, dentro dos limites consagrados no artigo 34.º, do Diário da República, 2.ª Série – n.º 68, de 7 de abril de 2016.

## ADVERTÊNCIAS

- i. A presente dissertação encontra-se redigida de conformidade com o acordo ortográfico da língua Portuguesa, assinado em Lisboa a 16 de dezembro de 1990, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 26/91 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 43/91 de 23 de agosto, respetivamente, devendo seguir as regras de estilo para teses e dissertações e outros trabalhos escritos apresentados à Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL).
- ii. O tipo de letra a usar no trabalho será “*Times New Roman*”, tamanho 13 para o corpo, bem como, para os títulos, com um espaçamento de 1,5, com exclusão da capa e da folha de rosto. Na epígrafe será usado o “Batanga,” tamanho 12.
- iii. As citações serão feitas em notas de rodapé, sendo o tipo de letra a usar “*Times New Roman*,” tamanho 11, com um espaçamento de 1,15. Relativamente as citações em língua estrangeira, dependendo da sua relevância, o original será transcrito nas notas de rodapé e ao longo do corpo do texto em língua portuguesa, sendo estas, traduções, assumidas como uma tradução livre (da autoria da estudante).
- iv. A arrumação do índice obedecerá à regra usada pelos países de língua inglesa, devendo estar no início da dissertação.
- v. Já, a bibliografia indicada no fim da dissertação segue a ordem alfabética ascendente.
- vi. A apresentação da bibliografia e respetivas notas, obedecerá às normas bibliográficas ISO 690:2010, à luz da norma Portuguesa NP 405, que define regras para a normalização das referências bibliográficas de todos os tipos de documentos, na área de informação e documentação.
- vii. Para as monografias e revistas a citação irá obedecer a seguinte estrutura: o nome do(s) autor(es), seguido do título da obra em itálico, edição, local e ano publicação.
- viii. As decisões dos tribunais são citadas da seguinte forma: tribunal, número de processo, identificação do relator, local, ano e indicação do sítio na Internet em que se encontram disponíveis.

- ix. Iremos, no fim, incluir legislação de Moçambique enquanto material de suporte em anexo, no máximo de 25 páginas nos termos do n.º 4, do artigo 34.º, do Regulamento n.º 362/2016, de 07 de abril.

## EPÍGRAFE

*“As the United States is aggressively reforming our regulatory system, we’re going to be working to ensure that the rest of the world does the same.”*

**Barack Obama**

*(Reuters/Larry Downing, September 14, 2009)*

## DEDICATÓRIA

Aos meus filhos,  
José António e Maira Sophie.

À minha mãe,  
Inácia Mendes.

*In memoriam,*  
À António da Silva Gomes Cordeiro,  
(meu amado pai).



## AGRADECIMENTOS

A distância e ausência dos que nos são queridos tendem, de forma indubitável, a conduzir-nos por um dos dois caminhos: o da desistência ou o fortalecimento do nosso carácter e desejo de continuar. Esta permanente luta e desejo de seguir contra todas as adversidades só foi possível pela grandeza do amor de Deus que tudo pode e fortalece.

A realização desta dissertação de mestrado contou com imprescindíveis apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado realidade e aos quais vai o meu eterno agradecimento. Desde já, cumpre-me agradecer, ao meu orientador Professor Doutor Lúcio Tomé Feteira pelo desafio aceite, total apoio, incentivo, opiniões, críticas ao longo da realização deste trabalho e confiança depositada.

Iguais agradecimentos são extensivos aos coordenadores do Mestrado em Direito e Mercados Financeiros, Margarida Lima Rego, Fernando Bação e Jorge Bravo. Um mestrado desafiante e inovador. Estendo a minha gratidão aos Professores da Nova *Information Management School* (Nova-IMS) e, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL), pelo elevado nível de exigência e desafios impostos aos mestrandos. Sem eles, não seria possível a consolidação de conhecimentos em áreas dos mercados, instrumentos e intermediários financeiros.

Aos funcionários dos serviços académicos, apoio ao ensino, biblioteca e informática, senhores(as); Manuela Guerreiro, Patrícia Luz, Patrícia Nascimento, João Cabral, Marisa Lopes, Fernanda Xavier, Laura Neto, Maria Rosa Simões, Carlos Artur, Jorge Costa, Marco e outros não menos importantes, o meu eterno e especial apreço, pelo profissionalismo, amizade e acima de tudo pelo carinho.

Aos amigos António Pegado, Sebastião Jaquete, Isabel Pereira, José Vaz Rosa, Joaquim Alfredo, Eusébio Tchebete, Anabela Brizido, Apolinário Quinta e outros, pela iluminação, duras críticas, encorajamento e apoio incondicional. Em especial, ao Honório Massuanganhe.

Aos “eufóricos,” meus eternos colegas da licenciatura, Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – Turma de 96/97, em especial; Célia Buque, José Felix Mambule, Bela Raquel, Filomena Mendes, Carolina Balate, Alfiado Pascoal, Mário Xavier, Kátia Santos, António Wade, Sandra Tembe, Ilda Tembe, Adérito Malhope, Jeremias Manjate. Com paciência e amor, souberam afastar as dores da distância e estar presentes nas longas noites de inverno, desafiando as diferenças horárias.

À Paula Calado, Carlos Mariano, Rita Pegado e à avozinha pelo acolhimento em Lisboa e pelo sentido de família.

Ao Bispo João Carlos, Padre Hilário Evirie e Joana Matsombe, pela amizade e suporte.

Por último, consciente dos desafios e que sozinha nada disto teria sido possível, em especial agradeço a minha mãe, mulher de lutas, que desconhece a palavra medo e fraqueza, meus irmãos, Vinda, Carla, Suzana, Celestino, Victor e Orlanda e aos meus filhos, por terem tornado esta caminhada mais leve com a vossa presença e amor de toda a vida.

## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

Art.º - Artigo  
At. al. – E outros  
BCE – Banco Central Europeu  
BdP – Banco de Portugal  
BES – Banco Espírito Santo  
BM – Banco de Moçambique  
BPN – Banco Português de Negócios  
BPP – Banco Privado Português  
Ed. – Edição  
*Et alli* – E outro  
Etc. – *Et Cetera*  
EU – União Europeia  
FDUNL – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa  
FGD – Fundo de Garantia de Depósitos  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GBM – Governador do Banco de Moçambique  
*Ib.* – Mesma obra, mesmo autor  
IC – Instituições de Crédito  
ICSF – Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras  
Idem. – O mesmo  
LICSF – Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras  
LO – Lei Orgânica  
MUR – Mecanismo Único de Resolução  
NOVA IMS – Nova Information Management School  
O.S. – Ordem de Serviço  
P. – Página  
PP. – Páginas  
PSI – *Policy Support Instrument*  
RBS – *Risk Based Supervision*  
RGICSF – Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras  
RUE – Regulamento da União Europeia  
Seg. – Seguinte (s)  
SF – Sociedades Financeiras  
TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia  
TUE – Tratado da União Europeia  
UEM – Universidade Eduardo Mondlane  
USAID – *United States Agency for International Development*  
Vol. – Volume

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ANTIPLÁGIO .....	i
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS CARACTERES .....	ii
ADVERTÊNCIAS .....	iii
EPÍGRAFE.....	v
DEDICATÓRIA .....	vi
AGRADECIMENTOS.....	vii
ÍNDICE .....	x
RESUMO .....	xii
INTRODUÇÃO .....	1
Capítulo I.....	7
O SISTEMA FINANCEIRO.....	7
1. Definição do sistema financeiro.....	8
1.1. Importância do sistema financeiro .....	12
2. O sistema financeiro moçambicano .....	14
2.1. Características do sistema financeiro em Moçambique .....	15
2.2. Composição do sistema financeiro moçambicano .....	18
3. Autoridades de supervisão do sistema financeiro em Moçambique .....	21
3.1. O Banco de Moçambique.....	21
3.2. O Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.....	26
4. As instituições de crédito e sociedades financeiras em Moçambique.....	28
Capítulo II .....	34
O QUADRO DE RESOLUÇÃO BANCÁRIA.....	34
1. O papel da crise financeira no surgimento da resolução bancária.....	35
2. Análise das medidas de resolução.....	38
2.1. Importância das medidas de resolução.....	38
2.2. A Aplicação das medidas de resolução .....	41
2.3. Finalidade das medidas de resolução .....	43
2.4. Espécies de medidas de resolução.....	44
2.5. Efeitos das medidas de resolução.....	45
2.6. Limites na aplicação das medidas de resolução .....	46
Capítulo III .....	48
OS MECANISMOS DE RESOLUÇÃO BANCÁRIA .....	48
À LUZ DO DIREITO PORTUGUÊS .....	48
1. Os mecanismos de resolução bancária à luz do direito português .....	49

1.1. Conceito de resolução bancária.....	49
2. Finalidade das medidas de resolução no sistema português.....	51
3. Recurso às medidas de resolução bancária.....	54
4. Especificação das medidas de resolução do sistema jurídico-financeiro português.....	56
4.1. A alienação da atividade .....	57
4.2. O banco de transição .....	57
4.3. A separação ou segregação de ativos .....	58
4.4. A recapitalização interna ( <i>bain in</i> ) .....	59
5. O Fundo de Resolução bancária.....	59
6. O Fundo de Garantia de depósitos .....	60
Capítulo IV .....	62
OS MECANISMOS DE RESOLUÇÃO BANCÁRIA .....	62
À LUZ DO DIREITO MOÇAMBICANO.....	62
2. Surgimento das medidas de resolução no sistema jurídico moçambicano.....	63
3. O plano de contingências enquanto principal instrumento de recuperação das instituições de crédito no sistema jurídico moçambicano .....	66
4. Medidas de resolução bancária no sistema jurídico Moçambicano .....	68
4.1. Objetivo das medidas de resolução .....	68
5. Especificação das medidas de resolução no sistema jurídico-financeiro moçambicano .....	69
6. Aplicação das medidas de resolução no sistema jurídico moçambicano .....	71
7. Finalidade das medidas de resolução no sistema moçambicano .....	73
8. Reflexão sobre os fins que as medidas de resolução visam alcançar .....	75
Capítulo V .....	78
O <i>BAIL IN</i> .....	78
1. Conceito de <i>bail in</i> .....	79
2. Impacto do <i>bail in</i> .....	83
3. Vantagens e desvantagens da aplicação do <i>Bail In</i> .....	85
CONCLUSÃO .....	87
BIBLIOGRAFIA.....	90
Legislação: .....	95
i. De Moçambique .....	95
ii. De Portugal.....	96
iii. Jurisprudência .....	97
iv. Diretiva da União Europeia.....	97
Internet .....	97
ANEXOS.....	xiv

## RESUMO

A aplicação dos mecanismos de resolução bancária no direito moçambicano constitui, desde logo, o tema escolhido para a dissertação de mestrado em Direito e Mercados Financeiros.

Analisar e compreender a temática referente às medidas de resolução, torna imprescindível a perceção dos poderes e competências da entidade de resolução, no caso concreto, do Banco de Moçambique, com especial relevância às medidas de resolução constantes do Aviso n.º 2/GBM/2013, de 29 de abril, do Governador do Banco de Moçambique.

As medidas de resolução enquanto principal objeto de estudo e análise, suscitaram a necessidade de se perceber a sua finalidade, conceito e aplicação, ou seja, a concretização da sua função, sendo esta análise feita no âmbito do direito moçambicano, numa abordagem à luz do direito português.

Apesar da República Portuguesa fazer parte da União Europeia e estar sujeita às regras do Banco Central Europeu, bem como do Mecanismo Único de Resolução Bancária, Portugal continua a influenciar as opções normativas, neste país africano, em razão dos laços históricos e traços linguísticos e pelo facto do sistema financeiro em Moçambique ser maioritariamente constituído por capitais portugueses.

Devido à importância de uma das medidas de recapitalização interna, designada por *bail in*, tomou-se a decisão de refletir, de forma autónoma e especial, esta medida desde a sua finalidade, e o impacto que a mesma tem no sistema bancário, bem como as vantagens e desvantagens da sua aplicação.

Olhando para o caso moçambicano, reconhece-se que as medidas de resolução vigentes têm sido adaptadas às necessidades atuais e às recomendações internacionais, com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro e a proteção dos depositantes e contribuintes.

**Palavras-chave:** medidas de resolução bancária; instituições financeiras; bancos; *bail in*; crise financeira; risco sistémico e proteção dos depositantes.

## ABSTRACT

The application of bank resolution mechanisms in Mozambican law is the focus of the study chosen for the dissertation on Law and Financial Markets.

Analyzing and understanding the issue of resolution measures makes it essential to understand the powers and competences of the resolution entity, in this case, the Bank of Mozambique, with particular relevance to its historical evolution.

It is also important to consider its purpose, concept and application, concretely, the practical fulfilment of its role under Mozambican Law, also regarding the Portuguese legal frame.

As known, the Portuguese Republic is a member of the European Union and compelled to the guidelines and rules of the European Central Bank, including the Single Banking Resolution Mechanism.

Due to the close ties between those country's, Portugal has a deep impact when it comes to make political options related to the Mozambique's financial market. Several reasons have to be considered such as, history, common language and, most important, the considerable amount of Portuguese shares capital in Mozambique's financial market.

Considering the importance of one concrete recapitalisation measure – the bail in – it seems important to think over its purpose, impact and the advantages and disadvantages of its application.

A closer look to Mozambique's reality may conclude that the adopted resolution measures have taken into account the current needs, and the international recommendations, with the aim to grant financial system stability and the protection of depositor and taxpayers.

**Keywords:** bank resolution measures; financial institution; banks; bail in; financial crisis; systemic risk and depositors protection.





## INTRODUÇÃO

A crise financeira internacional, iniciada em 2007, com impacto na Europa e no resto do mundo, em 2008, desvendou várias fragilidades no sistema financeiro<sup>1</sup> mais concretamente no sector bancário, tendo, entre outras consequências, levado à insolvência de bancos com importância sistémica, como a *Lehman Brothers*, cujo impacto se fez sentir de imediato na Europa e demais continentes, com efeito avassalador para a economia.

Com a crise, e enquanto resultado das consequências daí resultantes, evidenciou-se não só, uma necessidade na adoção de novas medidas de regulação do sistema financeiro, bem como, no aperfeiçoamento dos modelos de supervisão a nível macroprudencial<sup>2</sup> e microprudencial.<sup>3</sup>

A este respeito, dispõe o artigo 139.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF)<sup>4</sup> “[t]endo em vista a salvaguarda da solidez financeira da instituição de crédito, dos interesses dos depositantes ou da estabilidade do sistema financeiro” obrigando à adoção de mecanismos de resolução, pela entidade competente, com vista à manutenção da estabilidade do

---

<sup>1</sup> “A crise veio revelar e chamar atenção para deficiências estruturais, organizativas e normativas do sector financeiro” Vide, SARAIVA, Rute. *Direito dos Mercados Financeiros*. 2ª Edição, Lisboa-AAFDL, 2015, p. 69

<sup>2</sup> “No plano macroprudencial, a crise enfatizou a necessidade de efetuar avaliações regulares das fontes de risco sistémico e de fazer acompanhar estas avaliações, sempre que necessário, por políticas – preventivas ou corretivas - tempestivas e apropriadas”: Vide, BANCO DE PORTUGAL. *A Supervisão enquanto Mecanismo de Promoção e Salvaguarda da Estabilidade Financeira*. Fevereiro de 2013, p. 9

<sup>3</sup> “No plano microprudencial, revelou-se indispensável que a supervisão conhecesse melhor a estrutura das instituições e a respetiva atividade numa base prospetiva, concentrando-se nos principais fatores de risco para a estabilidade financeira e apoiando-se nos mecanismos internos e externos de controlo do risco e de auditoria das instituições supervisionadas, bem como no acompanhamento da atuação dos gestores e dos acionistas qualificados das instituições. Ao mesmo tempo, procurou-se promover uma maior transparência da atividade e dos riscos incorridos, a fim de permitir uma mais eficaz disciplina de mercado”, *Ibid.*, p. 9.

<sup>4</sup> O RGICSF foi aprovado pelo Decreto-Lei, n.º 298/92, de 31 de dezembro, tendo a última alteração sido introduzida pelo Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro e 20/2016, de 20 de abril.

sistema financeiro e da confiança, destes, em caso de ocorrência de um evento, sistémico ou não.

Visando acautelar o impacto das crises financeiras na banca foram iniciadas discussões, a nível internacional, que tinham como intuito, concretizar a materialização desta obrigatoriedade de consagração (legal) dos mecanismos de recuperação e resolução das instituições de crédito pelos reguladores do sistema financeiro. Estes mecanismos, tinham como principal objetivo minimizar os riscos e danos em caso de ocorrência de novas crises no sistema financeiro.

De entre os vários mecanismos existentes a adoção do *bail in*, enquanto um mecanismo de resolução bancária, constitui uma medida de recapitalização interna da instituição de crédito (IC) e, tem sido vista por parte de vários sistemas financeiros como aquele que garante uma maior proteção do depositante. O objeto do presente estudo circunscreve-se, assim, aos mecanismos de resolução bancária com especial enfoque no *bail in* como mecanismo de recapitalização interna. O que, por sua vez, será feito à luz do ordenamento jurídico português sem descurar a realidade moçambicana conforme será explicado nesta sede.

Consabido do *bail in* não existir no direito moçambicano julga-se pertinente a sua apreciação por ser considerado, a nível internacional, um mecanismo célere e eficaz. Com tal análise tem-se como intuito demonstrar a sua mais valia para eventual adoção futura pelo ordenamento jurídico moçambicano.

Nestes termos e, apesar do sistema financeiro moçambicano ser considerado robusto e resiliente,<sup>5</sup> o país não esteve alheio a estas preocupações e obrigações de cariz internacional referentes à adoção de medidas de resolução bancária. Assim, em 2011, foi recomendado ao Banco de Moçambique (BM), na qualidade de banco central com competências de regulamentação e supervisão do sistema financeiro, a inclusão das referidas medidas, no âmbito do programa da assistência técnica, do

---

<sup>5</sup> Segundo, a KPMG/AMB. *Pesquisa sobre o Sector Bancário – Banking Survey*, 2016, p. 2. Disponível em: <http://www.amb.co.mz/index.php/estudos-e-publicacoes/pesquisa-do-sector-bancario/67--25/file>

Fundo Monetário Internacional (FMI), feitas durante a quarta missão de avaliação do *The Policy Support Instrument* (PSI).<sup>6</sup>

Apesar da sua importância e urgência, nem a Lei n.º 1/99, de 3 de janeiro – Lei Orgânica do Banco de Moçambique (LO), nem a Lei n.º 15/99, de 1 de novembro – Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (LICSF) em Moçambique, atualizada pela Lei n.º 9/2004, de 21 de julho, sofreram alterações por forma a consagrar expressamente competências ao banco central para efetuar a resolução de bancos, e, nem existem, compulsadas as respetivas leis, nenhuns mecanismos de resolução bancária.

Para contornar este vazio legal foram contemplados no Aviso n.º 2/GBM/2013, de 29 de abril, do BM, que aprova o Plano de Contingências, os mecanismos de resolução bancária. Todavia, este normativo revela-se bastante incipiente face às exigências atuais, o que vem reforçar o objeto do presente estudo, conforme já suprarreferido, devendo ainda acrescentar-se a forte influência do direito português no direito moçambicano.

Esta faz-se sentir, por um lado, nos laços existentes entre estes dois países pelo que, a legislação moçambicana absorve as influências legislativas e doutrinárias portuguesas, todavia, devidamente adaptadas à sua realidade.

E, por outro lado, no facto dos bancos considerados sistémicos em Moçambique serem maioritariamente detidos por capitais portugueses e sul-africanos o que, por sua vez, faz aumentar o risco de eventuais crises sistémicas em caso de ocorrência de situações de incumprimento.

Por sua vez, Portugal ao fazer parte da União Europeia (UE) e o direito europeu prever, nos termos do Regulamentos (UE) N.º 1024/2013, do Conselho

---

<sup>6</sup> FMI. Relatório do FMI n.º 12/148. (P). *Moçambique: Quarta Avaliação ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e Pedido de Modificação de Critérios de Avaliação — Relatório do Corpo Técnico, Análise da Sustentabilidade da Dívida, Anexo Informativo, Comunicado de Imprensa sobre a Discussão no Conselho de Administração e Pronunciamento do Administrador do FMI para Moçambique. International Monetary Fund - Publication Services-Washington.* p. 15

Disponível em: <https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2012/cr12148p.pdf>

de 15 de outubro (MUR),<sup>7</sup> e do Regulamento (UE) N.º 468/2014, do BCE de 16 de abril,<sup>8</sup> mecanismos e atribuições específicas neste âmbito, estes fazem-se repercutir na legislação portuguesa e, conseqüentemente, na legislação moçambicana pelos motivos já referidos.

Em face do exposto, cumpre aferir das lacunas existentes aquando da aplicação dos mecanismos consagrados no artigo 17.º, do Aviso n.º 2/GBM/2013, do BM, no direito moçambicano, cuja melhoria importa considerar.

Pelo que, a abordagem deve, em nosso entendimento, ser feita à luz das medidas constantes no artigo 145.º-E e seguintes do RGICSF. Tal permite um melhor conhecimento da aplicação dos mecanismos de resolução bancária no direito português e, ainda, o apontar de novas perspetivas para a legislação moçambicana. Neste contexto, e considerando os preceitos suprarreferidos, várias questões suscitaram o nosso interesse por estarem conexas com o objeto do nosso estudo:

- a) O Aviso n.º 2/GBM/2013, de 29 de abril, do BM que aprova o Plano de Contingências, salvaguarda os interesses dos depositantes em caso de ocorrência de um evento sistémico ou não?
- b) Existem no direito moçambicano verdadeiros mecanismos de resolução bancária?
- c) Em caso negativo, quais os aspetos a ter em conta nos mecanismos de resolução bancária portuguesa com interesse para o direito moçambicano?
- d) E, na eventualidade, destes mecanismos não existirem cumpre questionar pelas motivações subjacentes à não adoção do *bail in*, no sistema bancário moçambicano?

---

<sup>7</sup> Que cria um Mecanismo Único de Resolução Bancária, de adoção obrigatória para os Estados-Membros e confere ao Banco Central Europeu (BCE) atribuições específicas no que diz respeito às políticas relativas à supervisão prudencial das instituições de crédito, nos Estados-Membros.

<sup>8</sup> “*Que estabelece o quadro de cooperação, no âmbito do Mecanismo Único de Supervisão, entre o Banco Central e as autoridades nacionais competentes e com as autoridades nacionais designadas (Regulamento-Quadro do MUS), (BCE/201)*”

No intuito de responder a estas questões optou-se por uma abordagem metodológica analítica e descritiva do RGICSF e do Aviso n.º 2/GBM/2013, de 29 de abril, do BM.

Por sua vez, justifica-se a escolha deste tema por várias ordens de razões: Primeiro, pela atualidade e primordial importância dos mecanismos de resolução bancária enquanto garantes da estabilidade financeira. Segundo, em virtude do enorme vazio jurídico e doutrinário existente nesta temática colocam-se desafios junto ao Departamento de Supervisão Prudencial em Moçambique ao qual não podemos ficar alheios. E por último, considerando a recente intervenção do BM no Moza Banco,<sup>9</sup> ou seja, o quarto maior banco no sistema financeiro moçambicano, ao abrigo do Aviso n.º 2/GBM/2013 com o objetivo de salvaguardar os interesses dos depositantes e credores. Aviso esse que constitui, por sua vez, a única referencia legal sobre os mecanismos de resolução.

No que diz respeito à estruturação deste trabalho o mesmo encontra-se dividido da seguinte forma:

Introdução, seguida de cinco capítulos e notas conclusivas, sendo o primeiro, sobre o sistema financeiro.

O segundo capítulo, tem como objeto o papel da crise financeira internacional no surgimento do quadro da resolução bancária, a sua importância, aplicação, finalidade, espécies, efeitos e limites.

O terceiro capítulo, incide sobre os mecanismos de resolução bancária à luz do direito português, dando especial ênfase à especificação das medidas de resolução adotadas neste sistema.

O quarto capítulo aborda os mecanismos de resolução bancária no direito moçambicano.

---

<sup>9</sup> De acordo com, Vide, DELOITTE. *Mozambique Economic Update Resilience on the path to improvement*. November, 2017. p. 9.

Disponível em:  
[https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/africa/DeloitteZA\\_Mozambique\\_Economic\\_Update\\_November\\_2017.pdf](https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/africa/DeloitteZA_Mozambique_Economic_Update_November_2017.pdf)

O quinto capítulo, versa sobre a medida de recapitalização interna, concretamente, o *bail in*, no qual se aborda o conceito, impacto e as vantagens desta medida.

Por último, apresentamos as nossas principais notas conclusivas.

**Capítulo I**  
**O SISTEMA FINANCEIRO**

## **1. Definição do sistema financeiro**

Como podemos constatar, não existe uma definição precisa, única ou padronizada do que seja o sistema financeiro ao nível da doutrina internacional, portuguesa ou moçambicana.

Segundo a definição apresentada por de Haan *et alii*,<sup>10</sup> “O sistema financeiro consiste em todos os intermediários financeiros e mercado financeiro, e suas relações com relação ao fluxo de fundos de e para famílias, governos, empresas e estrangeiros, bem como a infraestrutura financeira.”<sup>11</sup>

Já na opinião de Peter Howells, a noção de sistema financeiro deve ser bastante restrita dando-se primazia ao conjunto de mercados, indivíduos e instituições que negociam nesses mercados e aos órgãos de supervisão responsáveis pela sua regulamentação.<sup>12</sup>

Como podemos constatar Howells inclui na sua definição os órgãos de supervisão responsáveis pela regulação enquanto parte importante e indissociável do sistema financeiro.

Na mesma ótica de Howells, John Armour avança que só poderemos entender o que é verdadeiramente o sistema financeiro e as suas respetivas funções, se percebermos em primeiro lugar o objeto da sua regulamentação. Para John Armour, tal constitui, o sistema financeiro.<sup>13</sup>

Passando para uma abordagem do conceito à luz da doutrina portuguesa, entendemos que a mesma não é igualmente unânime na sua definição.

Menezes Cordeiro, define o sistema financeiro enquanto “o conjunto

---

<sup>10</sup> Na sua obra, *Financial Markets and Institutions*, de Hann, analisa o sistema financeiro mundial, examinam e explicam os mercados financeiros, infraestruturas financeira, instituições financeiras e os desafios no domínio da supervisão financeira e da política de concorrência, através da combinação da teoria, dados empíricos e a política. Vide, HANN, Jakobs; et. alii. *Financial Markets and institutions: A european perspective*. Third Edition. Cambridge University Press, 2015.

<sup>11</sup> *Ibid*, p. 3.

<sup>12</sup> HOWELLS, Peter. BAIN, Keith. *Financial Markets and Institutions*. 3rd. Ed. London, 2000, p. 1

<sup>13</sup> De acordo com, ARMOUR, Jonh; et. al. *Principles of financial regulation*. Law Working Paper, n.º 277/2014, ECGI, 2014, p. 28



ordenado das entidades especializadas no tratamento do dinheiro, enquanto (...) um conjunto ordenado dos bancos ou entidades similares e das instâncias que, sobre eles, exerçam um controlo.”<sup>14</sup>

Este autor, diferentemente dos autores estrangeiros e a grande maioria em Portugal, têm a sua definição assente na questão numerária – o dinheiro, posição que em nosso entender é rebatida por Carlos Costa Pina, ao afirmar que “tendemos a atribuir uma maior extensão à noção, distinguindo entre a vertente da produção – de acentuada dimensão institucional e, e a dos bens transacionados e respetivas operações.”<sup>15</sup>

Outra crítica à definição de Menezes Cordeiro, por nós avançada, incide no facto de este restringir o conceito de sistema financeiro ao sector bancário. Importa a este respeito elucidar que o sistema financeiro compreende, para além do sector bancário, o sector segurador e o sector dos valores mobiliários.

Revemo-nos assim nos argumentos avançados por Carlos Costa Pina segundo o qual; o sistema financeiro extravasa a utilização ou movimentação de dinheiro, como acontece na atividade seguradora e de intermediação financeira.<sup>16</sup>

John Armour, adota semelhante posição ao defender que atualmente, o sistema financeiro faz muito mais do que simplesmente manter o fluxo de capital em torno da economia.<sup>17</sup>

Assim, Carlos Costa Pina, define o sistema financeiro como aquele que “compreende o conjunto ordenado de princípios e regras relativos à organização e funcionamento das instituições e dos mercados financeiros, aos ativos que nós mesmos transacionados (...), e às operações que tendo estes por objeto, naqueles têm lugar.”<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> Sendo que, “*Emblematicamente, o tratamento do dinheiro, no sentido amplo, é feito pelo banqueiro*” vide, CORDEIRO, António Menezes. *Manual de Direito Bancário*. 6.ª edição – Revista e atualizada, com a colaboração de A. Barreto Menezes Cordeiro. Almedina, 2016, p. 89.

<sup>15</sup> PINA, Carlos Costa, *Instituições e Mercados Financeiros*. Almedina. Janeiro de 2005, p. 21

<sup>16</sup> *Ibid*, p. 20

<sup>17</sup> ARMOUR, 2014, p. 22

<sup>18</sup> PINA, p. 20

De acordo com Canotilho e Vital Moreira,<sup>19</sup> o sistema financeiro pode ser definido de duas formas: a primeira, objetiva onde se ressalta a disciplina inerente à atividade financeira, isto é, o conjunto das normas, institutos e mecanismos jurídicos que superintendem as atividades financeiras. A segunda, subjetiva, onde se encontram mencionadas as entidades financeiras, como por exemplo, os bancos e outras instituições financeiras que exercem ou intervêm de forma direta na atividade financeira.

Importa referir que para Teixeira dos Santos o sistema financeiro é a denominação dada ao conjunto de instituições financeiras<sup>20</sup> e instrumentos financeiros, que visam obter recursos económicos de um determinado país, de forma a possibilitar a canalização de poupanças dos credores para os devedores.

Estas instituições que compõem o sistema financeiro são o intermediário principal, num circuito que visa a transformação de ativos financeiros, emitidos por investidores, em ativos financeiros indiretos.

A este respeito, Teixeira dos Santos define “*O sistema financeiro [enquanto] um dos pilares do desenvolvimento económico das sociedades: por um lado, as empresas optam por determinados projetos de investimento e formas de assegurar o respetivo financiamento e, por outro, os consumidores tomam decisões sobre a afetação do seu rendimento disponível entre poupança e consumo.*”<sup>21</sup>

Concomitantemente, a Constituição da República Portuguesa (CRP), não apresenta uma definição do sistema financeiro.

No entanto, faz-lhe alusão quando refere no artigo 101.º da CRP que : “O sistema financeiro é estruturado por lei, de modo a garantir a formação, a captação e a segurança das poupanças, bem como a aplicação dos meios financeiros

---

<sup>19</sup> MOREIRA, Vital Martins; CANOTILHO, José Joaquim Gomes, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra Editora, 2007, p. 1080.

<sup>20</sup> “*As instituições financeiras desempenham um papel determinante ao assegurarem o funcionamento dos sistemas de pagamentos e liquidação, permitindo ainda o desenvolvimento de uma variedade de produtos financeiros que facilitam as transações.*” SANTOS, Fernando Teixeira dos. *O sistema financeiro e a globalização. A regulação do sistema financeiro*. Conferência no ISEG. 2002, p. 2. Disponível em: [http://www.fep.up.pt/docentes/ftsantos/interven%C3%A7%C3%B5es/Confer%C3%A2ncia\\_IDEF\\_ISEG\\_Jun02.pdf](http://www.fep.up.pt/docentes/ftsantos/interven%C3%A7%C3%B5es/Confer%C3%A2ncia_IDEF_ISEG_Jun02.pdf)

<sup>21</sup> SANTOS; Fernando Teixeira dos, p. 2.

necessários ao desenvolvimento económico e social,”<sup>22</sup> o que também sucede com a Constituição da República de Moçambique (CRM), como veremos ao analisar a temática à luz da doutrina moçambicana.

Compulsada a quase inexistente doutrina em Moçambique, segundo Adriano Maleiane a designação sistema financeiro é usada muito particularmente “quando se pretende referir às instituições, o que não é totalmente errado. Na verdade, sistema sugere a ideia do conjunto de que as instituições são partes integrantes.”<sup>23</sup>

Adriano Maleiane, dito por outras palavras, decide colocar o enfoque do sistema financeiro na Instituições, sem, entretanto, especificar quais são. Importa notar que nele também operam entes que não são institucionais.

Como podemos verificar do debate doutrinário anteriormente avançado, quando se fala em sistema financeiro, emergem dois conceitos: o do sistema financeiro formal e material.

O sistema financeiro formal destaca a ideia de ser através da intervenção legislativa que o Estado desenha a organização que pretende imprimir ao sistema em cada momento, no uso das competências reguladoras que lhe são próprias.<sup>24</sup>

Já o sistema financeiro material traduz uma perspetiva mais abrangente que agrega e traduz os elementos de natureza económica e sociais relacionadas com o conceito de sistema financeiro também determinados por lei.

Esta intervenção legislativa justifica-se, por um lado, pela regulação estadual que define o que deve ser entendido por sistema financeiro, ou seja, quais os elementos que devem estar contidos nessa noção. Por outro lado, a intervenção legislativa consagra ao sistema financeiro uma dimensão jurídico-científica, sendo o objeto de um conjunto de regras jurídicas especificamente destinadas a este.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> Nos termos do disposto no artigo 101.º da CRP

<sup>23</sup> MALEIANE, Adriano. *Banca e Finanças: O Essencial sobre o Sistema Financeiro*. Indico Editores. Maputo, 2014, p. 25

<sup>24</sup> FERREIRA, António Pedro (Coord.), *Legislação do Sistema Financeiro de Moçambique*, Vida Económica: Lisboa, 2013, p.16.

<sup>25</sup> CORDEIRO, António Menezes, *Manual de Direito Bancário*, 4ª Ed., Almedina: Coimbra, 2010, p.83 *cit in* FERREIRA, António Pedro (Coord.), *Legislação do Sistema Financeiro de Moçambique*, Vida Económica: Lisboa, 2013, p.16.

Resulta, assim, das definições avançadas pelos diferentes autores, que os sistemas financeiros influenciam os países no desenvolvimento das suas estruturas organizativas empresariais, permitindo a criação e a inovação, nas mais variadas vertentes, existindo evidências que o nível de desenvolvimento financeiro é um bom indicador das taxas de crescimento económico, acumulação de capitais e mudanças tecnológicas.<sup>26</sup>

Em suma, o sistema financeiro é sinónimo de um conjunto complexo de instituições financeiras que captam poupanças, como forma de investimento para os mercados financeiros, o que é protagonizado através da compra e venda de produtos financeiros,<sup>27</sup> cuja real eficiência está na capacidade de minimizar os custos que envolvem todo o processo de intermediação financeira.

### **1.1. Importância do sistema financeiro**

Para Levine Ross “as fricções de mercado motivam o surgimento de mercados financeiros e intermediários”<sup>28</sup> o que permite através da cobertura, diversificação e “pooling de risco”<sup>29</sup> alocar recursos, monitorizar economias e assegurar a troca de bens e serviços.

O sistema financeiro tem, assim, um papel de extrema importância quando se fala no desenvolvimento económico, uma vez que a interação entre as várias

---

<sup>26</sup> Segundo, LEVINE, Ross. *Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda*. Journal of Economic Literature. Vol. XXXV – University of Virginia. June 1997, p. 689.

<sup>27</sup> “O propósito do sistema financeiro é o de canalizar fundos dos agentes com excedentes para os agentes com défices. Os sistemas Financeiros canalizam, assim, as poupanças das famílias para o setor produtivo e alocam fundos de investimento entre empresas. No entanto, a noção de que o sistema financeiro apenas canaliza os recursos entre famílias e empresas é uma simplificação. Não se pode ignorar a importância dos governos no funcionamento do sistema financeiro. Os governos têm em seu poder uma grande quantidade de fundos que são muito importantes principalmente em épocas de receção ou para financiar grandes infraestruturas.” BARBOSA, Luís Carlos. *Sistema financeiro e crescimento económico – estimação do impacto das finanças no crescimento dos países da União Europeia*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Contabilidade e Finanças. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Instituto Politécnico do Porto. Porto, 2015, p. 8. Disponível on-line, em: [http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7759/1/DM\\_LuisBarbosa\\_2015.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7759/1/DM_LuisBarbosa_2015.pdf)

<sup>28</sup> LEVINE, p. 691.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 691

entidades envolvidas na atividade económica acarreta custos de informação ou de transação devido às próprias características dos mercados, que longe de serem perfeitos, condicionam os níveis de crescimento económico e de bem-estar.

Apesar das imperfeições dos mercados, em decorrência da sua exposição aos riscos financeiros e não financeiros, para de Abreu; *at.al.*, o sistema financeiro deve, ainda assim, ser percebido como aquele que desempenha um papel de relevo para a economia, salvaguardando os níveis de crescimento económico e de bem estar.<sup>30</sup>

Resulta da importância atribuída ao sistema financeiro o entendimento avançado por António Ferreira; *et.al.*, segundo o qual cabe às economias de mercado a necessidade de resguardo e salvaguarda dos níveis de solidez e de competitividade destes, a nível nacional e internacional.<sup>31</sup>

Refere, de Haan *et alii*, *prima facie*, o sistema financeiro propicia a partilha de informação mais equilibrada entre mutuários e credores, evitando desta forma e enquanto resultado do fenómeno da informação assimétrica a ocorrência de falhas de mercado.<sup>32</sup>

Este modo de atuação, segundo o supramencionado autor, minimiza a ocorrência de perturbações no mercado, incertezas e crises, permitindo desta forma que o sistema financeiro desempenhe o papel estabilizador na transação para a economia,<sup>33</sup> com todos os desafios que o mesmo enfrenta em resultado das vulnerabilidades que lhe são inerentes.

Em suma, para de Haan; *et alii* a existência de intermediários financeiros enquanto um dos principais atores do sistema financeiro vai permitir controlar e diminuir os problemas que podem surgir devido aos custos de informação e transação.

Para John Armour apesar do sistema financeiro desempenhar as suas funções de forma não estática e dinâmica, este, está, sujeito a uma evolução quase contínua,

---

<sup>30</sup> ABREU, Margarida; *et. al.* Economia Monetária e Financeira. 2ª Edição. Escolar Editora, 2012, p. 3

<sup>31</sup> FERREIRA, António Pedro (Coord.); *et. al.*, p. 13

<sup>32</sup> Segundo, HAAN, Jakob de; *et. alii.*, p. 9

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 12

existindo por consequência um elevado risco e falhas nestes mercados,<sup>34</sup> posição que entendemos ser a mais acertada, que no entanto, contraria a defendida por de Haan; *et alii*.

É assim indispensável para de Abreu; *et. all.*, que os estados acompanhem este dinamismo dos sistemas financeiros com uma regulação e supervisão que não condicione o grau de inovação deste sistema, permitindo o funcionamento eficiente dos mercados.<sup>35</sup>

Caberá desta forma ao próprio sistema financeiro encontrar ferramentas eficazes de disponibilização de informação, de liquidez e de transformação do risco<sup>36</sup> que constitui “a essência da sua atividade financeira, tornando-se compreensível que ele tente encontrar formas especializadas de o gerir, minimizando as adversidades,”<sup>37</sup> não sendo Moçambique exceção.

## **2. O sistema financeiro moçambicano**

O sistema financeiro moçambicano, é entendido nos termos do artigo 126.º da CRM como aquele que “é organizado de forma a garantir a formação, a capacitação e a segurança das poupanças, bem como a aplicação dos meios financeiros necessários ao desenvolvimento económico e social do país.”<sup>38</sup>

Com esta definição a CRM dá o mote para a estrutura e para a tipologia do seu sistema financeiro apontando a necessidade da existência de várias instituições que levem a cabo as funções de formação, captação e supervisão.

---

<sup>34</sup> Conforme, ARMOUR, Jonh; *et. al.* 2016., p. 44

<sup>35</sup> “O funcionamento eficiente do sistema financeiro exige que exista confiança por parte dos agentes nas instituições e nos mercados financeiros. Muitas das crises financeiras verificadas ao longo dos séculos tiveram na sua génese problemas de confiança no sistema.” Conforme refere, ABREU, Margarida; *et. al.*, p. 27

<sup>36</sup> FERREIRA, António Pedro (Coord.); *et. al.*, p. 18

<sup>37</sup> FERREIRA, António Pedro (Coord.); *et. al.*, p. 19

<sup>38</sup> O artigo 126.º da Constituição da República de Moçambique (CRM), não apresenta nenhuma definição de sistema financeiro.

## 2.1. Características do sistema financeiro em Moçambique

O sistema financeiro moçambicano é composto por três pilares, sendo o primeiro respeitante ao sector bancário, maioritariamente dominado por bancos portugueses e sul-africanos;<sup>39</sup> segundo, o sector de valores mobiliários e terceiro o sector segurador.

Como podemos constatar, este sistema “estabelece uma separação entre a atividade seguradora e as demais atividades financeiras, sempre reconhecendo que o direito dos seguros deve continuar a ser objeto de um tratamento dogmático automatizado.”<sup>40</sup>

Relativamente ao sistema bancário, quando comparado com o sistema segurador e o de valores mobiliário é, no caso moçambicano, o mais importante, pela natureza das operações que gere, não apenas, enquanto um sistema que coloca a sua guarda fundos de terceiros, por meio dos depósitos bancários, mas pelo facto [dos] bancos em Moçambique, representarem as instituições de crédito por excelência e possuírem maior peso em termos financeiros, de todo o sistema.<sup>41</sup>

Como resultado, a estabilidade deste sistema depende do funcionamento eficaz e eficiente dos bancos comerciais, enquanto principais operadores, em Moçambique.

Outro fator a ter em conta, centra-se no facto do sistema bancário ter em vista acautelar essencialmente o risco de crédito, tendo em atenção que corresponde a este sector a atividade de receber do público e manter à sua guarda depósitos ou outros fundos reembolsáveis e, quando o regime jurídico da respetiva espécie expressamente o permita, os aplicar por conta própria mediante a concessão de crédito.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> “A Banca comercial é caracterizada por possuir uma estrutura acionista maioritariamente estrangeira, sendo que a portuguesa e sul-africana são as mais predominantes.” Vide, p. xvi, KPMG Auditores e Consultores, SA: SPEED-USAID. *Estudo Sobre o Custo de Financiamento em Moçambique – Impacto no Desenvolvimento Empresarial*. Dezembro de 2014. <http://www.speed-program.com/wp-content/uploads/2014/12/2014-SPEED-Report-030-Custo-do-Financiamento-em-Mocambique-PT.pdf>

<sup>40</sup> GHIURCO, Raluca Tabita – *As Instituições de Supervisão Financeira em Moçambique*, p. 241

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 245

<sup>42</sup> Conforme disposto no n.º 1, do artigo 2.º da LICSF

Outras operações bem mais complexas foram se desenvolvendo e ganhando forma nos últimos tempos transformando de forma radical o sistema financeiro<sup>43</sup> e aumentando a “*preocupação com a solidez do sistema financeiro [criando] desde sempre um incentivo à forte regulamentação da atividade dos intermediários financeiro, em geral, e dos bancos, em particular. A forte presença de problemas de informação assimétrica, seja de risco moral ou de seleção adversa, justificou também essa regulação*”<sup>44</sup> e, com as crises financeiras.

De acordo com de Abreu; *et. al.*, a crise financeira deve ser percebida como uma “perturbação forte, num ou em vários mercados financeiros, que se caracteriza por uma importante diminuição do valor dos ativos, e que acarreta frequentemente a falência de numerosas empresas financeiras e não financeiras.”<sup>45</sup>

Note-se que, apesar da preponderância do sistema bancário em relação ao sector segurador, cuja atividade versa essencialmente a assunção do risco, e em relação ao sector mobiliário, voltado a intervenção nos mercados primário, secundário e outros, atualmente é indubitável a ligação existente entre estes três sectores, conforme provado, pela história das diversas crises financeiras, muito particularmente da crise financeira de 2008, cuja origem teve lugar no sector mobiliário, entretanto, com efeito demolidor e consequências catastróficas para os depositantes e investidores em geral.

De salientar que no caso moçambicano, o sector bancário mostra-se extremamente concentrado,<sup>46</sup> e manifestamente lucrativo, tendo em atenção os níveis de desempenho positivos que o mesmo possui<sup>47</sup> sendo que, a maior instituição financeira possui 40% dos ativos totais da banca e que durante muitos anos os 85% dos ativos e passivos, era possuído por apenas cinco instituições.

---

<sup>43</sup> ABREU, Margarida; *et. al.*, p. 295

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 340

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 309

<sup>46</sup> Com uma “*Concentração bancária de depósitos e créditos – os cinco maiores Bancos, concentram 85% do crédito bancário. Esta concentração é elevada podendo ser percebida como existindo uma posição oligopolista*”, Vide, KPMG (2014), p. 29.

<sup>47</sup> “*A atividade bancária avaliada pelo ativo total agregado registou um crescimento de 24% em finais de 2014, uma taxa próxima do dobro da taxa de crescimento registada no período homólogo do ano anterior.*” Vide, BANCO DE MOÇAMBIQUE. *Relatório Anual do Banco de Moçambique de 2014*, p. 120.



A agravar tal facto, o sector bancário em Moçambique possui uma estrutura de capitais, maioritariamente estrangeira, que representam 71,11 por cento dos capitais totais do sector bancário,<sup>48</sup> o que torna a banca moçambicana sensível ao risco sistémico que possa advir, em detrimento do incumprimento da parte da empresa-mãe,<sup>49</sup> ou em resultado de uma crise com origem em Moçambique.

Importa ressaltar, entretanto, em respeito aos mecanismos de resolução bancária, que a conjuntura internacional atual recomenda a adoção de políticas céleres e eficazes que contribuam no fortalecimento da confiança no sistema bancário, e que minimizem o risco de perdas e de incertezas decorrente das crises financeiras.<sup>50</sup>

Esta necessidade surge, segundo John Armour, entre outras razões anteriormente avançadas, pelo facto do sistema financeiro ser dinâmico e estar desta forma sujeito as mudanças contínuas como resultado das necessidades envolventes do comércio global e das ofertas inovadoras de tecnologia.<sup>51</sup>

Podemos, desta forma, aferir que a aplicação das medidas de resolução extravasa a aplicação de normas de cariz meramente prudenciais, como seja as medidas extraordinárias de saneamento e de administração provisória, e isto porque o risco constituir um evento incerto, apesar de provável, o que obriga a uma atuação permanente das instituições de supervisão com vista ao afastamento da ocorrência de tais factos.

---

<sup>48</sup> Vide, Relatório da KPMG, 2014, p. 29.

<sup>49</sup> Enquanto pessoa coletiva que se encontra em relação de domínio, e que detém participações maioritárias de outra pessoa coletiva (Filiais), conforme dispõe a alínea h), do n.º 1, do artigo 2, da LICSF.

<sup>50</sup> XAVIER, Pedro Lobo – Das Medidas de Resolução de Instituições de Crédito em Portugal – Análise do Regime dos Bancos de Transição. Revista de Concorrência e Regulação. N.º 18. abril/junho 2014. PP 147-201, p. 154

<sup>51</sup> Tradução livre: “*The financial system is also dynamic system, subject to continual change as a result of the evolving needs of global commerce and the innovative offerings of technology.*” ARMOUR, Jonh; et. al. *Principles of Financial Regulation*. Oxford-University Press, 2016, p. 649

## **2.2. Composição do sistema financeiro moçambicano**

Atentos aos vários elementos avançados na definição de sistema financeiro de Haan *et alii*, como seja a existência de intermediários financeiros no mercado financeiro e suas relações com o fluxo de fundos de e para as famílias, governos, empresas e estrangeiros, bem como a infraestrutura financeira.<sup>52</sup>

O sistema financeiro deve ser visto enquanto um pilar do desenvolvimento económico das sociedades em razão da sua importância, composição e fundos que possui a sua guarda.<sup>53</sup>

Para de Abreu; *et.al.*, o sistema financeiro “é composto por cinco elementos principais que desempenham um papel fundamental nas nossas economias: a moeda, os instrumentos financeiros, os mercados financeiros, as instituições financeiras e as autoridades de supervisão bancos centrais e outros reguladores).”<sup>54</sup>

A composição do sistema financeiro nos moldes avançados por de Abreu; *et. al.*, é de alguma forma consentâneo na doutrina, indo igualmente ao encontro à formalização das características constantes na CRM e enunciadas no artigo 126º, relativamente ao sistema financeiro.

Destes elementos, o Metical (MT)<sup>55</sup> constitui “a unidade monetária nacional”<sup>56</sup> desde 16 de junho de 1980 e esteve sujeita a uma única alteração, em 2005, conhecida por “a nova família do Metical.”<sup>57</sup>

---

<sup>52</sup> Vide, HAAN, Jakob de.; *et.alii.*, p. 3.

<sup>53</sup> SANTOS, Fernando. p. 2.

<sup>54</sup> ABREU, Margarida. *et. al.*, p. 3

<sup>55</sup> Relativamente ao Metical, importa referir que, decorrente de choques exógenos “O *défice de divisas observado no mercado cambial doméstico, resultou, até final de outubro, numa depreciação acumulada nominal do Metical da ordem dos, 63,2% face ao Dólar dos EUA, e 39,9% face ao cabaz das cinco moedas mais significativas no comércio externo de Moçambique, e numa depreciação efetiva real de 30,8%, o que teve implicações notáveis na procura agregada. Aliás, não só o crescimento do PIB desacelerou em 2016, ao passar de 6,6% em 2015 para 3,8%, nível mais baixo dos últimos 16 anos, como também o valor das importações reduziu em 36,4%, o que culminou numa melhoria do *défice em conta corrente da ordem dos 42,3%,*” Segundo Relatório anual do Banco de Moçambique de 2016 – situação macroeconómica, p. 4*

<sup>56</sup> Nos termos do n.º 1, do artigo 1, da Lei n.º 2/80, de 16 de junho, que Cria a unidade nacional designada METICAL.

<sup>57</sup> Lei n.º 7/2005, de 20 de dezembro, que cria a Taxa de Conversão do Metical em circulação para o Metical da nova família.

Relativamente aos instrumentos financeiros,<sup>58</sup> compulsada a legislação em Moçambique, nem a LICSF, nem o Código do Mercado de Valores Mobiliários, define o que sejam instrumentos financeiros.

No que concerne às instituições financeiras, mais concretamente aos bancos, encontramos, segundo X. Freitas e J. Rochet, *in apud*, John Armour,<sup>59</sup> três funções fundamentais para o seu funcionamento à saber:

- i. A transformação de liquidez;
- ii. A transformação de maturidade, e,
- iii. A transformação de crédito.

As funções acima são específicas dos bancos comerciais e requerem a devida autorização pelo banco central.

Defende Martin Nier, que,

*“Bancos e outras instituições financeiras que desempenham um papel especial na economia de um país, realizando serviços financeiros fundamentais para o funcionamento da economia, como a provisão de crédito, o processamento de pagamentos e provisão de serviços de infraestrutura financeira mais amplamente. Eles também desempenham um papel importante no mecanismo de transmissão da política monetária.”*<sup>60</sup>

John Armour, evidencia que ao estudar as instituições financeiras, isto é, os bancos, devemos ter em atenção que ao lado destas, existem os mercados financeiros que permitem que os poupadores e mutuários se conectem diretamente

---

<sup>58</sup> “Os instrumentos financeiros dizem respeito a um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.” Os empréstimos, ações e obrigações são os exemplos mais comuns de instrumentos financeiros, Segundo a COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA, *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27 – Instrumentos Financeiros*, Diário da República, 2.ª série — N.º 173 — 7 de setembro de 2009, p.5.

<sup>59</sup> Vide, X. Freitas and J.c. Rochet. *Microeconomics of Banking*, 2nd ed. (Cambridge, MA: MIT Press, 2008).: *apud*. ARMOUR, Jonh; *et. al.*, 2014, p. 277

<sup>60</sup> Vide, NIER, Martin. *The Need For Special Resolution Regimes for Financial Institutions – The Case of the European Union*, 2012, p. 397.

entre si. Segundo o autor, existe um grande número desses mercados, sendo os mais importantes os de ações, títulos, mercados, derivativos e moedas.<sup>61</sup>

Para de Abreu; *et.al.*, os mercados financeiros permitem à entidade que se encontra em situação excedentária a disponibilização de fundos a uma entidade que se encontra numa situação deficitária.<sup>62</sup>

Em Moçambique, o Ministério que superintende a área do plano e finanças, possui competências de superintendência do mercado monetário, financeiro e cambial.

Sempre que se registre alguma perturbação nos mercados financeiros, caberá ao referido Ministério<sup>63</sup> enquanto autoridade financeira do país a coordenação na preparação de legislação específica para a deliberação do Governo e submissão à Assembleia da República.<sup>64</sup>

Dada a sua relevância, especificidade, particularidade e importância, a regulação de matérias ligadas à supervisão, quer das instituições de crédito e sociedades financeiras, bem como, do mercado de valores mobiliários, quer das empresas de seguro e fundo de pensões, compete às autoridades de supervisão – BM- e ao Instituto de Supervisão de Seguro de Moçambique, respetivamente.

Relativamente ao mercado de capitais de Moçambique, este foi criado em 1977, enquanto Comissão Instaladora da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM).<sup>65</sup> Atualmente a BVM é regulada pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, aprovado, respetivamente, pelo Decreto n.º 45/07, de 30 de outubro, e pelo Decreto-lei n.º 4/2009, de 24 de julho, bem como, pelo Regulamento Interno da Bolsa de Valores de Moçambique. Esta situação é distinta da portuguesa cuja supervisão e regulação é assegurada pela CMVM.

---

<sup>61</sup> Segundo, ARMOUR, Jonh; *et. al.* 2014, p.28

<sup>62</sup> ABREU, Margarida. *et. al.*, p. 8

<sup>63</sup> O Banco central lida diretamente com o governo, servindo de banco dos restantes bancos. Para poderem enfrentar tempos de crise, os bancos comerciais depositam parte das suas reservas no banco central, enquanto credor de último recurso, conforme dispõe o número 1, do artigo 1.º, da lei n.º 15/99, de 1 de novembro, LICSF.

<sup>64</sup> MALEIANE, Adriano. p. 45

<sup>65</sup> Tendo sido, aprovado pelo Conselho de Ministros, os Decretos n.º 48/98 e 49/98, ambos de 22 de setembro, nomeadamente, o Regulamento do Mercado de Valores Mobiliários e a Criação da Bolsa de Valores de Moçambique e constituição do seu Regulamento.

### 3. Autoridades de supervisão do sistema financeiro em Moçambique

#### 3.1. O Banco de Moçambique

Segundo Ross Cranston, o banco central constitui o coração de todo o sistema bancário, devendo o mesmo ser percebido como o banco dos bancos e o banco do governo.<sup>66</sup>

Como veremos a seguir, o surgimento do BM, enquanto banco central é anterior à independência do país, não o é, entretanto, enquanto entidade de supervisão e regulação.

Assim, enquanto o Banco Nacional Ultramarino (BNU), foi criado por carta régia de 1864 assinada por D. Luís – a chamada carta de Lei de 16 de Maio de 1864<sup>67</sup> o que levou a que em “1877, na Ilha de Moçambique, e 1883 em Lourenço Marques, fossem abertas, respetivamente, as primeiras agências.<sup>68</sup>

O BNU, ganhou o estatuto de banco emissor<sup>69</sup> e tinha como principal função disciplinar a circulação monetária.

Em 1974, mais concretamente a 7 de setembro, nos termos do ponto 16, do acordo assinado entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), conhecido como os acordos de Lusaka, “*a fim de assegurar ao Governo de Transição meios de realizar uma política financeira independente será criado em Moçambique um Banco Central que terá também funções de banco emissor (...).*”<sup>70</sup>

---

<sup>66</sup> Vide, CRANSTON, Ross. *Principles of Banking Law*. Oxford University Press. 1997, p. 115.

<sup>67</sup> MIGUEL, Rui. Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos, p. 1  
Disponível em: <https://www.bnu.tl/Grupo-CGD/Historia-BNU/Paginas/Historia-Banco-Nacional-Ultramarino.aspx>

<sup>68</sup> *Id.*, p.1

<sup>69</sup> “*Esta função do banco central, enquanto banco emissor, constituiu durante séculos a pedra angular e uma das características primordiais dos bancos centrais, e sua principal e alienável característica associada à sua função de banqueiro do Estado.*” Vide, CRANSTON. Ross, p. 115.

<sup>70</sup> O “*BNU foi nacionalizado pelo Governo Provisório através do Decreto-Lei n.º 41/74, de 13 de setembro*”, como forma de proceder a passagem deste banco para o Estado moçambicano e, desta forma, permitir a materialização do acordo de Lusaka, e a soberania que viesse a ser alcançada aquando da independência nacional. Este acordo, entre o Estado Português e a Frente de

O Governo de transição criaria, assim, nos termos do artigo n.º 1, do Decreto-Lei n.º 53/75, de 14 de maio, “o banco central, emissor e comercial, denominado Banco de Moçambique,”<sup>71</sup> enquanto pessoa coletiva de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira.

Este, tinha como objeto o exercício das funções de banco central. Entre estas funções, temos a destacar a de banco emissor de notas e moedas, de caixa do tesouro e de Banco Comercial.<sup>72</sup>

O BM, assumia, desta forma, a responsabilidade pelas notas emitidas e tinha no Governo “o fiscal superior do Banco.”<sup>73</sup>

Em 1975, aquando da independência nacional, o sector bancário em Moçambique, era constituído por nove bancos, acumulando o BM as funções de banco comercial e de banco central.<sup>74</sup>

Compulsada a Constituição, de 1975, não logramos encontrar nenhum dispositivo que consagre de forma expressa o BM como sendo o banco central, nem mesmo, a transposição do enunciado dos Acordos de Lusaka para a Constituição, salvo referência no âmbito das competências do Presidente da República Popular de Moçambique (PRPM), de: “ g) *Nomear e demitir o governador e vice-governador do Banco de Moçambique.*”<sup>75</sup>

Em 1992, o BM passou a exercer funções exclusivas de banco central, deixando desta forma, as funções comerciais para um banco, outrora denominado Banco Comercial de Moçambique (BCM).

---

Libertação de Moçambique, foi assinado, pelo Presidente Samora Machel (pela Frelimo), e Ernesto Antunes, Mário Soares, Victor Crespo, Antero Sobral, Nuno Lousada, Vasco de Almeida e Costa e Luís Ferreira (pelo Estado Português), p. 4

<sup>71</sup> Nos termos do artigo n.º 1, do Decreto-Lei n.º 53/75, de 14 de maio,

<sup>72</sup> Nos termos do artigo n.º 4, do Decreto-Lei n.º 53/75

<sup>73</sup> Conforme disposto nos termos do artigo n.º 54, do Decreto-Lei n.º 53/75

<sup>74</sup> Em Moçambique, a dualidade de funções do Banco de Moçambique, enquanto banco central e comercial, tinha inicialmente a previsão de sua “*autonomização das operações comerciais num período de seis meses*”, o que veio a obrigar a que este banco tivesse de prescindir de “*parte da sua principal função de supervisor do sector bancário*”, tendo em atenção que o mesmo exercia funções de banco comercial e estava igualmente sujeito a supervisão – MALEIANE, Adriano, p. 60.

<sup>75</sup> Nos termos da alínea g), do artigo n.º 48.º, da CRPM

Conforme consagrado no preâmbulo da Lei n.º 1/91, que veio atribuir ao “Banco de Moçambique o exclusivo e a obrigação de emissão de notas e moeda divisionária,”<sup>76</sup> anteriormente sob a égide do governo.

A alteração constitucional levada a cabo em Moçambique em 2004, veio aperfeiçoar e clarificar diversas disposições de grande relevo, entre elas, nos termos do n.º 1, do artigo 132.º da CRM, a disposição do BM, ser o Banco Central da República de Moçambique.

Encontramos, de igual modo o enquadramento dos “atos do Governador do Banco de Moçambique, no exercício das suas competências,”<sup>77</sup> na hierarquia das fontes normativas.

Assim, como defendido por Cranston, a consagração da independência do banco central em termos constitucionais faz com que o mesmo seja mais forte, no exercício das suas funções e na adoção de políticas económicas, financeiras e monetárias.<sup>78</sup>

Constituem, nestes moldes, competências gerais do BM, nomeadamente,

*“banqueiro do Estado, consultor do Governo no domínio financeiro, orientador e controlador das políticas monetária e cambial, gestor das disponibilidades externas do País, intermediário nas relações monetárias internacionais e supervisor das instituições financeiras.”*<sup>79</sup>

O funcionamento eficiente do sistema financeiro exige pela parte dos diferentes intervenientes confiança nos agentes das instituições e nos mercados financeiros.<sup>80</sup>

Assim, na qualidade de “(...) supervisor das instituições financeiras,”<sup>81</sup> compete ao BM enquanto regulador do funcionamento do mercado financeiro,

---

<sup>76</sup> Preâmbulo da Lei n.º 1/91, de 9 de janeiro, que atribui ao Governador do Banco de Moçambique competência para decidir sobre as características e valor facial das notas e moedas de Metical e revoga o n.º 5 do artigo 10 do Decreto n.º 2/7, de 17 de maio.

<sup>77</sup> Nos termos do n.º 5, do artigo 143.º da CRM

<sup>78</sup> Vide, CRANSTON, Ross, p. 122

<sup>79</sup> Nos termos do n.º 1, do artigo 16.º da LO.

<sup>80</sup> ABREU, Margarida; *et. al.* p. 27

<sup>81</sup> Conforme disposto no artigo 16.º da LO, *in fine*, pelo facto dos mercados financeiros, serem “um segmento importante do sistema financeiro e permitirem a legítima realização de interesses públicos e privados”, sendo que, o mercado “constitui um bem económico em si mesmo e está

estabelecer a ligação entre a atividade daquelas e as diretivas da política monetária e financeira.<sup>82</sup>

A regulação e supervisão do BM deve ser percebida enquanto tendente ao correto funcionamento das políticas económicas e tendo em vista a necessidade de minimizar situações de ocorrência de crises no sistema bancário, orientadas em conformidade com a política monetária traçada pelo governo central, e “(...) *pelas normas internacionais a que a República de Moçambique esteja vinculada e lhe sejam aplicáveis*”<sup>83</sup> bem como, deve observar as recomendações de princípios e boas práticas internacionais, nomeadamente, os *core principles* do Comité de Basileia.<sup>84</sup>

Este poder regulamentar<sup>85</sup> do BM, na ótica de Matias Saraiva, constituiria o poder exercido, em primeiro lugar, através de diplomas legislativos que deverão ser objeto de proposta ao governo e por este aprovados (ex. alteração dos valores das multas a aplicar as instituições de crédito em caso de incumprimento dos normativos prudenciais e comportamentais).<sup>86</sup>

Em segundo lugar, poderíamos falar da competência regulamentar propriamente dita, conferida ao BM, pelo poder de criar normas, através de Avisos, circulares ou instruções.

---

*numa interação permanente com o sistema financeiro e com a economia em geral.*” Vide, PINTO, Frederico de Lacerda da Costa. *Supervisão do mercado, legalidade da prova e direito de defesa em processos de contraordenação*, in AAVV, *Supervisão, direito ao Silêncio e Legalidade da Prova*, Lisboa: Almedina/CMVM, 2009, p. 71

<sup>82</sup> Artigo 21.º, n.º 1, da LO

<sup>83</sup> Nos termos do n.º 2, do Artigo 132.º, da CRM

<sup>84</sup> As recomendações do Comité de Basileia não são de carácter obrigatória para os Estados, em razão das suas decisões representarem *soft law*. Estas, foram introduzidos pelo Aviso n.º 3/GBM/2012, de 13 de dezembro, e tinha por objeto estabelecer o âmbito e o calendário para a introdução em Moçambique, das alterações ao regime prudencial e às regras de adequação de fundos próprios tendentes à sua compatibilização, nos termos do Acordo de Basileia II, sendo que “[The] Final rule was published in 2013 and entered into force in 2014, Vide, Bank for International Settlements- Financial Stability Institute. *FSI Survey – Basel II, 2.5 and III Implementation*. July 2015, p. 19. Disponível em: <https://www.bis.org/fsi/fsiop2015.pdf>.

<sup>85</sup> O poder regulamentar constitui, igualmente, uma consagração de cariz constitucional e, coloca os Avisos do Governados do Banco de Moçambique na hierarquia das fontes de direito, nos termos do n.º 5, do artigo 143.º da CRM.

<sup>86</sup> MATIAS, Armino Saraiva. *Direito Bancário*. Coimbra Editora, 1998., p. 66



E, finalmente, pelo poder de supervisão, em que compete ao banco central, enquanto supervisor das instituições financeiras, a apreciação dos pedidos de constituição de instituições de crédito e sociedade financeiras, nomeadamente, as condições de abertura das referidas instituições em território moçambicano ou no estrangeiro, apreciar a idoneidade dos titulares de participações sociais, entre outras, nos termos do artigo 37.º e seguintes da LO, conjugado com os artigos 72.º, e seguintes da LICSF.

Elencado o papel do BM enquanto entidade de regulamentação e supervisão das ICSF, importa ainda que em moldes meramente de contextualização referir que o BM é igualmente a autoridade de regulamentação e supervisão da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM).<sup>87</sup>

Na qualidade de regulador e supervisor da BVM, o BM tem como principais tarefas as operações de emissão, negociação e transmissão de valores mobiliários e a proteção dos interesses dos investidores na Bolsa.

Importa entretanto salientar que, no âmbito do mercado de valores mobiliários (MVM), a atividade de intermediação financeira, apenas poderá ser desenvolvida pelas instituições de crédito e pelas sociedades financeiras.<sup>88</sup>

No que respeita à supervisão em Portugal esta assenta “na coexistência de três entidades de supervisão, com responsabilidades por referência ao subsector bancário, do mercado de capitais e segurador e de fundos de pensões”<sup>89</sup> o que corresponde a um modelo tripartido de organização da supervisão financeira.

Entretanto, Moçambique tem a sua supervisão assente em duas entidades, cabendo ao BM, a regulação e supervisão do subsector bancário e do mercado de capitais, e ao Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, a supervisão do subsector segurador e fundo de pensões.

---

<sup>87</sup> Nos termos do n.º 1, do artigo 37.º, da LO.

<sup>88</sup> Nos termos do n.º 2, do artigo 7.º da LICSF

<sup>89</sup> Reforma da Supervisão Financeira em Portugal, *Consulta Pública*, p. 4, Disponível em: <http://www.gpeari.min-financas.pt/arquivo-interno-de-ficheiros/Consulta-publica-reforma-da-supervisao-em-Portugal.pdf>

### **3.2. O Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique**

A atividade de regulação, supervisão e de fiscalização do sector segurador, de mediação de seguros e de gestão de fundos de pensões complementares é exercida pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM).<sup>90</sup>

Este, funciona sob a tutela do Ministro que superintende a área das finanças nos termos do n.º2, do artigo 2.º, do Diploma Ministerial, n.º 300/2012, de 14 de novembro,<sup>91</sup> conjugado com o disposto no artigo 4.º, do Decreto n.º 44/2016,<sup>92</sup> de 12 de outubro e artigo 2.º, do Decreto n.º 45/2016, de 12 de outubro.

Tal como ocorreu com o BM, a atividade seguradora em Moçambique é anterior à independência nacional, tendo, em janeiro de 1977, sido criada a Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE),<sup>93</sup> e em 1999, Inspeção Geral de Seguros (IGS), enquanto órgão de supervisão e fiscalização da atividade seguradora, resseguradora e dos fundos de pensão.<sup>94</sup>

Compulsados os vários normativos existentes no sector dos seguros, constatamos que este, tem conhecido assinaláveis transformações quer em termos funcionais, estruturais e de objeto, desde os finais da década de 1970.<sup>95</sup>

É igualmente inegável o crescimento a que o mesmo está sujeito, não obstante dos desafios macroeconómicos vividos em 2016, por Moçambique.<sup>96</sup>

Decorrente destes desafios atuais, importa referir,

*“no que toca à situação financeira e patrimonial das empresas seguradoras, em 2016, o ativo do sector aumentou 43.7%, influenciado*

---

<sup>90</sup> O ISSM, foi criado nos termos do art.º 5, do Decreto Lei n.º 1/2010, de 31 de dezembro, que aprova o regime geral dos seguros.

<sup>91</sup> Aprova o Regulamento Interno do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, criado pelo Decreto-Lei n.º 01/2010, de 31 de dezembro, ao abrigo do disposto no artigo 31 do Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto n.º 029/2012, de 26 de julho.

<sup>92</sup> Nos termos do n.º 1, do artigo 37, da LO, com exceção dos seguros, as demais instituições financeiras, encontram-se sujeitas a supervisão do BM.

<sup>93</sup> A EMOSE, empresa estatal, foi criada através do Decreto-Lei n.º 03/77, de 13 de janeiro.

<sup>94</sup> Decreto n.º 44/99, de 20 de julho.

<sup>95</sup> FERREIRA, António Pedro (Coord.); *et. al.*, p. 29

<sup>96</sup> “O mercado segurador cresceu em 13.3%, tendo superado em 3.2 pontos percentuais a taxa de crescimento registada em 2015”, vide: ISSM. *Relatório anual sobre a atividade seguradora - relativo ao exercício de 2016*. Agosto de 2017. Maputo, p. 6

*pelo crescimento dos ativos de investimento em cerca de 39.8%. O resultado líquido do exercício, em 2016, correspondeu a 3.514,7 milhões de meticaís, um aumento de 2.459,8 milhões de meticaís face a 2015. No que toca aos fundos de pensões complementares, o volume das contribuições situasse em 320.3 milhões de meticaís, tendo o resultado líquido dos mesmos fundos atingido o montante de 129.9 milhões de meticaís.”<sup>97</sup>*

O Regime Jurídico dos Seguros (RJS) em Moçambique, atribui ao ISSM, no desempenho das suas funções de supervisor, competências especiais de acompanhamento e verificação do grau de cumprimento dos normativos<sup>98</sup> por parte das entidades que exerçam qualquer tipo de atividade sob a sua alçada.

É também ao ISSM que compete a aplicação de medidas extraordinárias de saneamento.<sup>99</sup>

Todavia, independentemente das medidas extraordinárias aplicadas a uma determinada entidade sujeita a supervisão do ISSM, em resultado da “gravidade da sua situação financeira,”<sup>100</sup> ou, sem prejuízo das sanções a que haja lugar, o Ministro que superintende a área das Finanças, pode, por despacho fundamentado, nos termos do artigo 30.º, do Decreto-Lei n.º 1/2010, determinar a revogação da autorização para o exercício da respetiva atividade, o que implica a dissolução e liquidação judicial da sociedade.<sup>101</sup>

Podemos, assim, concluir, referindo que não encontramos consagrado nas funções, poderes e estrutura das autoridades de supervisão do sistema financeiro, BM e ISSM, os mecanismos e respetivos poderes de resolução que permitam “acautelar o risco sistémico e assegurar a continuidade da prestação dos serviços

---

<sup>97</sup> *Idem*, p. 4

<sup>98</sup> Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 12, do Decreto-Lei 1/2010, de 31 de dezembro.

<sup>99</sup> Nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 12, compete ao ISSM, “tomar providências extraordinárias de saneamento.”

<sup>100</sup> Nos termos do n.º 1, do art.º 30, do Decreto-Lei 1/2010.

<sup>101</sup> Para o caso das seguradoras com sede social em Moçambique, e no caso de sucursais de seguradoras estrangeiras, conforme dispõe o n.º 6, do art.º 30, do Decreto-Lei 1/2010, de 31 de dezembro.

prestados por estas instituições, quando a mesma, não cumpra ou, esteja em risco de não cumprir com os requisitos para a manutenção da autorização para o exercício da atividade.”<sup>102</sup>

Conforme recomendação do *Financial Stability Board*, a regulação das instituições financeiras deve consagrar um regime de resolução, com atributos estabelecidos em legislação específica às quais sujeitar-se-ão instituições sistematicamente significativas e críticas.<sup>103</sup>

A necessidade de consagração de um regime de resolução, surge enquanto consequência da incapacidade que as medidas mais leves têm para debelar crises financeiras graves.<sup>104</sup>

#### **4. As instituições de crédito e sociedades financeiras em Moçambique**

No que concerne a evolução do sector bancário moçambicano, em termos de números de instituições, de crédito e sociedades financeiras,<sup>105</sup> este, era constituído, em finais de 2015, por: (i) instituições de crédito e sociedades financeiras, com destaque para 19 bancos, 11 microbancos e 9 cooperativas de crédito, 2 sociedades de investimento, 2 sociedades emitentes ou gestoras de cartões de crédito, 2 instituições de moeda eletrónica, 1 sociedade de capital de

---

<sup>102</sup> Conforme dispõe o Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro e, que constitui o cerne dos mecanismos de resolução.

<sup>103</sup> Vide, Financial Stability Board. *Key Attributes of Effective Resolution Regimes for Financial Institutions*. 2014, p. 5

<sup>104</sup> MONCADA, Luís Cabral de. *Os Poderes de Resolução do Banco de Portugal e o Banco Espírito Santo*, p. 100

<sup>105</sup> “Em 2015 o número de bancos, sociedades emitentes ou gestoras de cartões de crédito, instituições de moeda eletrónica e sociedades administradoras de compras em grupo manteve-se inalterado face a 2014, tendo acontecido o oposto em relação aos microbancos, cooperativas de crédito e operadores de microcrédito que evoluíram de 10 para 11, 8 para 9 e de 285 para 351, respetivamente. Em relação as casas de câmbios, sociedades de investimento e sociedade de capital de risco, houve uma redução de 18 para 14, de 3 para 2 e de 2 para 1, respetivamente”, Vide, Banco de Moçambique. *Relatório Anual do Banco de Moçambique de 2015*. Vol. 24, p. 102.

risco, 1 sociedade administradora de compras em grupo, 14 casas de cambio, 12 organizações de poupança e empréstimo, 351 operadores de microcrédito.<sup>106</sup>

Destes, “os cinco maiores bancos concentravam 83,03%, 82,67% e 86,21% dos ativos totais, crédito e depósitos do sistema bancário, respetivamente”<sup>107</sup>, determinando deste modo o seu peso considerável na estabilidade de todo o sistema financeiro.

Assim, apesar de bastante concentrado, perante um contexto de enormes desafios económicos e financeiros, “o sistema bancário nacional manteve-se resiliente, robusto, confiante, diversificado e competitivo”<sup>108</sup> traduzido pelos seguintes resultados:

- *“A solidez dos bancos manteve-se robusta (20%), estando em linha com o ritmo de crescimento do sector e acima do limite mínimo regulamentar exigido pela entidade de supervisão bancária e definido nos moldes de Basileia II.*
- *O rácio de transformação (crédito/depósitos) manteve-se satisfatório (79%), refletindo uma posição confortável em termos de financiamento e liquidez.*
- *Os principais indicadores do sistema (ativos totais, crédito e depósitos<sup>109</sup>, resultados líquidos), evidenciam um crescimento positivo que se traduz na dinâmica de crescimento da economia*

---

<sup>106</sup> Importa ressaltar que, “dos 19 bancos comerciais registados, em 2015, estavam a operar 18 bancos, situação que veio a alterar no início de 2016, quando o BIG - Banco de Investimento Global SA iniciou as suas operações.” Vide, Banco de Moçambique. *Relatório Anual do Banco de Moçambique de 2015*, p. 106.

<sup>107</sup> KPMG/AMB. 2016, p. 2.

<sup>108</sup> *Idem.*, p. 2.

<sup>109</sup> De acordo com o Banco de Moçambique, “As taxas de crescimento dos depósitos a ordem continuaram a registar uma ligeira aceleração durante 2015, apesar das oscilações que caracterizaram este período. Contudo, apesar daquela aceleração, em finais de 2015 a taxa de crescimento situou-se nos 20,0% abaixo do crescimento de 25,7% registado em dezembro de 2014”, bem como, “As taxas de crescimento dos depósitos a prazo evoluíram ao longo de 2015, depois do decréscimo que vinham registando desde agosto de 2013. Em finais de 2015 alcançaram um crescimento de 30,4% contra 15,5% alcançados em 2014.” Conforme, Banco de Moçambique. *Relatório Anual do Banco de Moçambique de 2015*, p. 112.

*sustentado pela expansão do crédito para investimento (formação bruta de capital fixo), aumento do consumo público e privado.*

- *A composição do sistema bancário manteve-se inalterada com 18 instituições financeiras a operar no país, tendo o número de agências bancárias em funcionamento aumentado para 583 em 2015, correspondente a abertura de 45 balcões no território nacional, facto que demonstra o forte comprometimento e contributo do sector no processo de bancarização da economia.*
- *Por outro lado, importa referir, o aumento significativo do número de ATM's instalados (de 1.304 para 1.562), o que reflete o investimento na infraestrutura bancária visando a expansão dos serviços financeiros contribuindo deste modo na promoção da inclusão financeira”<sup>110</sup>*

Em suma, o sistema bancário moçambicano, é composto por duas categorias de instituições: primeiro, pelas instituições de crédito,<sup>111</sup> e segundo pelas sociedades financeiras.<sup>112</sup>

As instituições de crédito, devem ser, obrigatoriamente numa das espécies<sup>113</sup> previstas nos termos do artigo 3.º da LICSF, ou por outras empresas que

---

<sup>110</sup> KPMG/AMB. 2016, p. 2.

<sup>111</sup> Definidas como empresas “cuja atividade consiste, nomeadamente, em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, quando o regime jurídico da respetiva espécie expressamente o permita, a fim de, os aplicarem por conta própria mediante a concessão de crédito,” nos termos da alínea a), do artigo 2, da Lei nº 15/99, de 01 de novembro, que regula o estabelecimento e, o exercício da atividade das instituições de crédito e das Sociedades Financeiras.

<sup>112</sup> Definidas nos termos da alínea b), do artigo 2, da Lei nº 15/99 (LICSF), como: “empresas que não sejam instituições de crédito e cuja atividade principal consista em exercer uma ou mais atividades referidas na alínea b) a g) do n.º 1 do artigo 4 da presente lei,” compete as sociedades financeiras, mais concretamente o exercício de uma ou mais atividades de cariz financeiro, como, por exemplo, operações de crédito, operações de pagamento, transações sobre instrumentos do mercado monetário, financeiro e cambial

<sup>113</sup> “São instituições de crédito:

- a) Os Bancos;
- b) As Sociedades de locação financeira;
- c) As cooperativas de crédito;
- d) As sociedades de factoring;
- e) As sociedades de investimento;

correspondam a definição, e que assim sejam qualificadas por Decreto do Conselho de Ministros.<sup>114</sup>

No que concerne às sociedades financeiras, encontramos, nos termos do artigo 5.º,<sup>115</sup> da LICSF consagradas as espécies a ela respeitantes.

E porque, segundo de Abreu; *et. al.*,

*“os bancos são intermediários financeiros mais visíveis na economia. Os bancos são instituições financeiras que aceitam depósitos dos mutuantes ou aforradores primários e concedem empréstimos aos mutuários ou devedores primários. O que distingue os bancos dos outros intermediários financeiros é a sua fonte de principal de recursos, visível na estrutura do seu passivo.”*<sup>116</sup>

Este princípio avançado por de Abreu; *et. al.*, é igualmente defendido em Moçambique ao estabelecer os limites de exercício da atividade por parte destas instituições, pela consagração do princípio da exclusividade.<sup>117</sup>

O nascimento das instituições de crédito e sociedades financeiras, ocorre apenas aquando da sua autorização pelo Governador do Banco de

- 
- f) *Os microbancos, nos diversos tipos admitidos na legislação aplicável;*
  - g) *As instituições de moeda eletrónica;*
  - h) *Outras empresas que, correspondendo à definição da alínea a) do n.º 1, do artigo 2, como tal sejam qualificadas por Decreto do Conselho de Ministros”*

<sup>114</sup> Nos termos da alínea h), do artigo 3, da Lei n.º 15/99 (LICSF)

<sup>115</sup> “São Sociedades financeiras:

- a) *As sociedades financeiras de corretagem;*
- b) *As sociedades corretoras;*
- c) *As sociedades gestoras de fundos de investimento;*
- d) *As sociedades gestoras de patrimónios;*
- e) *As sociedades de capitais de risco;*
- f) *As sociedades administradoras de compra em grupo;*
- g) *As sociedades emitentes ou gestoras de cartões de crédito;*
- h) *As casas de câmbio;*
- i) *As casas de desconto;*
- j) *Outras empresas que, correspondendo à definição da alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, sejam como tal qualificadas por Decreto do Conselho de Ministros.”*

<sup>116</sup> ABREU, Margarida; *et. al.*, p. 289

<sup>117</sup> Segundo o qual “só as instituições de crédito podem exercer a atividade de receção, do público de depósitos ou outros fundos reembolsáveis, para utilização por conta própria. “Vide, o n.º 1, do artigo 7, da LICSF,

Moçambique,<sup>118</sup> ficando de igual modo, reservada ao Governador, competência para a revogação da autorização.

Dada a especificidade e importância das ICSF, no sistema financeiro e na economia, é obrigatório que a decisão de revogação da autorização seja devidamente fundamentada e que a ICSF seja notificada da mesma.<sup>119</sup>

Entretanto e, a anteceder esta decisão de revogação da autorização e respetiva liquidação da ICSF pode o BM tomar medidas de intervenção corretiva,<sup>120</sup>

*“tendo em vista a proteção dos interesses dos depositantes, investidores e outros credores e a salvaguarda das condições normais de funcionamento do mercado monetário, financeiro e cambial, o Banco de Moçambique pode adotar relativamente às instituições de crédito e sociedades financeiras com sede em Moçambique, providências extraordinárias de saneamento.”*<sup>121</sup>

As medidas acima referidas são exaustivamente enumeradas nos termos do artigo 83.º da LICSF e, poderão passar nomeadamente, pela apresentação de um plano de recuperação e saneamento.<sup>122</sup>

Este, plano de recuperação e de saneamento, resultante da necessidade de aplicação de medidas corretivas, vai consistir na aplicação de restrições ao exercício de determinadas atividades, restrições à concessão de crédito e de depósito, entre outras medidas alternativas, nomeadamente a designação de

---

<sup>118</sup> “A constituição das ICSF depende de autorização a conceber, caso a caso, pelo Governador do Banco de Moçambique”, nos termos do artigo 13.º, da LICSF, observados todos os elementos constantes do artigo 14.º, da mesma lei.

<sup>119</sup> Nos termos do n.º 2, do artigo 18.º, da LICSF.

<sup>120</sup> As medidas previstas nos termos do artigo 83.º da LICSF, não são de carácter preventivo. As mesmas, são tomadas depois de verificado o dano e, encontrando-se a instituição de crédito ou sociedade financeira já em crise.

<sup>121</sup> Conforme disposto o n.º 1, do artigo 81.º da LICSF

<sup>122</sup> O saneamento, segundo Armindo Saraiva Matias “diz respeito a medidas, procedimentos, atos ou contratos que tenham por finalidade tornar sã a instituição que não o seja. Isto é, as medidas de saneamento só serão aplicáveis a empresas que se encontrem em situação desequilibrada, técnica ou financeiramente: todavia, estas medidas só se justificam desde que a empresa tenha viabilidade estrutural, ainda que em desequilíbrio conjuntural. A medida há-de, então, traduzir-se num instrumento de equilíbrio, conducente à viabilização da instituição”. Vide, MATIAS, Armindo Saraiva. p. 295



administradores provisórios, nos termos do artigo 84.º, e a designação de uma comissão de fiscalização, nos termos do artigo 85.º da LICSF, respetivamente.

Importa referir que as medidas de intervenção corretiva, são aplicadas às ICSF que já se encontram “em situação de desequilíbrio financeiro, traduzido, designadamente, na redução dos fundos próprios a um nível inferior ao mínimo legal ou na inobservância dos rácios de solvabilidade ou de liquidez.”<sup>123</sup>

Cabe, deste modo, aos órgãos, ou, individualmente aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o dever de comunicar que a sua instituição não se encontra em condições de cumprir com as normas legais ou regulamentares que lhe são aplicáveis, ainda nos casos em que se encontre em risco de as não cumprir.<sup>124</sup>

Por fim, cumpre salientar que “verificando-se que, com as providências extraordinárias adotadas, não foi possível recuperar a instituição, é revogada a autorização para o exercício da respetiva atividade e segue-se o regime de liquidação estabelecido na legislação aplicável,” nos termos do artigo 89.º da LICSF, sendo aplicável ao regime de liquidação<sup>125</sup> à Lei n.º 30/2007, de 18 de dezembro, que regula o processo de liquidação administrativa das ICSF.

---

<sup>123</sup> Nos termos do n.º 1, do artigo 83.º, da LICSF.

<sup>124</sup> Nos termos do n.º 1, do artigo 82.º, da LICSF

<sup>125</sup> Que “traduz-se, fundamentalmente (e isso é comum à liquidação das demais empresas), num conjunto de operações tendentes ao apuramento e realização dos ativos patrimoniais e ao pagamento dos credores após verificados e reconhecidos os créditos.” Vide, MATIAS, Armindo Saraiva. p. 295

**Capítulo II**  
**O QUADRO DE RESOLUÇÃO BANCÁRIA**

## 1. O papel da crise financeira no surgimento da resolução bancária

A história das crises financeiras e seu impacto nos estados, levou a que fossem distinguidas três tipos de crises financeiras: i) as crises bancárias, ii) as crises cambiais, e iii) as crises da dívida soberana.<sup>126</sup>

Em decorrência da instabilidade no sistema financeiro, verificamos serem mais frequentes as crises no sistema bancário e cambial.

Segundo de Abreu; *et. al.*, as crises podem ser classificadas em razão da sua gravidade em crises bancárias severas ou sistémicas. Estas, são caracterizadas por falências bancárias que levam a importantes intervenções públicas, culminando muitas vezes em nacionalizações, fusões ou, em situações extremas no encerramento de instituições bancárias.<sup>127</sup>

Enquanto principal consequência das crises severas ou sistémicas, identificamos a forte dificuldade que a mesma pode trazer às instituições bancárias, podendo desta forma desencadear em efeito cascata um processo de crise noutras instituições, igualmente conhecidas como crises periféricas, culminando numa forte tensão no sistema financeiro e em situações de corrida aos depósitos e intervenção política.<sup>128</sup>

Refere John Armour, a respeito, que a regulamentação financeira foi muito amplamente superada pela natureza mutável dos mercados e instituições financeiras, deixando que estes mercados ficassem expostos as falhas e contágios durante a crise de 2008.<sup>129</sup>

Enquanto resultado da constante mutação do sistema financeiro os bancos centrais procuram acautelar a ocorrência de qualquer perturbação no sistema financeiro, bem como a preocupação existente com o surgimento de conglomerados financeiros que em regra geral suscitam maiores cautelas, fazendo alterações regulamentares que permitam melhor acautelamento destas situações.<sup>130</sup>

---

<sup>126</sup> ABREU, Margarida; *at. al.*, p. 310

<sup>127</sup> *Ibid*; *at. al.*, p. 312

<sup>128</sup> *Ibid*; *at. al.*, p. 312

<sup>129</sup> ARMOUR, Jonh; *at. al.* 2014, p. 11

<sup>130</sup> FERREIRA. António Pedro A. *Direito Bancário*. Quid júris Sociedade Editora, Lisboa. 2005, p. 102

Esta necessidade de uma regulamentação e supervisão que acompanha as dinâmicas próprias do sistema financeiro encontram igualmente o seu fundamento em razão do impacto que decorre das falências e ou resolução, tendo em atenção que os riscos se podem reproduzir entre estas e expandir com maior celeridade, obstruindo ou dificultando o trabalho do regulador e supervisor.

Assim, segundo John Armour, impõe-se que as instituições financeiras detenham de níveis apropriados de capital e liquidez, em cumprimento de exigências estabelecidas pelas regras prudenciais. Para o efeito, os bancos devem monitorizar os riscos que possuem relativamente aos seus empréstimos e relacionar seu nível de capital e liquidez, com a escala e a natureza dos riscos da instituição.<sup>131</sup>

Note-se que, para Sofia Rodrigues, “a avaliação que se fez das causas da crise revelou ser necessário repensar a arquitetura da supervisão com vista a reforçar, desde logo, a intervenção dos supervisores em alguns domínios da atividade financeira, com relevância sistémica e também, sobre alguns agentes, que estavam fora do perímetro de regulação e supervisão.”<sup>132</sup>

Outra importante questão, avançada por John Armour e que importa ressaltar resulta do facto da crise financeira global, em especial em alguns países, ter trazido à tona falhas no sistema relativamente à resolução, A incapacidade de reconhecer essas falhas na resolução constituiu uma importante causa subjacente de inadequação da regulamentação financeira no período que antecedeu a crise financeira.<sup>133</sup>

Deste modo, uma das principais questões de política do pós-crise financeira internacional, resultou na necessidade de criação de procedimentos de resolução tendentes a minimizar o custo dessas falhas no sistema.

Ainda segundo este autor, enquanto ponto mais importante do pós-crise, as instituições de regulação viram-se obrigadas em buscar uma estratégia de resolução que minimizasse os efeitos prejudiciais do fracasso de instituições

---

<sup>131</sup> Vide, ARMOUR, Jonh; at. al., 2016, p. 288

<sup>132</sup> RODRIGUES, Sofia Nascimento. *A Reforma do Sistema Português de Supervisão Financeira*. p. 540.

<sup>133</sup> ARMOUR, Jonh. *et.al.*, 2014, 15

financeiras de importância sistêmica, em um primeiro momento via *bail-out*, com impacto financeiro para o estado, e mais tarde pela adoção da estratégia de resolução, via *bail-in*, ou simplesmente pela recapitalização interna.<sup>134</sup>

Esta alteração do paradigma da estratégia de resolução do *bail-out*, para o *bail-in*, surge em razão da dificuldade de recuperação dos bancos o que levava a que os estados tomassem medidas mais gravosas, como um processo de insolvência ou injeção de fundos públicos.<sup>135</sup>

Do nosso ponto de vista, a necessidade de “repensar a arquitetura da supervisão” devia abranger áreas igualmente catalisadoras de risco, como seja os seguros e os mercados de valores, igualmente sujeitos a ocorrência de eventos sistémicos.

Resultaria desta, entretanto, especial atenção aos conglomerados financeiros no respeitante as situações de risco.<sup>136</sup>

Refere Ana Roque, que esta forma de atuação pensada na óptica de John Armour, permitiria de alguma forma fazer face às constantes e rápidas mutações que tem conduzido a uma época de incerteza acentuada.<sup>137</sup>

Em suma, as medidas de resolução<sup>138</sup> são recentes,

---

<sup>134</sup> ARMOUR, Jonh; *et. al.*, 2016, p. 288

<sup>135</sup> ROCIO, Joana – *Medidas de resolução no caso BES. Uma análise do mecanismo de resolução aplicado ao Banco Espírito Santo*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Direito Empresarial, Faculdade de Direito, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2015, p. 13

<sup>136</sup> Em razão de, nestes “*ser muito difícil o isolamento das entidades subsidiárias, no que se refere as dificuldades estruturais ou conjunturais sentidas por uma delas*” e, com impacto nas demais, Segundo FERREIRA, António. *Direito bancário*. p.102

<sup>137</sup> ROQUE, Ana. *Regulação do Mercado – Novas tendências*. Quid júris – Sociedade Editora, 2004., p. 11

<sup>138</sup> “*Desde o início da crise de 2007 que o problema bancário tem sido objeto de grande reflexão académica e intensa discussão política. (...) Afinal a necessidade de boa regulação bancária remontava à experiência da crise de 1929. Esta ensinou-nos, entre outras coisas, que o mercado bancário exige um conjunto de regras impostas e vigiadas pelo Estado para evitar uma crise financeira e económica de dimensões catastróficas. (...) Para uns, a regulação existente antes de 2007 era insuficiente e ineficaz, falando-se de uma progressiva desregulação desde o consenso de Washington nos anos 80 (o consenso de Washington refere-se ao pacote de medidas económicas sugerido pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos que, entre outras, preconizava políticas de privatização e liberalização de mercados).*” GAROUPA, NUNO. *As dimensões esquecidas das medidas de resolução bancária*. E-Pública, Revista Eletrónica de Direito Público, vol. 3, n.º 1, 2016, p. 3.

*“Surgiram após a crise financeira de 2007, com origem nos EUA, após o crash do mercado imobiliário (crise do subprime), que rapidamente se alastrou pelo resto do mundo. Casos reais como o Lehman Brothers e o AIG<sup>23</sup> vieram pôr em causa a eficácia dos regimes normais de liquidação até aí vigentes, com a demonstração da sua ineficácia na resolução de crises, pelo seu processo moroso e pelos efeitos nefastos que o processo de insolvência de um banco acarreta no sistema financeiro.”<sup>139</sup>*

Tendo em vista acautelar estas necessidades, em face a situações de risco e sobretudo visando garantir a estabilidade do sistema financeiro, surgiram os mecanismos de resolução como meios de implementação e, de reação eficaz às crises do setor bancário, evitando assim, o efeito contágio junto às restantes entidades financeiras.

## **2. Análise das medidas de resolução**

### **2.1. Importância das medidas de resolução**

O impacto da queda de um banco acarreta consequências para investidores, depositantes e empresas na generalidade, que detêm de suas poupanças e investimentos numa instituição de crédito que julgam credível e confiável.

As medidas de resolução tornaram-se relevantes pela importante função que têm em salvaguardar a atividade bancária, que detém de enorme interesse para o público, tornando-se imprescindível preservar os serviços que esta atividade presta, desde logo, reconhece-se que esta atividade e setor se rege pela confiança

---

<sup>139</sup> “Também na Europa, outros casos reais podem servir de exemplos demonstrativos deste efeito, como é o caso das repetidas injeções de capitais públicos no banco Alemão Hypo Real Estate e o Irlandês Anglo Irish Bank, de forma a suprir situações de desequilíbrios financeiros em IC. Recorda-se que, também em Portugal, assistimos ao processo de insolvência do BPP e à nacionalização do BPN, nos quais os seus efeitos para o sistema financeiro e o custo para o erário público e contribuintes deixaram marcas profundas.” Vide, ROCIO, Joana, p. 12.

dos depositantes, que quando abalada como aumentar os riscos para o sistema financeiro dos bancos.<sup>140</sup>

Constatamos, por exemplo, que, *“após a aplicação da medida de resolução, foi a verificação de uma queda considerável do volume de depósitos do Novo Banco face ao BES. Assim, o volume de depósitos diminuiu 10 milhões de euros, após a medida de resolução, face ao volume de depósitos do BES, antes da aplicação da medida de resolução.”*<sup>141</sup>

A atividade bancária é vista com uma grande importância, pelo fato da mesma ser portadora de elevadas exigências e requisitos, como a confiança que é depositada nela, enquanto sistema portador de uma função relevante, tanto na economia de um país como socialmente.

*“Por esta ordem de ideias, pode-se considerar que ter um banco é um privilégio. Trata-se de instituições a quem se confia, muitas vezes, tudo o que se tem, pondo-se fé na boa gestão e na eficiente supervisão da atividade, pelo que se impõe assegurar que só quem consiga garantir o cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares, dando jus a essa confiança, é que deverá ser autorizado a praticar estas atividades.”*<sup>142</sup>

Deste modo, para prever situações de risco e crises no setor bancário, e por conseguinte, a resistência do sistema financeiro a momentos de instabilidade, sentiu-se necessidade de criar mecanismos que dessem resposta aos problemas enunciados, como forma de resolver a proteção dos depositantes e investidores, acautelando também o risco sistémico.<sup>143</sup>

---

<sup>140</sup> *Ibid*, p. 12

<sup>141</sup> ROCIO, Joana, p. 45

<sup>142</sup> Segundo GALRÃO, Sara Santos – O novo regime comunitário de gestão de crises bancárias. Uma análise dos mecanismos de recuperação e resolução de instituições financeiras. Dissertação de mestrado, Mestrado de direito e gestão, Faculdade de direito, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa., 2013, p. 44.

<sup>143</sup> *“Neste contexto, surgiu esta necessidade de implementação de meios de reação, rápidos e eficazes, de resposta às crises bancárias, inevitáveis e sistémicas. As primeiras iniciativas*

Todavia, não se pode esquecer que o sistema financeiro esta sujeito a perdas, a expetativas, investimentos, e outras operações que podem acarretar algum risco de operação, porém, apesar destas condutas, é importante garantir a estabilidade do mesmo, mais particularmente do sector bancário.

Assim, as medidas de resolução vêm, segundo Joana Rocio, “viabilizar a resolução de recursos financeiros às instituições sem graves interrupções sistêmicas e sem expor os contribuintes à perdas, protegendo os acionistas e credores não garantidos e não segurados, através de mecanismos que possibilitem a absorção de perdas.”<sup>144</sup>

Assim, a sua existência, permite contribuir para a consolidação do sistema financeiro, dando credibilidade às instituições financeiras, perante os depositantes.

Entretanto e como anteriormente referido, sendo estas medidas aplicadas em momentos de crise, é notório o impacto das mesmas na confiança dos clientes bancários, o que leva a regulamentação bancária a preocupar-se com a proteção dos depositantes e a estabilidade dos bancos.<sup>145</sup>

É em decorrência desta relevância, que as instituições financeiras se devem pautar por respeitar os requisitos exigidos que regulamentam a sua atividade, de modo a evitar que ocorram situações que destabilizem e coloquem em causa todo o sistema bancário.

As medidas de resolução têm, atualmente, e cada vez mais, uma importância acrescida na estabilidade do sistema financeiro e das IC, sendo, desde logo, porque as mesmas vêm contribuir para a implementação de medidas, mais ou menos gravosas, que evitam ao colapso da IC intervencionada e por conseguinte, do contágio às restantes IC.<sup>146</sup>

---

*internacionais tendentes à regulação desta matéria ocorreram ao nível dos G-2026, do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB)<sup>27</sup> e do Comité de Basileia de Supervisão Bancária (Basel Committee on Banking Supervision), tendo evoluído de propostas para soluções concretas(...)."* ROCIO, Joana, p. 13.

<sup>144</sup> FSB – Financial Stability Board. p. 3

<sup>145</sup> ARMOUR, Jonh; *et.al.*, 2014, p. 11

<sup>146</sup> De acordo com, RAPOSO, João Paulo Vasconcelos – Regime europeu de recuperação e resolução de instituições financeiras: resposta efetiva ou “wishful thinking”? A solução do BES como “case study”. *Julgar online*, outubro de 2016, p. 11.



Neste seguimento, entende John Armour que a aplicação de medidas de resolução consegue ser menos onerosa, menos grave e com menos consequências, referente ao problema da crise financeira da IC, que a própria insolvência da IC.<sup>147</sup>

Desta forma, esta medida é reconhecida como protetora da estabilidade do sistema, do equilíbrio, evitando inúmeras consequências com efeitos nefastos em diversas áreas e setores, difíceis de superar.

Segundo, João Raposo estas têm como propósito controlar os custos para as finanças públicas e proteger o erário público.<sup>148</sup>

Importa ressaltar que mais do que controlar custos e proteger o erário público, como avançado acima, estas medidas de resolução vão constituir uma proteção aos valores dos depositantes, como também e sobretudo, garantir a confiança dos mesmos nas IC e no sistema financeiro, fator imprescindível para a estabilidade do sistema financeiro.

Conclui-se, que atualmente, deve-se reconhecer a importância preventiva e decisiva das medidas de resolução, pois não só resolvem o problema de instabilidade das IC intervencionadas, como evitam o colapso e contágio às restantes IC, contribuindo assim, para a estabilidade do sistema financeiro.

## 2.2. A Aplicação das medidas de resolução

A aplicação de medidas de resolução<sup>149</sup> visam regular as IC, que se encontram em situações de risco, impedindo que esta situação incorra num

---

<sup>147</sup> ARMOUR, Jonh; et.al., 2016, p. 292

<sup>148</sup> “Este risco moral, que existe sempre que uma instituição financeira se encontre em dificuldades, de chamamento de fundos públicos muito relevantes, por vezes solicitação feita a erários sob fortes tensões ...”. RAPOSO, João Paulo Vasconcelos, p. 44

<sup>149</sup> “Resolução”, nas palavras da proposta de diretiva apresentada pela Comissão, consiste na “reestruturação de uma instituição de modo a garantir a continuidade das suas funções essenciais, preservar a estabilidade financeira e repor a viabilidade da totalidade ou de parte dessa mesma instituição” – numa visão mais generalista, trata-se da ação decisiva de resolver os problemas de uma instituição.” GALRÃO, Sara Santos, p. 28.

processo de custos elevados sobrecarregando o erário público, sendo que “a *gestão e redução do risco sistémico constitui o “tronco central” deste instituto.*”<sup>150</sup>

As medidas de resolução são constituídas por uma série de mecanismos que são aplicados às IC, quando estas apresentam determinadas condições suscetíveis de intervenção.

A aplicação dos mecanismos de resolução impõe a análise da gravidade, do risco e do grau de incumprimento, por parte das IC, face à sua atividade.

Segundo Joana Rocio, vindo estas medidas assegurar a continuidade dos serviços financeiros essenciais, prevenindo riscos sistémicos e protegendo o sistema financeiro.<sup>151</sup>

Sendo,

*“Evidentemente que diferentes visões sobre o papel da regulação na crise de 2007 justificam políticas ou remédios diferentes. Para aqueles que identificam a crise com a falta de regulação, a solução evidentemente passa por mais regulação. Já aqueles que viram no excesso de regulação a causa da crise, o remédio seria desregular e disciplinar os reguladores, para mitigar a possibilidade de captura. Na Europa, tendo prevalecido de forma preponderante a primeira corrente de opinião, logo no final da década, procurou-se reforçar através da maior integração a regulação do mercado bancário europeu muitas vezes com exigências que eventualmente deram origem a novos problemas financeiros e bancários. Foi um processo lento, quer no seu enquadramento legal, quer na concretização de uma união bancária europeia. Paralelamente, ao longo dos últimos cinco anos, procurou-se aumentar o poder dos reguladores bancários e adotar um conjunto de práticas que evitem a captura por interesses particulares, nomeadamente os regulados.”*<sup>152</sup>

---

<sup>150</sup> GAROUPA, NUNO, p. 12.

<sup>151</sup> Segundo, ROCIO, Joana, p. 12.

<sup>152</sup> GAROUPA, NUNO, p. 4.

Como avançado por Nuno Garoupa, e exaustivamente explicado por John Armour, a crise financeira, expôs fraquezas ligadas à regulamentação e supervisão do sistema financeiro obrigando desta forma ao reforço dos mecanismos existentes até à altura.

### 2.3. Finalidade das medidas de resolução

Para John Armour, constituem principais objetivos das medidas de resolução a promoção da estabilidade financeira, garantindo a disponibilidade ininterrupta de serviços bancários básicos - como o acesso ao sistema de pagamentos e a proteção dos depositantes, segurados – maximizando e valorizando, de igual forma, outros aspetos não essenciais do negócio do banco.<sup>153</sup>

Este objetivo é “em regra de *gone concern*, o que significa que as medidas são aplicadas tendo em vista o término ordeiro da atividade da instituição, procurando garantir que uma outra instituição dê continuidade aos serviços financeiros essenciais”, segundo Pessoa Diogo e Marta Leite.<sup>154</sup>

Segundo Menezes Cordeiro,

*“(...) a atividade bancária avoca funções de extrema importância sendo necessário evitar falhas na mesma que possam contaminar o sistema financeiro e levar de arrasto outras IC saudáveis, com implicações negativas para a económica do País.”*<sup>155</sup>

Resulta assim, em suma, que a promoção da estabilidade financeira busca essencialmente a finalidade de proteção e reforço da atividade bancária e, por conseguinte, da consolidação do sistema financeiro, como também, podem ser enunciadas outras finalidades tais como; a proteção dos contribuintes e erário público, salvaguarda da confiança dos mesmos, prestação dos serviços essenciais e acautelamento do risco sistémico.

---

<sup>153</sup> De acordo com, ARMOUR, Jonh; et.al. 2016, p. 350

<sup>154</sup> DIOGO, Pessoa; LEITE, Marta Vasconcelos. A Resolução da Instituições de Crédito: O Regime Nacional. Working Paper n.º 01/2016. Mestrado, Mestrado em Direito Empresarial, Faculdade de Direito, Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa), p. 19

<sup>155</sup> GAROUPA, NUNO, p. 24

## **2.4. Espécies de medidas de resolução**

As medidas de resolução podem ser de quatro espécies: alienação da atividade; o banco de transição; a separação de ativos e a recapitalização interna (*bail-in*), sendo que:

- a) A alienação total ou parcial da atividade permite, enquanto medida de resolução, que se proceda à venda de parte da IC, que se baseia na necessidade de continuidade dos serviços prestados pela IC.<sup>156</sup>
- b) O banco de transição consiste na alienação de ativos da IC, para outra entidade criada, o denominado banco de transição, Este, banco de transição é criado e controlado pela autoridade de resolução, e fica sustentado pelo Fundo de Resolução que também é criado. Esta medida de resolução tem como objetivo permitir a continuidade das atividades da IC intervencionada. Esta, constitui uma medida temporária, cujo único objetivo é o de manter a IC intervencionada em funções.<sup>157</sup>
- c) A separação de ativos consiste na transferência de ativos e passivo da IC<sup>158</sup> para um “...*veículo de gestão dos mesmos, que será detido no todo ou numa parte por entidades públicas e controlado pelo BP. Este veículo tem como função, como o próprio nome indica, a gestão dos ativos e passivos problemáticos durante um período de tempo, até que seja possível proceder à sua alienação, tendo em conta a sua máxima otimização.*”<sup>159</sup>
- d) A recapitalização interna ou *bail-in* tem como objetivo a reestruturação interna da IC intervencionada, visando torna-la mais consistentes e viável. Este método permite absorver as perdas, através da participação dos

---

<sup>156</sup> CORDEIRO, A. Menezes, 2016, p. 1171

<sup>157</sup> Sendo, segundo o autor Menezes Cordeiro, o banco de transição entendido como “*uma instituição de crédito com a natureza de um banco e cujo capital é totalmente detido pelo fundo de resolução e o seu capital é realizado por esse fundo, com recurso aos seus meios.*” Vide, *Ibid*, 2016, p. 1172.

<sup>158</sup> Financial Stability Board. p. 8

<sup>159</sup> ROCIO, Joana, p. 32.

credores, o que vai permitir aumentar o capital assente na conversão do passivo.<sup>160</sup>

## 2.5. Efeitos das medidas de resolução

Partindo do pressuposto que o procedimento de resolução de banco ideal, para John Armour, consegue alcançar os seus objetivos, ao minimizar as externalidades negativas da falha bancária, esta passaria pela alocação de custos de resolução primeiro, aos acionistas e detentores de títulos do banco e somente depois, se for caso disso, ao contribuinte.<sup>161</sup>

As medidas de resolução têm vários efeitos decorrentes da sua aplicação, como a suspensão automática dos órgãos de administração da IC intervencionada; a alienação total ou parcial da atividade da IC.<sup>162</sup>

Resultam, ainda, da sua aplicação:

- a. o “efeito suspensivo no direito de vencimento antecipado estipulado no âmbito de convenções de compensação...;”<sup>163</sup>
- b. “a suspensão, pelo prazo máximo de um ano, de todas as execuções, inclusive as fiscais, existentes contra a IC em causa, bem como a interrupção dos prazos de prescrição ou de caducidade oponíveis...;” entre outros efeitos.<sup>164</sup>

As medidas de resolução, enquanto mecanismos de intervenção numa IC, são detentoras de poderes que devem ser exercidos pela entidade responsável, no entanto, não são poderes ilimitados, como veremos a seguir.

---

<sup>160</sup> Financial Stability Board. p. 9

<sup>161</sup> Segundo, ARMOUR, Jonh; et.al. (2016), p. 343

<sup>162</sup> Vide, Financial Stability Board. Key, p. 9

<sup>163</sup> ROCIO, Joana, p. 35.

<sup>164</sup> ROCIO, Joana, p. 36.

## **2.6. Limites na aplicação das medidas de resolução**

Existem limites na aplicação das medidas de resolução, quanto à sua aplicação, como à sua conformação, não sendo “(...) *limites aos poderes daquela entidade, mas enquanto limites a que deve obedecer a medida de resolução em si mesma.*”<sup>165</sup>

É facto que a perspectiva de falência é prejudicial para um banco, tendo em atenção que o valor da franquia do banco se dissipa muito rapidamente, assim que sejam levantadas dúvidas sobre sua viabilidade financeira ainda, porque a mecânica típica da falência não é adequada para um banco, finalmente porque as externalidades negativas da falha bancária podem ser muito significativas, dependendo do tamanho do banco e do número de bancos que falham simultaneamente.<sup>166</sup>

Veja-se alguns exemplos, como os poderes de resolução se encontram limitados a três medidas: a de intervenção corretiva, de resolução e administrativa.

Os limites a que a medida de resolução fica adstrita, prende-se com o obedecer aos pressupostos da sua aplicação, e aos limites inerentes à conformação da medida de resolução, como a hierarquia de credores e o princípio da igualdade;<sup>167</sup> o montante global da transmissão; os créditos excluídos da transmissão por determinação legal; a inseparabilidade entre posições ativas e passivas, como também, o respeito pelo sinalagma e pela acessoriedade.<sup>168</sup>

Nestes moldes, percebe-se que,

---

<sup>165</sup> BARBOSA, Mafalda Miranda. *Os limites da medida de resolução*. Working papers, Boletim de Ciências Económicas, Instituto Jurídico, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, 2016, p. 9

<sup>166</sup> Vide, ARMOUR, Jonh; *et.al.*, 2016, p. 341

<sup>167</sup> “O princípio da igualdade diz-nos que é preciso tratar igual o que é igual e de forma desigual o que é desigual. Já o princípio da proporcionalidade prevê que sejam utilizados os meios adequados e necessários aos fins previstos alcançar e na justa medida. Aliás a Diretiva da Resolução e Recuperação Bancária no seu preâmbulo refere que a resolução deve procurar evitar a destruição desnecessária de valor e reduzir ao mínimo os custos da resolução.” Vide, GONÇALVES, Maria do Rosário de Carvalho Lira Ferreira Soares – A resolução Bancária e o saneamento das instituições de crédito. Uma mudança de paradigma. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Direito das Empresas, Departamento de Economia Política, Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. 2015., p. 84

<sup>168</sup> De acordo com, BARBOSA, Mafalda Miranda, p. 25 a 30.

*“A eficácia da medida de resolução fica dependente da capacidade que a entidade responsável pela sua aplicação tenha de poder conformar livremente o seu conteúdo. (...) Simplesmente, essa liberdade não é absoluta, devendo respeitar não só a teleologia do regime da resolução, como também os princípios normativos e a conformação das relações privadas que, antes da intervenção, se estabeleceram entre o banco e os diversos sujeitos que com ele interagem.”* <sup>169</sup>

---

<sup>169</sup> *Ibid*, p. 41.

**Capítulo III**  
**OS MECANISMOS DE RESOLUÇÃO BANCÁRIA**  
**À LUZ DO DIREITO PORTUGUÊS**



## 1. Os mecanismos de resolução bancária à luz do direito português

O sistema jurídico português, no âmbito da presente matéria é regido pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) alterado pela última vez pelo Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de outubro. Este, procedeu à transposição da Diretiva n.º. 2013/36/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento, introduzindo, um conjunto significativo de alterações na parte institucional e em matéria de supervisão e contraordenacional.

### 1.1. Conceito de resolução bancária

No âmbito da recuperação e resolução para instituições de crédito e empresas de investimento, a diretiva 2014/59/EU, do parlamento europeu e do conselho, de 15 de maio de 2014, veio estabelecer um regime de harmonização das regras sobre esta matéria, que cada Estado-Membros deve aplicar, no concretizar das medidas de resolução.

Portanto, esta diretiva vem ser um instrumento orientador, que prevê os poderes de resolução comuns, a todos os Estados-Membros, indicando os pressupostos e critérios que devem ser aplicados pelas autoridades nacionais, principalmente por aqueles que detém o poder de supervisão.

*A medida de resolução constitui o meio adequado para a prossecução da tutela da estabilidade e segurança do sistema financeiro, para prevenir o risco sistémico e a corrida aos depósitos, valores e princípios constitucionalmente protegidos (Artigo 101º da Constituição), observando-se o princípio da adequação.”<sup>170</sup>*

---

<sup>170</sup> Conforme, Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa. Proc. 48/16.3T8LSB-L1-7, Relator: SOUSA, Luís Filipe Pires de. Lisboa, 2017. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/123abcd247e0fba5802580f1002ec81c?OpenDocument>

No âmbito do art.º 139.º, n.º 1 do RGICSF reconhece-se ao Banco de Portugal a legitimidade de tomar medidas corretivas e de resolução necessárias para salvaguardar a solidez financeira e a estabilidade do sistema financeiro, e que, segundo Mafalda Barbosa, “envolve uma de duas possíveis medidas aptas a garantir as finalidades mencionadas anteriormente: a alienação total ou parcial da atividade a outra instituição autorizada a desenvolver a atividade em causa; a transferência, total ou parcial, da atividade a um ou mais bancos de transição.”<sup>171</sup>

Ressalvando também, que a aplicação destas medidas está sujeita aos princípios da adequação e da proporcionalidade<sup>172</sup> para a seleção da medida a adotar, tendo em conta o risco de incumprimento da instituição de crédito, como a gravidade das consequências em causa, segundo o art.º 139º, n.º2 do RGICSF, permitindo desta forma “a salvaguarda da totalidade ou de parte da atividade desenvolvida pela instituição de crédito, preservando funções bancárias críticas, em paralelo com a manutenção ou extinção da instituição.”<sup>173</sup>

Decorrente deste facto, compete ao Banco de Portugal ir ao encontro das finalidades definidas para as medidas de resolução e que se encontram estipuladas, no art.º 145-Cº, n.º. 1 do RGICSF, vindo esta entidade “(...) *determina[r] as medidas de resolução que melhor permitam atingir as finalidades previstas no número anterior, cuja relevância deve ser apreciada à luz da natureza e circunstâncias do caso concreto.*”, segundo o art.º 145-Cº, n.º 2 do RGICSF.

Nestes moldes, as medidas de resolução atuais, aparecem como uma alternativa face ao modelo de liquidação, em que se dá a dissolução da instituição

---

<sup>171</sup> BARBOSA, Mafalda Miranda. *A Propósito do Caso BES*. Boletim de Ciências Económicas LVIII (2015). Coimbra. PP. 187-240, p. 196

<sup>172</sup> “A proporcionalidade deve ter em especial conta o risco ou o grau de incumprimento, por parte das instituições. A gravidade é aferida em função das consequências na solidez financeira da instituição, nos interesses dos depositantes e na estabilidade do sistema financeiro”, Vide António Menezes Cordeiro, *Direito bancário*, 5.ª ed., Almedina, Coimbra, 2014, p. 1125

<sup>173</sup> Mariana Duarte Silva, “Os novos regimes de intervenção e liquidação aplicáveis às instituições de crédito”, *O novo direito bancário* (Paulo Câmara/ Manuel Magalhães, coord.), Almedina, Coimbra, 2012, pp. 373 e ss., p. 377

financeira, que em nada de abonatório é para o sistema financeiro e seus depositantes e credores.<sup>174</sup>

## 2. Finalidade das medidas de resolução no sistema português

As medidas de resolução no sistema jurídico português têm como finalidade a proteção e reforço da atividade bancária, sobretudo a estabilização do sistema, de forma a consolidá-lo e fortalece-lo, para que quando esteja perante situações de crise, consiga solucionar e tomar uma correta medida, que estabilize e impeça o contágio do sistema.

No âmbito da legislação comunitária<sup>175</sup>, estas têm como meta a proteção das instituições, sobretudo em caso de repercussões negativas entre si, querendo evitar eventuais impactos sistémicos, visando-se assegurar a continuidade de um sistema estável.

---

<sup>174</sup> COSTA, Tiago Manuel de Sousa Freitas. *Da nova arquitetura europeia da supervisão bancária. Considerações a propósito do mecanismo de resolução*. Dissertação de Mestrado, na área de Ciências Jurídico-Forenses, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra (2015), p. 31.

<sup>175</sup> Art.º 31º, n.º 2 da Diretiva 2014/59/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, que estabelece regras e procedimentos relativos à recuperação e resolução das instituições de crédito e de empresas de investimento.

Os objetivos da resolução a que se refere o n.º 1 são:

- a) *Assegurar a continuidade das funções críticas;*
- b) *Evitar efeitos negativos significativos na estabilidade financeira, nomeadamente evitando o contágio, inclusive das infraestruturas de mercado, e mantendo a disciplina do mercado;*
- c) *Proteger as finanças públicas, limitando o recurso a apoios financeiros públicos extraordinários;*
- d) *Proteger os depositantes abrangidos pela Diretiva 2014/49/UE e os investidores abrangidos pela Diretiva 97/9/CE;*
- e) *Proteger os fundos e ativos dos clientes.*

Na realização dos objetivos acima referidos, a autoridade de resolução procura minimizar o custo da resolução e evitar a destruição de valor, a menos que esta seja necessária para atingir os objetivos da resolução.

As finalidades das medidas de resolução encontram-se tipificadas no art.º 145-Cº do RGICSF, indicando que as principais finalidades destas medidas são:

- “a) Assegurar a continuidade da prestação dos serviços financeiros essenciais para a economia;*
- b) Prevenir a ocorrência de consequências graves para a estabilidade financeira, nomeadamente prevenindo o contágio entre entidades, incluindo às infraestruturas de mercado, e mantendo a disciplina no mercado;*
- c) Salvaguardar os interesses dos contribuintes e do erário público, minimizando o recurso a apoio financeiro público extraordinário;*
- d) Proteger os depositantes cujos depósitos sejam garantidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e os investidores cujos créditos sejam cobertos pelo Sistema de Indemnização aos Investidores;*
- e) Proteger os fundos e os ativos detidos pelas instituições de crédito em nome e por conta dos seus clientes e a prestação dos serviços de investimento relacionados.”*

A ideia central que está na base da criação destas medidas são a consciencialização de inevitáveis crises do setor bancário, vindo estas medidas tornar-se um meio de atenuação e prevenção, enquanto instrumentos de recuperação e resolução.

Espera-se que estes mecanismos constituam uma forma rápida e eficaz de atuação nas instituições.

Concomitantemente, estas sustentam o sistema e “visam proteger as instituições de processos de insolvências que ponham em risco a preservação dos serviços de importância sistémica das instituições em causa, evitando esses procedimentos de intervenção e as repercussões negativas de eventuais impactos sistémicos,”<sup>176</sup> permitindo a continuidade do exercício da atividade que a IC vinha a protagonizar.

---

<sup>176</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa. Proc. 48/16.3T8LSB-L1-7, Relator: SOUSA, Luís Filipe Pires de. Lisboa, 2017.

Estas medidas também vêm evitar que fundos públicos sejam injetados na instituição em crise, pois caso ocorra, vêm afetar em muito o erário público, a economia do país e a confiança dos depositantes, sendo em nada benéfico para o sistema.

Posto isto, percebe-se que de uma forma geral, as medidas de resolução querem permitir que a atividade da IC continue assegurada, de forma a permitir que os serviços financeiros essenciais continuem a ser prestados, como as transferências bancárias, gestão de pagamentos e liquidações, etc., ou seja, serviços que permitem o pagamento, que são elemento relevante no setor empresarial e comercial.<sup>177</sup>

Como inúmeras vezes foi referido, por se considerar que esta é a principal finalidade das medidas de resolução, porém, não desmerecendo a importância das restantes, é a prevenção da estabilidade financeira.

Acautelada a estabilidade do sistema evita-se, de forma preventiva, que haja o risco sistémico para o restante setor, pois a importância que o mesmo representa para a comunidade e para a economia é de tal ordem,<sup>178</sup> que demonstra a extrema importância que estas entidades detêm no exercício da sua atividade, na prestação de serviços essenciais, tão imperiosos para o normal funcionamento do sistema bancário e empresarial de um país.<sup>179</sup>

---

<sup>177</sup> “Em termos resumidos pode dizer-se que o sistema financeiro é estável se for possível observar os seguintes aspetos: a) o sistema financeiro é capaz de transferir, de forma eficiente, recursos dos agentes que poupam para os agentes que investem; b) os riscos financeiros devem ser avaliados e atribuído o respetivo custo de forma adequada, devendo ser igualmente bem geridos; c) o sistema financeiro deve ter capacidade e condições para absolver choques financeiros bem como choques provenientes da atividade económica.”

<sup>178</sup> “Não obstante esta situação, importa deixar claro que são os serviços por eles prestados que assumem carácter de interesse público e não as IC em causa. Daí o interesse das medidas de resolução em assegurar a continuidade destes serviços, mesmo que isso implique a descontinuidade da IC. Para além disso, a atividade bancária apresenta um elevado grau de integração e interligação assente na base da confiança, o que a torna vulnerável a uma corrida aos depósitos por parte dos depositantes. Deste modo, configura-se imprescindível manter a estabilidade destes serviços para evitar esta situação, que pode levar ao colapso financeiro de um banco.” ROCIO, Joana, p. 23.

<sup>179</sup> SANTOS, Luís Máximo - *O Novo Regime Jurídico de Recuperação de Instituições de Crédito: Aspetos Fundamentais*. Revista de Regulação e Concorrência., 2012., p. 222.

A proteção dos contribuintes como do erário público, sobretudo protegendo os depósitos e fundos das instituições de crédito, é outra das finalidades das medidas de resolução, sendo de enorme importância evitar falhas, para que IC em crise, de forma isolada não arrastem outras instituições, e criem implicações negativas para todo o sistema e economia do país.<sup>180</sup>

Vêm estas medidas permitir que se tomem meios alternativos de resolução e salvaguarda de uma instituição em crise, sem custos para os contribuintes, que também não terão de ser suportadas pelo erário público.

Concluindo, as finalidades das medidas de resolução é criar estabilidade do sistema financeiro e bancário, de forma a proteger os contribuintes e o sistema todo, de forma preventiva, concedendo soluções passíveis de se adotar de forma plena e eficaz, sem causar grandes danos no sistema em geral.

### **3. Recurso às medidas de resolução bancária**

As medidas de resolução têm um carácter de necessidade e urgência na sua concretização, no sentido de se imporem como medidas que visam evitar consequências lesivas para um sistema financeiro e estabilidade do mesmo.<sup>181</sup>

Estas, consagram-se como o último patamar, enquanto medidas de intervenção a levar a cabo pelo Banco de Portugal, face a instituições financeiras que representem uma situação de risco para todo o sistema.

A atuação do Banco de Portugal vem ao encontro do respeito pelo princípio da proporcionalidade, no sentido de se aplicar e decidir qual a medida mais ajustada, face à situação concreta, que se adequará a evitar riscos e deterioração das instituições financeiras.

---

<sup>180</sup> *“Large-scale government support of the financial institutions deemed too big or too importante to fail during the recent crisis has been costly and has potentially increased moral hazard. To protect taxpayers from exposure to bank losses and to reduce the risks posed by too-big-to-fail (TBTF), various reform initiatives have been undertaken at both national and international levels, including expanding resolution powers and tools.”* Vide, EUROPEAN PARLAMENT, Directorate-General for internal policies. Policy Department. *State aid Crisis rules for the financial sector and the real economy.*

<sup>181</sup> art.º 146º do RGICSF.

É, indo ao encontro dos argumentos referidos, que se consegue justificar a aplicação de medidas de resolução, como um sacrifício necessário com vista a evitar danos maiores.

Como se percebeu, é o Banco de Portugal que é a entidade responsável pela aplicação das medidas de resolução, sendo a este conferido diversos poderes, limitados e estabelecidos na lei, que lhe vem conceder legitimidade para atuar em conformidade com a lei, sendo, de entre os poderes conferidos<sup>182</sup>, o poder de resolução, nos termos do artigo 139º do RGICSF,<sup>183</sup> é o que o presente trabalho destaca, porém detém de outros poderes, como o poder de intervenção corretiva, e de administração provisória.

Assim, a aplicação destas medidas deve ser orientada pela entidade responsável, de acordo com os riscos presentes, a gravidade das consequências e as finalidades pretendidas, sendo esta decisão tomada após análise de cada caso em concreto e verificados determinados pressupostos.<sup>184</sup>

Para que haja a intervenção do Banco de Portugal, no âmbito da aplicação de uma medida de resolução, é necessário que este, enquanto autoridade de supervisão e resolução, determine explicitamente que uma instituição está em risco, que não seja previsível que outra medida, além de uma medida de resolução solucione o caso, sendo que estas medidas devem ser proporcionais às finalidades, art.º 145-Cº, n. º1 do RGICSF.

---

<sup>182</sup> BARBOSA, Mafalda Miranda, p. 9.

<sup>183</sup> Artigo 139º, do RGICSF, Princípios gerais:

*“1 - Tendo em vista a salvaguarda da solidez financeira da instituição de crédito, dos interesses dos depositantes ou da estabilidade do sistema financeiro, o Banco de Portugal pode adotar as medidas previstas no presente título.*

*2 - A aplicação das medidas previstas no presente título está sujeita aos princípios da adequação e da proporcionalidade, tendo em conta o risco ou o grau de incumprimento, por parte da instituição de crédito, das regras legais e regulamentares que disciplinam a sua atividade, bem como a gravidade das respetivas consequências na solidez financeira da instituição em causa, nos interesses dos depositantes ou na estabilidade do sistema financeiro.*

<sup>184</sup> Como podemos verificar, segundo A. Barreto Menezes CORDEIRO, p. 131, *“O legislador atribui um enorme poder discricionário ao Banco de Portugal, na decisão das medidas a tomar em cada momento. O supervisor bancário não está sequer vinculado “a observar qualquer relação de precedência, art. 140.”*

### **Quando é que se percebe que a instituição de crédito está em crise?**

Segundo o n.º 3, do artigo 145-Eº do RGICSF, quando:

- “1) A instituição de crédito deixa de cumprir os requisitos do exercício da sua atividade, ou quando existam fundadas razões que, em curto prazo, deixará de poder cumprir;*
- 2) Os ativos da instituição de crédito sejam inferiores ao passivo;*
- 3) A instituição de crédito encontra-se impossibilitada de cumprir com as suas obrigações;*
- 4) Quando seja necessário a concessão de apoio financeiro público extraordinário, com a exceção, quando o mesmo tem como objetivo acautelar a estabilidade financeira.”*

Em suma, as medidas de resolução são a designação jurídico-financeira dada a quatro medidas a adotar pelo Banco de Portugal, em caso de necessidade e no respeito por determinados princípios e requisitos, art.º 145-Eº, n.º1 do RGICSF.<sup>185</sup>

#### **4. Especificação das medidas de resolução do sistema jurídico-financeiro português**

No seguimento da concretização das medidas de resolução, cabe ao Banco de Portugal aplica-las, quando as medidas corretivas não protagonizaram efeitos<sup>186</sup>, e com o objetivo de que a aplicação das medidas de resolução cumpram as finalidades do art.º 145-Cº do RGICSF.

Desta forma, ao longo da presente exposição, vai-se evidenciar a forma como a legislação portuguesa conduz esta temática, tendo como objetivo o cumprimento das finalidades enunciadas no art.º 145-Cº do RGICSF.

O sistema jurídico-financeiro português adotou, nos termos do artigo 145-Eº do RGICSF, as seguintes medidas de resolução:

---

<sup>185</sup> Segundo, CORDEIRO, António Menezes, 2016, p. 1168.

<sup>186</sup> Conforme dispõe o art.º 144º do RGICSF.



- a) Alienação parcial ou total da atividade;*
- b) Transferência parcial ou total da atividade para instituições de transição;*
- c) Segregação e transferência parcial ou total da atividade para veículos de gestão de ativos;*
- d) Recapitalização interna.*

Face às medidas de resolução existentes no sistema jurídico português, fasear-se-á uma breve exposição, nos pontos a seguir.

#### **4.1. A alienação da atividade**

A alienação da atividade que permite à autoridade de supervisão decidir alienar o capital ou património da instituição de crédito, de acordo com a verificação dos pressupostos necessários.

A Diretiva 2014/59/EU, no art.º 39º, n.º 2 indica os critérios necessário para decorrer a alienação, vindo assim permitir que as autoridades de resolução procedam à venda da instituição ou parte da sua atividade, de acordo com determinados critérios, com o objetivo de manter a continuidade da atividade prestada pela instituição.

#### **4.2. O banco de transição**

O banco de transição, vem, igualmente, previsto na Diretiva 2014/59/EU, no art.º 40º e 41º, tendo como finalidade ser a entidade, que é criada para ser o banco de transição da alienação de ativos ou património da instituição de crédito, segundo o art.º 145-Oº, art.º 145-Pº, art.º 145-Qº, art.º 145- Rº do RGICSF.

Segundo Joana Rocio, um dos objetivos do banco de transição consiste em administrar os ativos de determinada IC em crise, tendo em vista a estabilização dos mesmos e potenciá-los, para uma alienação futura-<sup>187</sup>

---

<sup>187</sup> ROCIO, Joana, p. 43

Desta forma, cabe, à autoridade de resolução criar este banco, como também o seu controlo, no seu todo ou em parte, como a criação de um fundo de financiamento que servirá de suporte a esta entidade criada, o denominado Fundo de Resolução.

A razão da sua criação é torná-la uma entidade que prossiga com a atividade da instituição objeto da resolução, de forma temporária, tendo a entidade de resolução o objetivo de aliena-la futuramente, no prazo de dois anos a contar da aplicação da medida de resolução, sendo possível prorrogar este prazo.

Portanto, esta instituição criada é caracterizada como temporária, visto ter como principal objetivo manter ativas as funções da instituição que foi intervencionada.<sup>188</sup>

#### **4.3. A separação ou segregação de ativos**

A separação ou segregação de ativos,<sup>189</sup> é outra modalidade de resolução, que visa a transferência de ativos e passivos da IC que se encontra em dificuldades sérias, para um outro órgão que irá gerir os mesmos.

Este órgão tem em vista apenas a gestão dos ativos e passivos problemáticos, decorrendo esta gestão por um determinado período de tempo, até que se possa proceder à sua alienação.

O que difere esta medida de resolução face às outras, é o fato desta, medida, em concreto não deter de continuidade da atividade da IC, nem da própria medida de resolução, enquanto as outras medidas de resolução visam continuar com as funções e atividades da IC.

Esta medida de resolução tem como premissa para a sua aplicação a não existência da necessidade de assegurar a continuidade da atividade da IC, como também não detém da necessidade de prosseguir para um processo de liquidação, encontrando-se nesta medida aquela que é proporcional e adequada para o caso concreto.

---

<sup>188</sup> Ver, SANTOS, Luís Máximo. p. 222

<sup>189</sup> Segundo o art.º 145-Sº do RGICSF

Não se deve, entretanto, confundir esta medida, com aquela em que há um banco de transição, pois nesta medida visa-se apenas a gestão dos ativos e passivo para alienação, enquanto no banco de transição é uma entidade criada de propósito para este fim, sendo que só será alienado o capital ou património da IC, enquanto na segregação da IC será o ativo e passivo “tóxico” de determinada IC<sup>190</sup>.

#### **4.4. A recapitalização interna (*bail in*)**

A recapitalização interna ou *bail in* será analisada num ponto mais adiante, no presente estudo, porém, ressalva-se que o *bail in* encontra-se tipificado no art.º 145-Uº do RGICSF.

### **5. O Fundo de Resolução bancária**

O fundo de resolução, constitui uma inovação legislativa, introduzido no art.º. 145.º-AA do RGICSF, com o objetivo de apoiar financeiramente a aplicação das medidas de resolução. Deve este ser entendido como, aquele fundo, que é criado antes do momento da aplicação das medidas de resolução, tendo como objetivo auxiliar a crise que determinada instituição de crédito está a passar.

O fundo de resolução é constituído por contribuições obrigatórias e periódicas das IC, como também tem proveniência das receitas do setor bancário, sendo os montantes concernentes às contribuições definidos pelo Banco de Portugal.

Portanto, este fundo de resolução é composto por um sistema de cooperação entre as entidades bancárias, de forma a possibilitarem a sua criação, com o objetivo de colmatar futuras necessidades interventivas no sistema, vindo assim beneficiar a todos.

Aspeto que deve ficar assente é que a aplicação deste fundo é realizado de forma independente de qualquer medida de resolução, este existe como medida

---

<sup>190</sup> Esta é a única medida de resolução, permitida por lei, cuja aplicação pode ser feita em simultâneo com outra. Vide, número 5, do artigo n.º 37, da Diretiva 2014/59/EU, de 15 de maio.

prevenida de futuras necessidades de intervenção, como um meio de salvaguarda.<sup>191</sup>

## **6. O Fundo de Garantia de depósitos**

Entende-se que na persecução das finalidades das medidas de resolução, e na aplicação das mesmas, quem suporta os prejuízos da instituição em causa, prioritariamente são os acionistas, seguido dos credores, e posteriormente dos depositantes, segundo o art.º 145- Dº, n.º 1 do RGICSF.<sup>192</sup>

O Fundo de Garantia de depósitos, foi criado pela necessidade de evitar uma eventual crise que se propagasse ao restante sistema financeiro, vem assim ser um ato de prevenção do risco moral, de forma a permitir que o sistema sobreviva à crise.

## **7. Aplicação das medidas de resolução**

Os princípios orientadores da aplicação das medidas de resolução encontram-se no artigo 145- Dº do RGICSF, todavia, existem três premissas cumulativas, que devem existir para que se justifique a aplicação de uma medida de resolução, e eles são:<sup>193</sup>

- a) A instituição estar em situação de risco de colapso;*
- b) Não existam alternativas para além da adoção de medidas de resolução, que impeçam o colapso da instituição;*
- c) Estas medidas se mostrem necessárias para defesa do interesse público.*

Quando se refere a necessidade de a instituição estar em risco de colapso, entende-se que a IC em análise, tenha apresentado perdas de dimensões consideráveis, ou detenha de capital ativo inferior ao passivo, como também tenha

---

<sup>191</sup> Ver artigo 99.º, e seguintes da Diretiva 2014/59/EU.

<sup>192</sup> Ressalva-se, contudo, que os depositantes não suportam os prejuízos relativos aos depósitos garantidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, art.º 145-Dº, n.º 1, d) do RGICSF.

<sup>193</sup> GALRÃO, Sara Santos, p. 99

demonstrado incapacidade de cumprir com as suas obrigações, necessitando de apoio financeiro público, art.º 145-Eº, n. 3 do RGICSF.

No entanto a aplicação das medidas de resolução tem as suas implicações, desde logo, à substituição administrativa dos membros do órgão administrativo da IC objeto da resolução,<sup>194</sup> art.º 145-Fº do RGICSF e a restrição de determinadas práticas contratuais, por exemplo, casos de rescisão de contratos financeiros com a IC intervencionada,<sup>195</sup> tendo como objetivo proteger a operação que se pretende desenvolver, sem que a mesma sofra alguma ingerência, permitindo uma melhor concretização dos objetivos da medida de resolução aplicada.<sup>196</sup>

A aplicação de medidas de resolução a uma IC fica limitada a determinados pressupostos,<sup>197</sup> como o montante global da transmissão, no qual a seleção de ativos e passivos a transmitir para a instituição de transição não devendo exceder o valor total de ativos transferidos da IC objeto da resolução. Sendo que a este propósito, só é legítima a aplicação de uma medida de resolução que esteja de acordo com a realização das finalidades para o qual estas foram constituídas.

Outro limite, é a exclusão de créditos a transmitir, artigo 145-Qº, n.º 3 do RGICSF, vindo assim, o legislador restringir o leque de créditos que são permitidos transmitir, de forma a salvaguardar determinadas situações.

---

<sup>194</sup> Vide, SANTOS, Luís Máximo, p. 223.

<sup>195</sup> art.º 76º e seguintes da Diretiva 2014/59/EU.

<sup>196</sup> CORDEIRO, António Menezes, 2014, p. 84.

<sup>197</sup> BARBOSA, Mafalda Miranda, p. 26.

**Capítulo IV**  
**OS MECANISMOS DE RESOLUÇÃO BANCÁRIA**  
**À LUZ DO DIREITO MOÇAMBICANO**

## **1. O quadro legal da resolução bancária em Moçambique**

O presente capítulo focar-se-á na análise dos mecanismos de resolução de acordo com o regime jurídico de Moçambique.

Estas têm como objetivo assegurar a continuidade da prestação dos serviços financeiros por forma a acautelar a não contaminação do sistema financeiro nacional; a salvaguarda dos interesses dos contribuintes; confiança dos depositários e a proteção do erário público.<sup>198</sup>

## **2. Surgimento das medidas de resolução no sistema jurídico moçambicano**

Conforme referido anteriormente, na sequência da mais recente crise financeira a promoção da estabilidade financeira foi colocada no centro das atenções das autoridades supervisoras dos sistemas financeiros, a nível mundial, não tendo estado Moçambique alheio a esta situação.

O surgimento dos mecanismos de resolução no direito moçambicano, têm a sua génese e aprofundamento no âmbito das recomendações da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI).<sup>199</sup> Estas, tinham como objetivo proceder ao reforço das solicitações constantes no programa de avaliação financeira feito a Moçambique.

---

<sup>198</sup> Artigo 15º do Aviso n.º 2/GBM/2013.

<sup>199</sup> Vide, FMI. Relatório do FMI n.º 12/148. (P). *Moçambique: Quarta Avaliação ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e Pedido de Modificação de Critérios de Avaliação — Relatório do Corpo Técnico, Análise da Sustentabilidade da Dívida, Anexo Informativo, Comunicado de Imprensa sobre a Discussão no Conselho de Administração e Pronunciamento do Administrador do FMI para Moçambique. International Monetary Fund - Publication Services.* Washington.

<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2012/cr12148p.pdf>

Para o FMI, mostrava-se urgente e necessária a revisão<sup>200</sup> do Plano de Contingência para Bancos Problemáticos, aprovado pela Ordem de Serviço (OS) nº 4/2011, de 27 de abril,<sup>201</sup> com o objetivo de proceder:

- i. Ao reforço das modalidades de resolução bancária<sup>202</sup> de modo a incorporar outras medidas não previstas no Plano de Contingência acima referido, nomeadamente, a criação da figura de Banco de Transição (*Bridge Bank*) e a inclusão da modalidade de compra e assumpção (*P&A – Purchase and Assumption*);<sup>203</sup>
- ii. À introdução de mecanismos flexíveis no tratamento da liquidação dos bancos sem relevância sistémica, de modo a evitar focos de instabilidade financeira e na componente de resolução bancária, de diretrizes sobre a intervenção do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD);<sup>204</sup>
- iii. A urgência em se proceder à análise do Plano de Contingência de modo a suprir lacunas existentes e tornar o módulo de resolução bancária mais eficaz, tendo em atenção que as lacunas referidas dizem respeito à ausência de respaldo jurídico, na legislação moçambicana.<sup>205</sup>

Assim, as autoridades de regulação e supervisão moçambicanas no âmbito da revisão da O.S. n.º 4/2011, de 27 de abril, tendo em atenção as limitações legais decidiram:

---

<sup>200</sup> Por IMF Country Report No. 10/12. *Republic of Mozambique: Financial Sector Assessment program—Financial System Stability Assessment*. January 8, 2010. Washington, D.C., p. 25

<sup>201</sup> Mais especificamente, que fosse alterado o nome de “Plano de Contingência para Bancos Problemáticos,” para “Plano de Contingência para as Instituições de Crédito”, considerando que o primeiro não ajuda a promover a estabilidade do sistema financeiro, em resultado de nem todas as instituições abrangidas pelo Plano de Contingência serem efetivamente problemáticas. E, que a forma de aprovação fosse por Aviso e não Ordem de Serviço, considerando que é destinado as IC, seus clientes e público em geral. De acordo com, *Idem*, IMF Country Report No. 10/12., 2010 p. 27

<sup>202</sup> Segundo, *Id.*, p. 38

<sup>203</sup> Por IMF Country Report No. 12/148. *Republic of Mozambique: Fourth Review Under the Policy Support Instrument and Request for Modification of Assessment Criteria—Staff Report; Debt Sustainability Analysis; Press Release on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director for Mozambique*, p. 15

<sup>204</sup> *Id.*, p. 15

<sup>205</sup> *Id.*, p. 15



- i. Introduzir no Plano de Contingências, a modalidade de compra e assunção, com a denominação de ***compra parcial ou total dos ativos e assunção parcial ou total dos passivos***.<sup>206</sup>
- ii. Incorporar a medida de alienação parcial ou total dos ativos ou a assunção parcial ou total dos passivos e alterar as denominações das outras medidas de resolução.
- iii. Retirar a referência à necessidade da relevância sistémica como condição para beneficiar da aplicação de outras medidas de resolução, para além da liquidação.<sup>207</sup>
- iv. Participação do FGD no processo de liquidação das instituições, para efeitos de reembolso dos depósitos, a convite do BM.<sup>208</sup>
- v. Retirar a referência aos indicadores de estabilidade financeira, tendo entretanto o novo Plano de Contingência incorporado nas definições a graduação das instituições de crédito segundo o seu grau de liquidez, solvabilidade e outros.<sup>209</sup>
- vi. Retirar a referência à nacionalização por considerar tratar-se de uma medida excecional e da competência do Governo.<sup>210</sup>

---

<sup>206</sup> Por se ter entendido que tal alteração possuía enquadramento legal nos termos do nº 2, do artigo 83, da Lei nº 15/99, de 01 de novembro da LICSF, atualizada pela Lei nº 9/2004, de 21 de julho (vide nº 1, do artigo 18 do Plano de Contingência).

<sup>207</sup> Referência que constava do então Plano de Contingência para Bancos Problemáticos, aprovado pela Ordem de Serviço nº 4/2011, de 27 de abril, enquanto recomendação do FMI e que dizia respeito a necessidade de introdução no Plano de Contingência, de aspetos que possibilitem alguma flexibilidade no tratamento da liquidação dos bancos sem relevância sistémica, de modo a evitar focos de instabilidade financeira.

<sup>208</sup> Relativamente a recomendação do FMI de inclusão no plano de Contingência, na sua componente de resolução bancária, encontramos as diretrizes sobre a intervenção do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD), previsto no Regulamento do FGD, aprovado pelo Decreto nº 49/2010, de 11 de novembro.

<sup>209</sup> Vide, as alíneas d e, seguintes, do artigo 2.º, do Aviso 2/GBM/2013, de 29 de abril.

<sup>210</sup> Definida, por GONÇALVES, Maria do Rosário de Carvalho Lira Ferreira Soares, p. 44, como sendo a “*apropriação pública, no todo ou em parte, de uma pessoa coletiva privada através da transferência da titularidade das participações no capital social de uma entidade para o Estado.*”

vii. Não acolher a modalidade do Banco de Transição.<sup>211</sup>

### **3. O plano de contingências enquanto principal instrumento de recuperação das instituições de crédito no sistema jurídico moçambicano**

Neste contexto, o Plano de Contingência para as Instituições de crédito foi aprovado pelo Aviso n.º 02/GBM/2013, de 29 de abril, do Governador do Banco de Moçambique, que:

*“Estabelece um conjunto de medidas destinadas a prevenir ou a minimizar a ocorrência de distúrbios financeiros e/ou crises no sistema bancário, de forma geral, e nas instituições de crédito autorizadas a captar depósitos<sup>212</sup>, de forma particular, que possam condicionar o seu funcionamento.”<sup>213</sup>*

Assim, teoricamente, o Plano de Contingência em Moçambique, enquanto instrumento que garante a aplicação dos mecanismos de resolução, encontra-se subdividido pelos seguintes capítulos:

- a. “Medidas de intervenção preventivas,”<sup>214</sup> que constituem medidas de primeira linha, destinadas a prevenir ou minimizar a possibilidade de que a gestão imprudente leve uma instituição a deixar de respeitar os rácios e limites prudenciais.<sup>215</sup> Estas podem ser: i) Medidas de intervenção

---

<sup>211</sup> Porque, não encontra consagração legal na LICSF e, a sua materialização implica a mobilização de fundos públicos para o seu financiamento, o que implicaria negociação prévia com o Governo para ver a sua disponibilidade através do Orçamento Geral do Estado.

<sup>212</sup> Por se entender, as que oferecem maior risco e por tanto prováveis promotoras de instabilidade e até crise no sistema bancário, entendesse por entidades autorizadas a captar depósitos (poupanças) para conversão em aplicações (investimento) através da concessão de crédito, as enumeradas nos termos do artigo 3, da Lei nº 15/99, de 01 de novembro.

<sup>213</sup> Vide artigo 1.º do Aviso n.º 02/GBM/2013

<sup>214</sup> Que constituem, nos termos da alínea u, do artigo 2.º, do Aviso 02/GBM/2013, “o conjunto de medidas recomendadas ou impostas pelo Banco de Moçambique, destinadas a prevenir a ocorrência de distúrbios financeiros numa instituição de crédito.”

<sup>215</sup> Nos termos do artigo 6.º do Aviso n.º 02/GBM/2013

preventivas referentes a adequação de capitais; ii) medidas de intervenção preventiva referentes a liquidez.

- b. “Medidas de intervenção corretiva”<sup>216</sup> enquanto, medidas de segunda linha destinadas a corrigir situações em que uma instituição deixou de observar os rácios e limites prudenciais bem como outros normativos que regulam a sua atividade. <sup>217</sup> Estas medidas podem ser referentes à qualidade dos ativos, resultados, manual de operações, fraudes, recomendações dos auditores e sistemas informáticos.
- c. “Medidas de Resolução,”<sup>218</sup> entendidas como sendo medidas de terceira linha, destinadas a tentar recuperar a instituição, quando as medidas corretivas não tiverem surtido os efeitos desejados.
- d. “Plano de Contingência das Instituições de Crédito,”<sup>219</sup> destinado a impor a que cada IC tenha o seu próprio plano, para tempos normais e de crise, que demonstre a transparência na atuação da autoridade supervisora de modo a que os atores do mercado, não se surpreendam com as medidas que estas venham a tomar em determinados momentos ou ocasiões em relação às instituições financeiras.<sup>220</sup>

---

<sup>216</sup> Que constituem, nos termos da alínea t, do artigo 2.º, do Aviso 02/GBM/2013, “o conjunto de medidas recomendadas ou impostas pelo Banco de Moçambique, destinadas eliminar ou minimizar a ocorrência de distúrbios financeiros numa instituição.”

<sup>217</sup> Nos termos do artigo 7.º e, 9.º do Aviso n.º 2/GBM/2013

<sup>218</sup> Que constituem, nos termos da alínea v, do artigo 2.º, do Aviso 02/GBM/2013, “o conjunto de medidas e procedimentos impostos pelo Banco de Moçambique que visam recuperar a instituição de crédito quando a intervenção corretiva tiver falhado.”

<sup>219</sup> Que constitui, nos termos da alínea x, do artigo 2.º, do Aviso 02/GBM/2013, “o conjunto de medidas e mecanismos de coordenação que visam minimizar a ocorrência de distúrbios que possam condicionar o normal funcionamento da instituição de crédito e do sistema financeiro, visando, em última instância, promover a sua estabilidade e credibilidade.”

<sup>220</sup> Por exemplo, nos termos da alínea a, do artigo 3 do Aviso 03/GBM/2013, de 29 de abril, que aprova o Regulamento de Assistência de Liquidez de Emergência (ALE) às instituições de crédito autorizadas a captar depósitos, os atores do mercado deverão estar avisados de que na eventualidade de falta de liquidez a entidade supervisora irá conceder assistência de liquidez, à instituição financeira e nos casos de falta de solvência existem outras modalidades de recuperação da instituição, que não sejam a sua liquidação, evitando-se desta maneira as corridas aos depósitos.

- e. Coordenação com outras autoridades, que constituem medidas destinadas a coordenação, em tempos normais e de crise, entre o Governo e as diferentes autoridades supervisoras do sistema bancário.<sup>221</sup>

#### **4. Medidas de resolução bancária no sistema jurídico Moçambicano**

Importa ressaltar que em Moçambique não existem verdadeiros mecanismos de resolução bancária como sucede na União Europeia e em Portugal. O que existe, é a inclusão de recomendações internacionais, no Aviso n.º 2/GBM/2013, de 29 de abril, sem que tenha sido alterada *a priori*, a LICSF, como se impõe a luz da hierarquia das normas constantes do artigo n.º 5, do artigo 143.º da CRM.

Por sua vez determina, ainda o artigo 60º da Lei 15/99 (LICSF), as IC e SF, serem obrigadas a “*aplicar os fundos de que dispõe de modo a assegurar a todo o tempo níveis adequados de liquidez de solvabilidade.*”<sup>222</sup>

O descrito permitiu a introdução dos mecanismos de resolução constantes do Aviso n.2/GBM/2013.

##### **4.1. Objetivo das medidas de resolução**

As medidas de resolução têm em vista evitar a ocorrência de situações de risco de incumprimento, por parte das instituições financeiras.

Pretendem também garantir o interesse dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro, aferidas de acordo com o princípio da adequação e proporcionalidade.<sup>223</sup>

---

<sup>221</sup> Nos termos do artigo 21, do Aviso 02/GBM/2013

<sup>222</sup> Desta forma, sempre que alguma instituição tivesse perante um desequilíbrio financeiro, e não dispusesse de fundos próprios, a única forma de salva-la seria injetar fundos públicos ou iniciar um processo de insolvência, sendo que em ambos o erário público e os interesses dos contribuintes, eram fortemente lesados, como também o sistema financeiro sofria fortes consequências.

<sup>223</sup> Vide, o n.º 1, do artigo 4.º, do Aviso 02/GBM/2013

Decorrente da relevância que a atividade bancária tem, face ao sistema financeiro e, “havendo necessidade de promover e salvaguardar a solidez financeira, robustez e resiliência das instituições de crédito, os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema bancário,”<sup>224</sup> vêm os mecanismos de resolução bancária ser um meio tendente a resolver situações de crise, ou dotar as instituições de mecanismo de salvaguarda da sua solidez, por forma a fazer o sistema financeiro sobreviver a uma crise, visto que estas não se conseguem prever, nem evitar.

Toda esta atividade é regida por inúmeros princípios, sendo a confiança, aquele que pode colocar em risco este setor.

No entender de Joana Rossio, “...uma crise no sector bancário abala a confiança dos depositantes e pode levar facilmente a uma corrida aos depósitos, extremamente perigosa para a saúde financeira dos bancos.”<sup>225</sup>

Logo, conclui-se que as medidas de resoluções só ocorrem quando uma instituição financeira representa sérios riscos de não cumprir os requisitos para a manutenção da autorização para o exercício da sua atividade. Dito de outro modo, quando existam fundadas razões que demonstrem, que a curto prazo, a instituição financeira terá prejuízos suscetíveis de consumir o respetivo capital social e que a mesma se encontre impossibilitada de cumprir com as suas obrigações, por possuir ativos próprios inferiores às respetivas obrigações.

## **5. Especificação das medidas de resolução no sistema jurídico-financeiro moçambicano**

As medidas de resolução que podem ser adotadas no sistema jurídico-financeiro moçambicano, segundo o art.º 17º do aviso n.º 2/GBM/2013, são:

- a) *A alienação, parcial ou total, da instituição em dificuldades financeiras;*
- b) *A venda, parcial ou total, dos ativos e a assunção dos passivos;*
- c) *A revogação da autorização do exercício da atividade.*

---

<sup>224</sup> Vide, Preambulo do Aviso 02/GBM/2013

<sup>225</sup> ROCIO, Joana. (2015), p.12

A aplicação das medidas acima referidas, são da competência do BM todavia os seus poderes não são ilimitados, devendo obediência à lei, que lhe impõe condutas de supervisão e atuação na aplicação da medida de resolução.<sup>226</sup>

Um dos limites à conformação das medidas de resolução, em especial aquelas que versam sobre a venda ou alienação total ou parcial da instituição de crédito é a hierarquia de credores e o princípio da igualdade, que levanta alguma discussão.<sup>227</sup>

No âmbito da legislação moçambicana resulta do artigo art. 16.º, n.º1 do aviso n.º 2/GBM/2013,<sup>228</sup> uma determinada hierarquia dos credores e acionistas, que se encontra em condições de igualdade dentro de cada classe de credores.

Assim, com o objetivo em estabelecer um equilíbrio e salvaguarda dos interesses dos credores e proporcionar a estabilidade do mercado financeiro, deve a entidade competente para a resolução das IC obedecer à graduação de créditos, de acordo com a lei e no respeito aos princípios fundamentais constitucionais.

Dito de outra forma, evitar-se-á a violação do princípio da igualdade e a ocorrência de situações de discricionariedade injustificada, entre credores que se encontrem na mesma posição.

Neste contexto cabe ao BM decidir o montante a transferir em matéria de ativos e passivos, enquanto medida de resolução, prevista nos termos do art.º. 17º, b) do aviso n.º 2/GBM/2013<sup>229</sup> que tem como o valor total dos ativos a transferir, da instituição objeto da medida de resolução.

As medidas de resolução são assim uma tentativa de resposta a situações de crise, em que os mecanismos até então utilizados, não tinham dado uma resposta,

---

<sup>226</sup> A entidade responsável que seleciona os ativos e passivos a ser alienados, não detém de liberdade absoluta, encontrando-se regida pelo respeito por princípios normativos, que limitam sua atuação.

<sup>227</sup> Vide, PESSOA, Diogo; Leite, Marta Vasconcelos. p. 22

<sup>228</sup> “Na aplicação das medidas de resolução deve-se assegurar que os acionistas e os credores da instituição de crédito em causa assumam prioritariamente os prejuízos, de acordo com a respetiva hierarquia e em condições de igualdade dentro de cada classe de credores.” Artigo 16º, n.º1 do aviso n.º2/GBM/2013.

<sup>229</sup> As medidas constantes do artigo 17.º, do aviso 02/GBM/2013, constituem uma alternativa, mais atual e ajustada às necessidades, que as medidas alternativas tradicionais, que se baseavam na liquidação após a demonstração de total recuperação da instituição.

de forma a evitar a insolvência ou danos irreparáveis para a economia e sistema financeiro.<sup>230</sup>

Apesar da alteração ocorrida em Moçambique elas continuam a apresentar debilidades em face às exigências internacionais em matéria de resolução.

## **6. Aplicação das medidas de resolução no sistema jurídico moçambicano**

No que tange à aplicação de medidas de resolução, no sistema jurídico moçambicano, estas encontram-se previstas no artigo 18.º do aviso n.º 2/GBM/2013.

Resulta daquele preceito, aquando da aplicação de uma medida, seja respeitada a sua finalidade e assegurada a sua aplicação,<sup>231</sup> o que é aferido casuisticamente à luz, dos critérios constantes do referido preceito e por nós já mencionados.

As medidas de resolução bancária em Moçambique podem ser aplicadas aos diversos tipos de instituições de crédito<sup>232</sup> e as sociedades financeiras<sup>233</sup> com sede em Moçambique e as sucursais em Moçambique, destas entidades com sede no estrangeiro.<sup>234</sup>

A instituição financeira em crise, pode entretanto ser objeto de medidas de resolução quando a mesma não cumpra o regime sobre a qual se encontra estipulada, ou represente um sério risco de não cumprir, colocando em causa o cumprimento dos requisitos para a manutenção da autorização, para o exercício da sua atividade, não descurando também a necessidade indispensável que as medidas

---

<sup>230</sup> Vide, PESSOA, Diogo; Leite, Marta Vasconcelos, p. 22

<sup>231</sup> Exemplo concreto e legal, é o artigo 16.º do aviso, que estabelece que no âmbito da aplicação de uma medida de resolução, os acionistas serão os primeiros a assumir os prejuízos, seguido dos credores, sempre e de acordo com a hierarquia estabelecida em cada classe.

<sup>232</sup> Nos termos do art.º 3º, do aviso n.º 2/GBM/2013, como seja, os bancos, as sociedades de locação financeira, as cooperativas de crédito, as sociedades de factoring, as sociedades de investimento, entre outras.

<sup>233</sup> Nos termos do art.º 5º, do aviso n.º 2/GBM/2013, como as sociedades financeiras de corretagem, as sociedades corretoras, as sociedades gestoras de fundos de investimento, as sociedades gestoras de patrimónios, as sociedades de capital de risco, as sociedades administradoras de compras em grupo, as casas de câmbio, entre outras.

<sup>234</sup> Conforme dispõe disposto no art.º 9º e no art.º 31, do aviso n.º 2/GBM/2013.

de resolução apresentam, face ao caso, no sentido de que a sua atuação, venha em prossecução das suas finalidades.

Apesar dos fatos enunciados, para que as medidas de resolução sejam aplicadas de acordo com os pressupostos legais, é preciso que se respeite os princípios constantes do artigo 16.º do aviso, de forma a tornar legítima a medida tomada.

Os princípios que a doutrina refere, que devem ser respeitados e, que encontram respaldo legal nos termos do artigo 4.º, consistem no princípio da necessidade, da adequação e da proporcionalidade. Portanto, na verificação de determinadas situações, que justifique a intervenção da autoridade de resolução junto de uma instituição, para a aplicação de uma medida de resolução, esta autoridade deve analisar o caso concreto, para ver se estão preenchidos os requisitos e as condições necessárias para o desencadear de um processo de resolução, que se encontram estabelecidos no artigo 18º do aviso.<sup>235</sup>

A aplicação de qualquer medida de resolução implica, por si só, uma intervenção numa instituição bancária, com especial gravidade, sendo que a entidade com competente e poderes para realizar esta intervenção, no caso o Banco de Moçambique, terá de analisar os elementos do caso e tomar a decisão que mais se ajusta às necessidades fatuais, em análise. De ressaltar que a aplicação prática das medidas de resolução no contexto moçambicano não exige que seja precedida das medidas de intervenção corretivas.<sup>236</sup>

Entretanto, enquanto uma medida mais agressiva,<sup>237</sup> o regulador dá primazia a aplicação das medidas de intervenção corretiva e só eventualmente, se passará

---

<sup>235</sup> Para que o Banco de Moçambique tomar qualquer medida de resolução indicadas no art.º 17º do aviso, é necessário que se verifique que, art.º 18º:

- a) *A instituição de crédito não cumpre com as normas legais e regulamentares que disciplinam sua atividade; ou*
- b) *A tomada de medidas de intervenção corretiva previstas na secção III do presente Plano de Contingência, não permitiu recuperar a instituição.*

<sup>236</sup> “A aplicação das medidas de resolução não depende da prévia aplicação de medida de intervenção corretiva”, nos termos do n.º 3, do artigo 16, do Aviso 02/GBM/2013

<sup>237</sup> Vide, PESSOA, Diogo; Leite, Marta Vasconcelos. p. 22



para a aplicação de medidas de resolução, quando estas não suprimirem efeitos desejados.<sup>238</sup>

Nas situações em que não tiver ocorrido a aplicação de medidas corretivas e a autoridade competente queira aplicar de imediato uma medida de resolução, face ao caso concreto, é preciso fazer-se um juízo de prognose que permita concluir que a aplicação de medidas corretivas seria insuficiente e ineficaz, sendo justificável passar de imediato para a aplicação de uma medida de resolução.

Em todo o caso, as medidas de resolução são aplicadas, com o objetivo de garantir que a instituição em análise, continue com a sua atividade e a prestar serviços financeiros essenciais.

Assim, todo este processo de intervenção, deve ser uma fase de transição, que vem fortalecer o sistema e a instituição intervencionada.

Em suma, denota-se que a principal finalidade das medidas de resolução é sobretudo assegurar a estabilidade do sistema financeiro, combinando todas as finalidades enunciadas, com o objetivo de acautelar riscos futuros, vigiando o sistema, protegendo assim os contribuintes e o erário público, o que na prática tem constituído um verdadeiro desafio, como demonstrado aquando da intervenção do Moza Banco.

## **7. Finalidade das medidas de resolução no sistema moçambicano**

As medidas de resolução de Moçambique têm como finalidade:<sup>239</sup>assegurar a continuidade da prestação de serviços financeiros essenciais; acautelar o risco sistémico; salvaguardar os interesses dos contribuintes e do erário público; salvaguardar a confiança dos depositantes.<sup>240</sup>

---

<sup>238</sup> A medida de resolução exige, que para sua aplicação se tenha verificado que as medidas de intervenção corretivas aplicadas à instituição em crise, não tenham supridos os efeitos desejados, ou seja, não tenham obtido a recuperação da instituição, Vide, art.º 18º, n.º 1, b) do aviso n.º 2/GBM/2013.

<sup>239</sup> Nos termos do artigo 15.º, do Aviso n.º 2/GBM/2013

<sup>240</sup> Todos estes valores enunciados, só podem ser salvaguardados, se houver uma entidade que fiscalize e supervisione todo o sistema e entidades financeiras, que no caso concreto, é o Banco Central de Moçambique, conforme disposto nos art.º 37º e 38º da Lei Orgânica, Lei n.º 01/92, de 3 de janeiro.

Destas, importa ressaltar a salvaguarda dos interesses dos contribuintes e do erário público,<sup>241</sup> e que merece especial referência dada a sua importância.

Em Moçambique, o ciclo de vida das IC tem o seu início aquando da autorização de constituição<sup>242</sup> nos termos do artigo 13, da LICSF, e término quando verificados um ou cumulativamente, os requisitos alistados nos termos do artigo 17.º, para a revogação da autorização, que “[tem] em vista a proteção dos interesses dos depositantes, investidores e outros credores e a salvaguarda das condições normais de funcionamento do mercado”<sup>243</sup>, culminando desta forma na sua dissolução e liquidação.

Das várias violações que levariam a dissolução, importa para o caso em concreto, referir o da alínea d), do artigo 17.º:

(...)

*d) Se violar as leis e regulamentos que disciplinam a sua atividade ou não observar as determinações do Banco de Moçambique, de modo a pôr em risco os interesses dos depositantes e demais credores ou as condições normais de funcionamento dos mercados monetário, financeiro ou cambial.”*

A revogação da IC ou SF, teria lugar depois da instituição ter sido sujeita as “providências extraordinárias de saneamento,”<sup>244</sup> e tendo estas falhado, muitas vezes com custos para o próprio Estado ou para o sistema financeiro, ficando o vazio legal relativamente a resolução na LICSF.

---

<sup>241</sup> Disposto no art.º 15º, c) do aviso n.º 2 /GBM/2013

<sup>242</sup> Em que a constituição de instituições de crédito e das sociedades financeiras depende de autorização a conceder, caso a caso, pelo Ministro do Plano e Finanças, ouvido o Banco de Moçambique.

<sup>243</sup> Nos termos do artigo 81, da LICSF, que constitui a justificação ao saneamento das instituições em Moçambique.

<sup>244</sup> Nos termos do artigo 83, da Lei 15/99, “Quando instituição de crédito ou sociedade financeira se encontre em situação de desequilíbrio financeiro, traduzido designadamente, na redução de fundos próprios não a um nível inferior ao legal ou inobservância dos rácios de solvabilidade ou de liquidez, o Banco de Moçambique pode determinar, no prazo que fixar, a aplicação de algumas ou de todas as (...) providências extraordinárias de saneamento”, tendo em vista a recuperação e estabilização da situação financeira da IC ou SF.

Assim, as atuais medidas de resolução, constantes do art.º 17.º do aviso n.º 2/GBM/2013, tem como objetivo recuperar uma instituição em crise, sem custos para os contribuintes nem para o Estado.

Apesar destas medidas constituírem um instrumento legal que reforça a confiança dos depositantes no sistema bancário, sendo este o principal aspeto que estabiliza todo este setor e que constituem recomendações do *Financial Stability Board*<sup>245</sup> estas não foram integralmente adotadas por Moçambique.

Conclusão, percebeu-se que as medidas de resolução visam regular situações de crise, forma a evitar que esta se propague, defendendo os interesses dos contribuintes e do erário público, evitando que os mesmos saiam lesados, e que desta situação decorram desequilíbrios financeiros que criem um colapso financeiro.

Para Joana Rocio, estas medidas reforçam a confiança dos depositantes nas instituições financeiras “assegurando,” em princípio não irão sofrer os prejuízos de uma IC em dificuldades.<sup>246</sup>

Posição que nos revemos, entretanto em, Moçambique a mesma continua a constituir um desafio, isto porque podem afetar o erário publico, os depositantes e os contribuintes.

## **8. Reflexão sobre os fins que as medidas de resolução visam alcançar**

As medidas de resolução assentam na proteção e no reforço da atividade bancária, consequentemente na obtenção da estabilidade do sistema bancário. Vem estas proteger as instituições financeiras de processo e situações de risco, tendo como objetivo preservar os serviços essenciais deste setor.<sup>247</sup>

---

<sup>245</sup> A “obrigatoriedade” de os Estados adotarem em suas legislações internas “*Key Attributes of effective resolution regimes for financial institutions*”, tem em vista uma maior estabilidade do sistema financeiro e a existência de um regime de resolução, bem como da existência de uma entidade com competências para o efeito.

<sup>246</sup> ROCIO, Joana. p. 24.

<sup>247</sup> Nos termos da alínea a, do artigo 15 do Aviso 02/GBM/2013

De igual forma, tendem a “cautelar o risco sistémico”<sup>248</sup> em caso de uma instituição financeira passar por uma crise.

Portanto, podemos percecionar as medidas de resolução, em termos gerais, como sendo medidas preventivas que regulam os procedimentos de atuação ou métodos de reação das entidades de supervisão e regulamentação, perante situações de crise bancária nas ICSF, tendo estas como característica, a sua forma rápida e eficaz de atuação.

A existência destas medidas e a sua concretização cria mecanismos de atuação, face ao surgimento de situações que coloquem em crise as instituições financeiras, evitando também, que se recorra à injeção de fundos públicos na IC, com fortes consequências para o país.<sup>249</sup>

Uma das finalidades que as medidas de resolução no sistema de Moçambique defende é relativo a de assegurar a continuidade da prestação de serviços essenciais <sup>250</sup>alínea a), do art.º 15º, do Aviso n.º 2/GBM/2013, face a isto, importa refletir sobre o que se entende por serviços essenciais.

Entende-se por serviços financeiros essenciais,<sup>251</sup>em especial, os serviços bancários, com destaque a todas as formas de pagamento e transferências que o sistema permite, de forma a fomentar o desenvolvimento e normal funcionamento do setor empresarial e comercial das instituições de crédito. Isto é, todos aqueles serviços que permitem a continuidade do sistema de pagamentos e que a sua paralisação implicaria inúmeros prejuízos na economia de um país, sobretudo na atividade empresarial e comercial.

Quando uma instituição financeira e bancária está em crise, há uma forte probabilidade da mesma contaminar as restantes, o denominado risco sistémico,

---

<sup>248</sup> Conforme dispõe a alínea b, do artigo 15, do Aviso 02/GBM/2013

<sup>249</sup> ROCIO, Joana. p. 24.

<sup>250</sup> Os serviços essenciais têm uma forte relevância no setor. Deste modo, quando estes se encontram em efetivo risco, são acionadas medidas de resolução por forma à estabilizar a crise que se prevê que se irá instalar.

<sup>251</sup> Os que constam do artigo 4.º, do RICSF, entre outros: aqueles que permitem a recolha de depósitos, a movimentação de contas, desde levantamento, pagamentos, transferências, nas mais variadas ordens, tanto nacional como internacional, como também podem ser atos de gestão do sistema de pagamentos e liquidações.

que as medidas de resolução pretendem evitar pois, se estas são entendidas, como “...um conjunto de medidas e procedimentos impostos pelo Banco de Moçambique que visam recuperar a instituição de crédito quando a intervenção corretiva tiver falhado,”<sup>252</sup> elas têm como prioridade solucionar um problema evitando que o mesmo se propague, não descurando o seu objetivo principal, que é o de recuperar a instituição de crédito.

Podemos compreender então, que a atividade bancária tem um relevante papel na vida em sociedade, nas relações empresariais e gestão do setor. Nunca é de mais relembrar o seu papel nos tempos de hoje, de financiamento à economia e de gestão dos serviços de pagamento, principalmente, no exercício dos serviços essenciais a serem prestados, o que torna imperioso o seu bom funcionamento para a utilidade pública.

Pelos motivos referidos, percebe-se da importância de um sistema bancário estável e a relevância das medidas de resolução para a solução de problemas tendentes a gerar crises financeiras.

---

<sup>252</sup> Art.º 2º, x) do aviso n. º2/GBM/2013

**Capítulo V**  
**O *BAIL IN***

## 1. Conceito de *bail in*

O *bail in* é uma medida de resolução bancária, de recapitalização interna.

Enquanto medida de resolução, o *bail in*, é o mecanismo que, atualmente, é utilizado à escala internacional tendo por objetivo salvar o sistema e a confiança dos depositantes.

O *bail in* ou recapitalização interna visa reforçar os fundos de uma IC, de modo a permitir a manutenção da autorização para o exercício da sua atividade, e a obtenção do financiamento autónomo nos mercados financeiros.

Por outras palavras, o *bail in* enquadra-se no âmbito das medidas de resolução, sendo definido como um mecanismo em que a autoridade de resolução exerce determinados poderes face à IC, tais como: a redução do passivo (*write-down*), em que as perdas da IC são absorvidas pelos acionistas e subsidiariamente pelos credores.<sup>253</sup>

O *bail in* também pode ser um instrumento de conversão, ou seja, os títulos de dívida de uma IC objeto de resolução podem ser convertidos, como o próprio termo indica, em ações ordinárias, permitindo que as participações existentes sejam anuladas.<sup>254</sup>

Portanto, o *bail in* pode ser utilizado enquanto mecanismo de recapitalização da IC em crise financeira, conjugado com medidas de reestruturação impostas pela entidade de resolução, com o objetivo de estabilizar a instituição financeira e todo o setor bancário.

---

<sup>253</sup> GONÇALVES, Maria do Rosário de Carvalho Lira Ferreira Soares. p. 12

<sup>254</sup> Por outras palavras, o *bail in* vem transformar os títulos de dívida em instrumentos semelhantes aos *CoCos*, ou seja, são instrumentos que se convertem em ações após a verificação de determinadas ações. Todavia, estes dois instrumentos apesar de similares não devem ser confundidos, pois o *bail in* incide sobre vários instrumentos e ocorre enquanto medida de resolução, ao contrário o *CoCos* opera sem intervenção de entidades reguladoras e são utilizados antes da fase de risco. Ver, NAN, Chen; Glasserman, Paul; Behzad Nouri; Pelger, Markus – *CoCos, Bail-In, and Tail Risk*. Office of Financial Resherach. U.S: Department of the Treasury. Working Paper 004, 2013

Esta medida de resolução constitui uma reabilitação da IC em crise, sendo esta medida aplicada através de várias medidas, como a redução administrativa de responsabilidades da IC e o aumento de capitais próprios.<sup>255</sup>

Enquanto medida de resolução tem como seu principal objetivo reabilitar a IC que está instável, sem que a aplicação desta implique a descontinuidade da atividade protagonizada pela instituição intervencionada, art.º 145.º-U, n.º 1 do RGICSF. Esta medida resolução distingue-se das demais, na forma como protege o funcionamento da IC, que evita o cessar da sua atividade e a fragilização do setor financeiro, o que poderia contagiar as restantes instituições.

O *bail in* encontra-se tipificado no art.º 145.º-U do RGICSF. E enquanto medida de resolução pode ser aplicado em conjunto com outras medidas de resolução, como a alienação parcial ou total da atividade ou transferência de capital.

Por sua vez, a aplicação do *bail in* como mecanismo de recapitalização interna encontra-se previsto no art. 145.º -V do RGICSF. A sua aplicação obriga a que a IC objeto de intervenção seja avaliada, com a finalidade de se determinar melhor o valor nominal de créditos elegíveis em capital social.

O Banco de Portugal enquanto entidade de resolução, após a avaliação à IC determina o montante de valores de créditos elegíveis, segundo o art. 145.º -V, n.º 1 do RGICSF, por forma a permitir, entre outros aspetos, que a instituição mantenha a autorização de exercício da atividade e se autofinancie nos mercados.

A existência e aplicação desta e de outras medidas de resolução ocorrem pelo reconhecimento da inadequação do processo de insolvência, sendo estas medidas consideradas mais eficazes e céleres, de forma a evitar o risco de colapso e contágio no sistema.<sup>256</sup>

Quando se está perante situações de risco cabe às autoridades de resolução avaliarem a complexidade da situação, de modo, a poder ter espaço de atuação e decisão, mais apropriados.

---

<sup>255</sup> Vide, MACHADO, Pedro – *O bail-in enquanto novo paradigma para a resolução bancária: discricionariedade e dever de cuidado*. E-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público, vol. 3, n.º 1 (2016), versão On-line ISSN 2183-184X.

<sup>256</sup> Vide, MACHADO, Pedro (2016), versão On-line ISSN 2183-184X.



Muitos países sentiram, por isso, a necessidade de resgatar instituições bancárias privadas, o que levou a que o termo *bail in* se tornasse mais conhecido e relevante no “mundo” financeiro.

Importa, entretanto, ressaltar que o *bail in* é oposto ao *bail out*. Este último, permite intervir nas instituições em crise, atribuindo-lhes fundos públicos com vista à sua estabilização, em conformidade com um programa de intervenção, acompanhado de medidas de austeridade. Já o *bail in* consiste na recapitalização da IC em crise, com fundos financiados, maioritariamente por credores “que sustentam alguma carga financeira da situação problemática”.<sup>257</sup>

A primeira situação em que foi aplicado o mecanismo de *bail in*, foi na crise bancária do Chipre, em 2013. Inicialmente, foi proposto resolver a situação através do mecanismo do *bail out*, em que todos os depositantes iriam participar com uma percentagem significativa, porém, o tumulto gerado política e socialmente, alteraram o percurso, vindo a crise a ser solucionada com a aplicação do mecanismo do *bail in*.

O *bail in* é um mecanismo que perante uma crise financeira, ou seja, o risco de falência de uma instituição financeira, permite ao,

*“...Banco de Portugal determinar a aplicação da medida de recapitalização interna para reforçar os fundos próprios de uma instituição de crédito na medida suficiente que lhe permita voltar a cumprir os requisitos para a manutenção da autorização para o exercício da sua atividade e obter financiamento de forma autónoma e em condições sustentáveis junto dos mercados financeiros, nos casos em que exista uma perspetiva razoável de que a aplicação da medida, juntamente com outras medidas relevantes, permitirá alcançar as finalidades previstas no n.º 1 do artigo 145.º-C e restabelecer a solidez financeira e a viabilidade a longo prazo da instituição de crédito, ...”*<sup>258</sup>

---

<sup>257</sup> Vide, COELHO, Sandra – *CDS bancário, bail-in e proteção obrigacionista*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Finanças, Universidade Católica Portuguesa, Porto (2016), p. 23.

<sup>258</sup> Art. 145.º -U, n.º 1 do RGICSF.

O *bail in* atua em momento anterior à falência da instituição, pelo que, a entidade reguladora tem o poder de impor as perdas aos obrigacionistas, eximindo, assim, os contribuintes.

Este mecanismo também é conhecido por resgate interno em que a entidade de resolução tem o poder em proceder à reestruturação do passivo de uma instituição em crise,<sup>259</sup> com o objetivo de reestabelecer a sua solidez financeira e respetiva viabilidade.<sup>260</sup>

A capitalização de uma instituição com recurso a fundos privados, conduz ao aumento do seu capital social e em alguns casos resulta de uma recomendação do Banco de Portugal.

Note-se, que em 2011, antes de Portugal estar sujeito ao programa de assistência financeira, o Banco de Portugal através do aviso 3/2011,<sup>261</sup> de 10 de maio impôs o reforço de capital a determinadas instituições financeiras. Ao dar cumprimento ao Aviso constatou-se que muitas eram as IC que careciam de recapitalização.

Com esta imposição alterou-se, naquela altura, um paradigma. Estas decisões de capitalização da instituição financeira que normalmente eram deliberadas em assembleia geral da IC, naquela altura, resultaram de uma imposição da entidade supervisora, devido a necessidade de se ter de cumprir com os rácios de capital, de forma a consolidar a instituição e estabilizar a sua atividade.<sup>262</sup>

---

<sup>259</sup> Esta técnica pode ser utilizada num cenário de *open bank* como de *closed bank*. P. 32, GALRÃO, Sara Santos, p. 32

<sup>260</sup> DE ALMEIDA António Pereira - *Sociedades Comerciais. Valores Mobiliários e Mercados*. Coimbra Editora, 6ª Edição. 2011.

<sup>261</sup> “Ficou estabelecido o reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional, em linha com a motivação que esteve subjacente à aprovação do Aviso nº 1/2011, de 5 de abril, nomeadamente a necessidade de reforçar a resiliência do sistema bancário a choques adversos e de acompanhar os níveis mais exigentes que estão a ser estabelecidos no plano internacional”, e que revoga o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2011, de 5 de abril, nos termos n.º 7, do seu art.º Único.

<sup>262</sup> Esta operação, de aumento de capital, é considerada um processo complexo, onde existem formalidades legais previstas, que devem ser cumpridas, podendo este se realizar de duas formas, ou através de incorporação de reservas ou através de entrada de novos montantes de dinheiro, o que no caso concreto, interessa é o aumento de capital realizado através de subscrições públicas,

Naquele processo, coube ao Banco de Portugal determinar o valor de capitalização, que as IC tiveram de acatar, sob pena de lhes serem aplicadas as sanções constantes do RGICSF.

Face ao exposto resulta a capitalização poder ser feita através de fundos privados e públicos naquelas situações em que a IC não se consegue financiar nos mercados financeiros.<sup>263</sup>

Todavia, o recurso a fundos públicos é uma operação complexa, requer tempo, e depende da aprovação da Comissão Europeia, no âmbito de um plano de reestruturação, com vista à estabilização do sistema financeiro nacional.<sup>264</sup>

Finalizando, o *bail in* diferentemente do *bail out*, absorve as perdas através da participação dos credores, que se materializa através da conversão de passivos, como com o aumento do capital.

*“Desta forma, converte-se o passivo (créditos dos acionistas e credores da IC intervencionada) em capital próprio e reduz-se o montante dos créditos ou aumenta-se o capital social, através dessa mesma conversão, respeitando o princípio da graduação dos créditos.”*<sup>265</sup>

## 2. Impacto do *bail in*

O *bail in* tem impacto, desde logo, na IC que é objeto de resolução bancária.

Referentes aos credores, estes podem ser afetados e sofrer o impacto da imposição, deste mecanismo. O impacto desta medida depende do alcance imposto pela entidade supervisora.

---

tendo este o seu próprio regime. GONÇALVES, Maria do Rosário de Carvalho Lira Ferreira Soares. p. 29.

<sup>263</sup> Lei nº 63-A/2008, de 24 de novembro -Estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

<sup>264</sup> Vide, GONÇALVES, Maria do Rosário de Carvalho Lira Ferreira Soares. p. 84

<sup>265</sup> Segundo. ROCIO, Joana. P. 34.

O *bail in* enquanto instrumento de resgate interno, no âmbito de medidas de resolução visa recapitalizar determinada instituição financeira,<sup>266</sup> que se encontra perante uma situação de colapso. Como tal, este mecanismo, vai ter sempre impacto tanto nos membros da instituição, como nos credores, investidores e depositantes.

Sempre que uma instituição financeira decida recapitalizar-se, o sistema financeiro na sua totalidade fica sujeito a pressões, o que, faz com que as restantes instituições financeiras fiquem com uma supervisão mais apertada para evitar o risco sistémico.

Portanto, qualquer medida de resolução que seja tomada, em particular o *bail in*, coloca o sistema financeiro em “estado de sítio”, ou seja, todo o sistema fica atento às próximas movimentações, intervenções ou recomendações que a entidade de supervisão e resolução possa tomar, no sentido de evitar o efeito contágio ou a pressão exercida sobre as restantes instituições.

Não é só o sistema financeiro que fica sobre pressão. Em termos sociais, faz-se sentir a intranquilidade resultante da intervenção e que é evidenciada, desde logo, pelo aparato mediático gerado em torno de toda esta situação. Tal, leva, por sua vez, a desconfiança dos depositantes, que pode conduzir a um fluxo indesejável de levantamento dos depósitos.

No entanto, o *bail in*, devido as suas características, fortalece o sistema evitando demonstrar que a instituição está a colapsar e que, apenas, se quer fortificar para em situações de crise conseguir resistir por forma a estabilizar e tranquilizar o sistema financeiro.

Todas as medidas de resolução, sendo que esta não é exceção, têm impacto na economia, no crescimento económico, na liquidez de empréstimos e no emprego. Apesar de serem aplicadas com o objetivo de salvar uma IC de uma crise ou possível colapso, a sua aplicação coloca sempre em causa todo o setor, todavia

---

<sup>266</sup> Nos termos da Lei n.º 4/2012, de 11 de janeiro, que procede à terceira alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, e que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

também o estabiliza, denotando-se assim, um lado positivo e negativo na sua intervenção.

Numa situação em que é necessário aplicar o *bail in*, o impacto não se faz só sentir a nível nacional, como tem repercussões a nível internacional, o que coloca todo um setor em vigia e pressão.

Como já referido, no direito moçambicano não existe nenhuma consagração sobre esta medida de resolução – o *bail in*.

### 3. Vantagens e desvantagens da aplicação do *Bail In*

As vantagens e desvantagens do *bail in*, dependem da interpretação feita por cada autor. No entanto, existe algum consenso quanto a vantagem da manutenção da atividade da instituição financeira, pois as perdas são absorvidas, de acordo com uma hierarquia estabelecida.

Outra vantagem apontada ao *bail in* é ser considerado um instrumento eficaz e célere, pois determinados aspetos são aplicados de forma automática, o que permite ir ao encontro dos seus objetivos. Por sua vez, pode ser aplicado com outras medidas de resolução, o que concede uma resposta mais abrangente e completa, para o caso concreto.<sup>267</sup>

Uma vez aplicado, o *bail in*, permite ainda, a realização de uma nova avaliação independente, para verificar do respeito pelos princípios e premissas que o sustentaram.

Os credores e acionistas que absorvem parte das perdas e custos da situação financeira da instituição, é-lhes permitido acompanhar de perto a atividade da instituição, de forma a tornar mais transparente todo o processo, como também a conceder credibilidade e confiança, na aplicação da medida, sendo esta outra vantagem.<sup>268</sup>

---

<sup>267</sup> GALRÃO, Sara Santos. p. 125.

<sup>268</sup> Vide, GONÇALVES, Maria do Rosário de Carvalho Lira Ferreira Soares. p.22.

A questão mais controversa sobre esta medida, resulta de problemas de compatibilidade com a ordem jurídica portuguesa, mormente de constitucionalidade, ao consagrar a igualdade de participação, face aos credores da instituição, em resultado de na aplicação do *bail in* as perdas serem repartidas de igual forma.

Outra questão que tem suscitado dúvidas, esta relacionada com a retirada de privilégios a determinadas partes, por não terem um tratamento paritário. Isto, leva a desconfiança dos depositantes e consequente instabilidade do sistema financeiro.<sup>269</sup>

Outra desvantagem apontada ao *bail in* é o problema do risco moral, criticado por fornecer um caminho para que os investidores salvem uma instituição falida ou em colapso, sem dar garantias de que é um investimento seguro.

E, os acionistas e obrigacionistas, detentores de títulos, perderem parte do capital investido, para suportar as perdas da instituição e não alargar o contágio de crise que a instituição em causa se depara.

Em suma, apesar das desvantagens apontadas, o *bail in*, enquanto medida de resolução é uma opção vantajosa, por ter como objetivo o sustentar de um sistema frágil para que o mesmo se mantenha estável de forma a prosseguir com a sua atividade. Tem ainda a vantagem de proteger todos os contribuintes por salvaguardar os seus depósitos.

Por último, a aplicação do *bail in*, numa situação de risco de uma instituição, atenua a ocorrência de riscos de contágio em todo o sistema, evitando o seu possível colapso, reforçando ainda a estabilidade económica de um país.

---

<sup>269</sup> GALRÃO, Sara Santos. p. 54.

## CONCLUSÃO

- i. Este estudo teve como objetivo demonstrar as possíveis soluções para fazer face a crises no setor financeiro e, com especial enfoque, no bancário. Por sua vez, procedeu-se à apreciação das experiências vividas neste setor o que permitiu uma melhor apreciação e reflexão sobre a atualidade para aferir em que medida elas poderiam contribuir para a compreensão e melhorias das soluções adotadas.
- ii. É do conhecimento que as crises, a nível nacional e internacional, neste setor impulsionaram a criação e manutenção de medidas de resolução bancárias atuais. Isto porque se tem entendido que elas são menos lesivas para o sistema financeiro em geral permitindo, ainda, soluções mais ajustadas em situação de insolvência da IC.
- iii. Por esta decorrência, mereceram a nossa natural atenção os mecanismos de resolução bancária, todavia, com uma maior incidência no *bail in*. Esta última, por ser considerada a nível nacional e internacional, um instrumento eficaz e célere de recapitalização interna, ou seja, sem necessidade de recurso ao erário público, e, consequentemente, sem a oneração do contribuinte e do depositante.
- iv. A legislação europeia e portuguesa, objeto da nossa apreciação, perceciona o *bail in* como um instrumento que garante a estabilidade do sistema financeiro evitando, assim, as indesejáveis crises sistémicas.
- v. Todavia, o *bail in* também não tem sido isento de algumas críticas, mormente, no que respeita à sua conformidade constitucional. É que em situação de perdas na IC os credores são chamados a participar num mesmo montante, independentemente, do peso do seu crédito na referida IC. Dito por outras palavras, o credor institucional não é tratado com paridade em relação aos demais existentes. Isto porque, tenha um grande ou pequeno montante a haver é chamado a participar nas perdas,

não em proporção do montante do seu crédito, mas do passivo a distribuir de igual forma por todos os credores das IC.

- vi. Apesar dos benefícios reconhecidos ao *bail in* Moçambique não consagrou legalmente este mecanismo de recapitalização interna. Não obstante, das recomendações do Fundo Monetário Internacional terem previsto a importância da adoção e implementação do *bail in* e do banco de transição Moçambique decidiu, neste particular, não seguir a recomendação.
- vii. Com efeito, decidiu prever nos termos do art.º 17º do aviso n.º 2/GBM/2013 as seguintes medidas de resolução: a) A alienação, parcial ou total, da instituição em dificuldades financeiras; b) a venda, parcial ou total, dos ativos e a assunção dos passivos; e, c) a revogação da autorização do exercício da atividade.
- viii. Cumpre esclarecer que este Aviso teve como objetivo dar uma maior concretização ao artigo 83º da LICSF, a qual por sua vez, não contemplava o *bail in* e o banco de transição. Para o Aviso poder prever estas duas medidas de resolução tinha de existir uma alteração legislativa prévia do preceito referido, o que não veio a suceder.
- ix. Já Portugal detém, em nosso entendimento, uma legislação mais completa e abrangente em virtude das instruções e recomendações oriundas do BCE e que se acabaram por repercutir no artigo 145.º do RGICSF em matéria de medidas de resolução.
- x. O referido preceito ao elencar como medidas de resolução: a) a alienação parcial ou total da atividade; b) transferência parcial ou total da atividade para instituições de transição; c) segregação e transferência parcial ou total da atividade para veículos de gestão de ativos e d) a recapitalização interna (*bail in*) fornece um conjunto mais abrangente de soluções, por comparação com o Moçambicano, para fazer face às crises bancárias.
- xi. Com efeito, as quatro medidas referidas no ponto antecedente garantem a proteção e reforço da atividade bancária, sobretudo, quanto à



estabilização do sistema, consolidando-o e fortalecendo-o permitindo uma melhor prevenção do contágio sistémico.

- xii. Face ao exposto, infere-se que Moçambique não só prevê mecanismos insuficientes e lacunosos por não consagrar o *bail in* e o banco de transição como já se referiu o que, tem como consequência não estar tão dotado para responder às crises financeiras e prevenir os contágios sistémicos.
- xiii. Com agravante acrescida de onerar o erário público, já de si, bastante endividado, desprovido, ainda, de adequada proteção dos contribuintes e dos depositantes.
- xiv. Em termos práticos, é nosso entendimento, que o Aviso n.º 2/GBM/2013, de 29 de abril, apenas constitui um “paliativo” para dar continuidade e assegurar a prestação de serviços financeiros básicos pelas instituições financeiras.
- xv. As medidas de resolução previstas no referido Aviso não constituem, apesar de assim serem designados, verdadeiros mecanismos de resolução bancária porque não evitam a oneração do erário público em virtude do seu tratamento insuficiente e lacunar.
- xvi. Assim concluímos pela necessidade em proceder a alterações no arquétipo legal vigente em Moçambique, por um que, verdadeiramente, salvguarde o sistema financeiro numa situação de crise, e que corresponda as atuais exigências e medidas de resolução bancária recomendadas pelas boas práticas internacionais, mais concretamente do *Financial Stability Board*.
- xvii. Pela inclusão do *bail in* e do banco de transição por se terem revelado instrumentos ajustados.

## **BIBLIOGRAFIA**

A. Barreto Menezes CORDEIRO. *(Os limites dos poderes de transferência do Banco de Portugal no âmbito do Processo de Resolução)*. In, CORDEIRO, António Menezes. Estudos de Direito Bancário I. Almedina. 2018.

ABREU, Margarida; *et. al.* - *Economia Monetária e Financeira*. 2ª Edição. Escolar Editora. 2012.

ANTUNES, José A. Engrácia - *A supervisão consolidada dos grupos financeiros*. Universidade Católica Editora. 2000.

ARMOUR, Jonh; *et. al.* *Principles of Financial Regulation*. Oxford-University Press. 2016.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. *Relatório Anual do Banco de Moçambique de 2014*

BANCO DE MOÇAMBIQUE. *Relatório Anual do Banco de Moçambique de 2015*. Vol. 24

Banco de MOÇAMBIQUE. *Relatório Anual do Banco de Moçambique de 2016*. Macro prudencial.

BANCO DE PORTUGAL - *A Supervisão enquanto mecanismo de promoção e Salvaguarda da estabilidade financeira*, fevereiro de 2013.

BANCO DE PORTUGAL. *A Supervisão enquanto Mecanismo de Promoção e Salvaguarda da Estabilidade Financeira*. Relatório do Banco de Portugal. Fevereiro de 2013

BARBOSA, Luís Carlos. *Sistema financeiro e crescimento económico – estimação do impacto das finanças no crescimento dos países da União Europeia*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Contabilidade e Finanças. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Instituto Politécnico do Porto. Porto. 2015

BARBOSA, Mafalda Miranda – *Os limites da medida de resolução*. *Working papers*, Boletim de Ciências Económicas, Instituto Jurídico, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra. 2016.

CARDIM, Fernando; *et. alli.* *Brazil in the 2000'S: Financial Regulation and Macrorconomic Stability*. 2011.

COELHO, Sandra – *CDS bancário, bail-in e proteção obrigacionista*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Finanças, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2016.

COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA, *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27 – Instrumentos Financeiros*, Diário da República, 2.<sup>a</sup> série — N.º 173 — 7 de setembro de 2009

CORDEIRO, A. Menezes - *Manual de Direito Bancário*, 4<sup>a</sup> Edição. Almedina, Coimbra. 2010.

CORDEIRO, António Menezes – *Direito Bancário*. 5<sup>o</sup> edição, Almedina, Coimbra. 2014.

CORDEIRO, António Menezes. *Manual de Direito Bancário*. 6.<sup>a</sup> edição – Revista e atualizada, com a colaboração de A. Barreto Menezes Cordeiro. Almedina. 2016.

COSTA, Tiago Manuel de Sousa Freitas – *Da nova arquitetura europeia da supervisão bancária. Considerações a propósito do mecanismo de resolução*. Dissertação de Mestrado, na área de Ciências Jurídico-Forenses, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra. 2015.

DE ALMEIDA António Pereira - *Sociedades Comerciais. Valores Mobiliários e Mercados*. Coimbra Editora, 6<sup>a</sup> Edição. 2011.

DIOGO, Pessoa; LEITE, Marta Vasconcelos. *A Resolução das Instituições de Crédito: O Regime Nacional. Working Paper* n.º 01/2016. Mestrado, Mestrado em Direito Empresarial, Faculdade de Direito, Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa)

FERREIRA, António Pedro. *Direito Bancário*. Quid Juris, Sociedade Editora, Lisboa, 2005.

FERREIRA, António Pedro (Coord.); *et. al. Legislação do Sistema Financeiro de Moçambique*. Editora Vida Económica.

GALRÃO, Sara Santos – *O novo regime comunitário de gestão de crises bancárias. Uma análise dos mecanismos de recuperação e resolução de instituições financeiras*. Dissertação de mestrado, Mestrado de direito e gestão, Faculdade de direito, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

GAROUPA, NUNO - *As dimensões esquecidas das medidas de resolução bancária*. E-Pública, Revista Eletrónica de Direito Público, vol. 3, n.º 1. 2016.

GHIURCO, Raluca Tabita – *As Instituições de Supervisão Financeira em Moçambique*. Revista de Concorrência e Regulação. N.º 20-21. outubro 2014/março 2015. PP 237-260

GONÇALVES, Maria do Rosário de Carvalho Lira Ferreira Soares – *A resolução Bancária e o saneamento das instituições de crédito. Uma mudança de paradigma*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Direito das Empresas, Departamento de Economia Política, Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. 2015.

HAAN, Jakob de; OOSTESLOO, Sander; SCHOENMAKER, Dirk - *Financial Markets and Institutions: A Europe Perspective*. Second edition, Cambridge University Press. 2015.

HOWELLS, Peter. BAIN, Keith. *Financial Markets and Institutions*. 3rd. Ed. London. 2000.

ISSM. *Relatório anual sobre a atividade seguradora - relativo ao exercício de 2016*. Agosto de 2017.

KPMG Auditores e Consultores, SA: SPEED-USAID. *Estudo Sobre o Custo de Financiamento em Moçambique – Impacto no Desenvolvimento Empresarial*. Dezembro de 2014.

KPMG/AMB. Pesquisa sobre o Sector Bancário – Banking Survey. 2016.

LEVINE, Ross. *Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda Journal of Economic Literature*. Vol. XXXV – University of Virginia. June 1997

MACHADO, Pedro – *O bail-in enquanto novo paradigma para a resolução bancária: discricionariedade e dever de cuidado*. E-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público, vol. 3, n.º 1, 2016, versão On-line ISSN 2183-184X.

MATIAS, Armindo Saraiva- *Direito Bancário*. Coimbra Editora. ISBN 972-32-0816-4. 1998.

MONCADA, Luís Cabral de. *Os Poderes de Resolução do Banco de Portugal e o Banco Espírito Santo*

MOREIRA, Vital Martins, CANOTILHO, José Joaquim Gomes, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra Editora. 2007

NIER, Martin. *The Need For Special Resolution Regimes for Financial Institutions – The Case of the European Union*. 2012.

PESSOA, Diogo; Leite, Marta Vasconcelos – *A resolução de instituições de crédito: o regime nacional*. Working Paper, n.º 01/2016, Mestrado empresarial, Faculdade de Direito, Universidade Católica Portuguesa. 2015.

PINA, Carlos Costa - *Instituições e Mercados Financeiros*. Almedina. 2004.

PINTO, Frederico de Lacerda da Costa. "Supervisão do mercado, legalidade da prova e direito de defesa em processos de contraordenação", in AAVV, *Supervisão, Direito ao Silêncio e Legalidade da Prova*, Lisboa: Almedina/CMVM. 2009.

RAPOSO, João Paulo Vasconcelos – *Regime europeu de recuperação e resolução de instituições financeiras: resposta efetiva ou “wishful thinking”? A solução do BES como “case study”*. Julgar online, outubro de 2016.

ROCIO, Joana – *Medidas de resolução no caso BES. Uma análise do mecanismo de resolução aplicado ao Banco Espírito Santo*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Direito Empresarial, Faculdade de Direito, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa 2015.

RODRIGUES, Sofia Nascimento. *A Reforma do Sistema Português de Supervisão Financeira*. Coimbra Editora

ROQUE, Ana. *Regulação do Mercado – Novas tendências*. Quid júris – Sociedade Editora. 2004.

SANTOS, Fernando Teixeira dos. *O sistema financeiro e a globalização. A regulação do sistema financeiro*. Conferência no ISEG, 2002

SANTOS, Luís Máximo- *O Novo Regime Jurídico de Recuperação de Instituições de Crédito: Aspetos Fundamentais*. Revista de Regulação e Concorrência. 2012.

SARAIVA, Rute. *Direito dos Mercados Financeiros*. 2ª Edição, Lisboa-AAFDL. 2015.

SILVA, Mariana Duarte – *Os novos regimes de intervenção e liquidação aplicáveis às instituições de crédito*. O novo direito bancário, Almedina. 2012, pp. 373-437.

XAVIER, Pedro Lobo – *Das Medidas de Resolução de Instituições de Crédito em Portugal – Análise do Regime dos Bancos de Transição*. Revista de Concorrência e Regulação. N.º 18. abril/junho 2014. PP 147-201

**Legislação:**

**i. De Moçambique**

Constituição da República de Moçambique - Boletim da República Popular de Moçambique, I Série, nº1, de 25 de junho de 1975

Constituição da República de Moçambique de 1990

Constituição da República de Moçambique de 2004

Lei n.º 2/80, de 16 de junho, que Cria a moeda de unidade nacional designada METICAL

Lei nº 1/92, de 1 de novembro – Lei Orgânica do Banco de Moçambique.

Lei nº 13/92, BR n.º 42, I Série, 14 de outubro de 1992 – Acordo Geral de Paz

Lei nº 15/99, de 1 de novembro – Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9/2004, de 21 de julho.

Lei n.º 7/2005, de 20 de dezembro - Cria a Taxa de Conversão do Metical em circulação para o Metical da nova família

Decreto-Lei n.º 03/77, de 13 de janeiro – Cria a Empresa Moçambicana de Seguros -EMOSE, empresa estatal.

Decretos n.º 48/98 e 49/98, ambos de 22 de setembro- Aprova o Regulamento do Mercado de Valores Mobiliários e a Criação da Bolsa de Valores de Moçambique.

Decreto nº 56/2004, de 10 de dezembro – Aprova o Regulamento da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Código do Mercado de Valores Mobiliários, aprovado, respetivamente, pelo Decreto n.º 45/07, de 30 de outubro, e pelo Decreto lei n.º 4/2009, de 24 de julho – Regula a Bolsa de Valores de Moçambique.

Decreto-Lei n.º 01/2010, de 31 de dezembro, ao abrigo do disposto no artigo 31 do Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto n.º 029/2012, de 26 de julho - aprova o regime geral dos seguros.

Decreto-Lei n.º 01/2010, de 31 de dezembro, ao abrigo do disposto no artigo 31 do Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto n.º 029/2012, de 26 de julho – Aprova o Regulamento Interno do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique

Decreto n.º 49/2010, de 11 de novembro - Aprova o Regulamento do Fundo de Garantia de Depósitos em Moçambique.

Aviso n.º 2/GBM/2013, de 29 de abril, do Governador do Banco de Moçambique - Aprova o Plano de Contingências para as Instituições de Crédito.

Aviso n.º 3/GBM/2013, de 29 de abril, do Governador do Banco de Moçambique - Aprova a Assistência de Liquidez de Emergência.

Aviso n.º 3/GBM/2012, de 13 de dezembro, do Governador do banco de Moçambique - Estabelece o âmbito e o calendário para a introdução em Moçambique, das alterações ao regime prudencial e às regras de adequação de fundos próprios, nos termos do Acordo de Basileia II.

## **ii. De Portugal**

Constituição da República Portuguesa. 2ª Edição. Almedina. 2015.

Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, tendo a última alteração sido introduzida pela Lei n.º 23-A/2015, de 26 de março e Lei n.º 39/2015, de 25 de maio.

Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei, n.º 298/92, de 31 de dezembro, tendo a última alteração sido introduzida pelo Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro e 20/2016, de 20 de abril.

Lei n.º 4/2012, de 11 de janeiro, que procede à terceira alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro - Estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro - Confere poderes ao Banco de Portugal para intervir em instituições sujeitas à sua supervisão em situações de desequilíbrio financeiro, procede à criação de um Fundo de Resolução e, bem assim de um procedimento prejudicial de liquidação para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, sendo ainda alterados outros aspetos relacionados com o processo de liquidação.



### iii. Jurisprudência

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa. Proc. 48/16.3T8LSB-L1-7, Relator: SOUSA, Luís Filipe Pires de. Lisboa, 2017. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/123abcd247e0fba5802580f1002ec81c?OpenDocument>

### iv. Diretiva da União Europeia

Diretiva 2014/59/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014 - Estabelece regras e procedimentos relativos à recuperação e resolução das instituições de crédito e de empresas de investimento.

### Internet

ARMOUR, Jonh; et. al. *Principles of financial regulation*. Law Working Paper, n.º 277/2014, ECGI (2014). Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2393998](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2393998)

RELATÓRIO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL n.º 16/9, de janeiro de 2016 - República de Moçambique. *International Monetary Fund • Publication Services*. Web: <<http://www.imf.org>>.

RECUPERAÇÃO E RESOLUÇÃO BANCÁRIA. Disponível no site: <http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/banking-union/single-rulebook/bank-recovery-resolution/>. Acesso em: 06 de novembro de 2015. Sem paginação na Internet.

KPMG/AMB. *Pesquisa sobre o Sector Bancário – Banking Survey 2016*, p. 2. Disponível em: <http://www.amb.co.mz/index.php/estudos-e-publicacoes/pesquisa-do-sector-bancario/67--25/file>

FMI. Relatório do FMI n.º 12/148. (P). *Moçambique: Quarta Avaliação ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e Pedido de Modificação de Critérios de Avaliação — Relatório do Corpo Técnico, Análise da Sustentabilidade da Dívida, Anexo Informativo, Comunicado de Imprensa sobre a Discussão no Conselho de Administração e Pronunciamento do Administrador do FMI para Moçambique*. *International Monetary Fund - Publication Services*- Washington. Disponível em: <http://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2012/cr12148p.pdf>

DELOITTE. *Mozambique Economic Update Resilience on the path to improvement*. November 2017.

Disponível

em:

[https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/africa/DeloitteZ  
A Mozambique Economic Update November 2017.pdf](https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/africa/DeloitteZA Mozambique Economic Update November 2017.pdf)

Bank for International Settlements- Financial Stability Institute. *FSI Survey – Basel II, 2.5 and III Implementation*. July 2015. Disponível em: <https://www.bis.org/fsi/fsiop2015.pdf>.

KPMG Auditores e Consultores, SA: SPEED-USAID. *Estudo Sobre o Custo de Financiamento em Moçambique – Impacto no Desenvolvimento Empresarial*. Dezembro de 2014. <http://www.speed-program.com/wp-content/uploads/2014/12/2014-SPEED-Report-030-Custo-do-Financiamento-em-Mocambique-PT.pdf>

FMI. Relatório do FMI n.º 12/148. (P). *Moçambique: Quarta Avaliação ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e Pedido de Modificação de Critérios de Avaliação — Relatório do Corpo Técnico, Análise da Sustentabilidade da Dívida, Anexo Informativo, Comunicado de Imprensa sobre a Discussão no Conselho de Administração e Pronunciamento do Administrador do FMI para Moçambique*. International Monetary Fund - Publication Services. Washington.

<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2012/cr12148p.pdf>

IMF *Country Report* No. 10/12. *Republic of Mozambique: Financial Sector Assessment program—Financial System Stability Assessment*. January 8, 2010. Washington, D.C

IMF *Country Report* No. 12/148. Republic of Mozambique: Fourth Review Under the Policy Support Instrument and Request for Modification of Assessment Criteria—Staff Report; Debt Sustainability Analysis; Press Release on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director for Mozambique



## **ANEXOS**

*Banco de Moçambique*  
*Governador*

**AVISO Nº 02/GBM/2013**  
**Maputo, 29 de Abril de 2013**

**ASSUNTO: PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA AS INSTITUIÇÕES DE**  
**CRÉDITO**

Havendo necessidade de promover e salvaguardar a solidez financeira, robustez e resiliência das instituições de crédito, os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema bancário, o Banco de Moçambique, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea d) do artigo 37 da Lei nº 1/92, de 3 de Janeiro – Lei Orgânica do Banco de Moçambique, conjugada com o artigo 54 da Lei nº 15/99, de 1 de Novembro – Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, actualizada pela Lei nº 9/2004, de 21 de Julho, aprova:

**O Plano de Contingência para as Instituições de Crédito, abreviadamente Plano de Contingência, o qual consta do anexo ao presente Aviso e dele faz parte.**

O presente Aviso entra em vigor na data da sua publicação.

As dúvidas que surgirem na interpretação e aplicação do presente Aviso serão esclarecidas pelo Departamento de Supervisão Bancária do Banco de Moçambique.

  
Ernesto Gouveia Gove  
Governador

*Banco de Moçambique*  
*Governador*

**REGULAMENTO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA AS INSTITUIÇÕES  
DE CRÉDITO**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1  
(Objecto e âmbito de aplicação)**

O presente Plano de Contingência estabelece um conjunto de medidas destinadas a prevenir ou a minimizar a ocorrência de distúrbios financeiros e/ou crises no sistema bancário, de forma geral, e nas instituições de crédito autorizadas a captar depósitos, de forma particular, que possam condicionar o seu funcionamento.

**Artigo 2  
(Definições)**

Para efeitos do presente Plano de Contingência, entende-se por:

- a) **Assistência de Liquidez de Emergência** – a facilidade de crédito de última instância, providenciada pelo Banco de Moçambique, destinada a apoiar instituições de crédito autorizadas a captar depósitos, que sejam solventes mas com problemas temporários de liquidez;
- b) **Crédito com incumprimento** – tal como definido nos termos do Aviso que aprova o Regime sobre Provisões Regulamentares Mínimas, emitido pelo Banco de Moçambique;
- c) **Distúrbios financeiros ou abreviadamente distúrbios**, – as situações anómalas de perturbação ou turbulência, caracterizadas, nomeadamente, por falta de liquidez e solvabilidade, que podem condicionar o normal funcionamento das instituições de crédito, de forma individual, e do sistema bancário, de forma geral, cuja persistência é susceptível de conduzir à perda de confiança por parte dos clientes e do público em geral;
- d) **Distúrbios sistémicos ou crises** – os que resultam de duas ou mais das seguintes situações:
  - (i) os distúrbios ocorrem numa ou mais instituições que controlam 4% ou mais do total do activo do sistema bancário;
  - (ii) 4% ou mais do total dos depósitos do sistema bancário tenham sido levantados em, pelo menos, 2 dias;

1





*— Banco de Moçambique —*  
*Governador*

- (iii) 25% ou mais do crédito no sistema bancário seja de cobrança incerta;
  - (iv) 25% ou mais das instituições do sistema bancário tenham solicitado assistência de liquidez de emergência;
  - (v) 25% ou mais das instituições do sistema bancário tenham sido suspensas da compensação por não regularizarem os seus descobertos.
- e) **Fundos próprios e fundos próprios de base** – tal como definidos nos termos do Aviso sobre fundos próprios, emitido pelo Banco de Moçambique;
- f) **Instituição adequadamente capitalizada** – a instituição de crédito cujo rácio de solvabilidade seja igual ou superior a 8% e inferior a 10%;
- c) **Instituição com activos de muito baixa qualidade** – a instituição de crédito que se encontra em pelo menos uma das seguintes situações:
- (i) A proporção entre o crédito de cobrança incerta e o total do crédito seja igual ou superior a 10%;
  - (ii) A exposição ao risco com um cliente ou com pessoas correlacionadas seja igual ou superior a 35% dos seus fundos próprios.
- d) **Instituição com activos de baixa qualidade** – a instituição de crédito que se encontra em qualquer das seguintes situações:
- (i) A proporção entre o crédito de cobrança incerta e o total do crédito seja superior a 5% e inferior a 10%;
  - (ii) A exposição ao risco com um cliente ou com pessoas correlacionadas seja igual ou superior a 25% e inferior a 35% dos seus fundos próprios;
  - (iii) O valor agregado dos grandes riscos assumidos exceda o óctuplo dos fundos próprios;
  - (iv) Tenha práticas de gestão de crédito deficientes, de acordo com os relatórios de inspecção do Banco de Moçambique;
  - (v) Não cumpra com as políticas institucionais em relação ao crédito.
- e) **Instituição com crescimento excessivo de resultados** – a instituição de crédito que se encontra numa das seguintes situações:

*A Aplicação dos Mecanismos de Resolução Bancária no Direito Moçambicano.  
Uma Abordagem à Luz do Direito Português.*

*— Banco de Moçambique —  
Governador*

- (i) Crescimento de mais de 25% de receitas operacionais em relação ao período anterior, por mais de 3 meses consecutivos;
  - (ii) Crescimento de mais de 50% de receitas operacionais comparativamente às despesas operacionais durante o exercício económico.
- f) **Instituição com falhas persistentes do sistema informático** – a instituição de crédito que se encontra numa das seguintes situações:
- (i) Falhas no sistema informático que dificultem as transacções dos clientes por, pelo menos, 3 dias consecutivos;
  - (ii) Falhas no sistema informático que impossibilitem a instituição de crédito de reportar a sua situação financeira e/ou prudencial ao Banco de Moçambique, por mais de 3 dias para reportes diários e mais de sete dias para reportes mensais.
- h) **Instituição com resultados decrescentes** – a instituição de crédito que se encontra numa das seguintes situações:
- (i) Tenha prejuízos durante 3 meses consecutivos;
  - (ii) Tenha queda de, pelo menos, 20% nas receitas operacionais em relação ao mês anterior;
  - (iii) Tenha práticas de gestão de crédito deficientes, de acordo com os relatórios de inspecção do Banco de Moçambique.
- i) **Instituição com resultados inconsistentes** – a instituição de crédito que se encontra numa das seguintes situações:
- (i) Dependendo persistentemente de resultados extraordinários para melhorar os seus lucros;
  - (ii) Previsão incerta e negativa de resultados dos 12 meses seguintes.
- j) **Instituição criticamente descapitalizada** – a instituição de crédito cujo rácio de solvabilidade seja inferior a 4%;
- k) **Instituição criticamente ilíquida** – a instituição de crédito que se encontra numa ou mais das seguintes situações:

3 



*— Banco de Moçambique —*  
*Governador*

- (i) Cobertura de responsabilidades inferior a 50%, tanto para responsabilidades à vista ou com prazo residual de vencimento até 30 dias quanto para responsabilidades com prazo residual de vencimento superior a 30 dias;
  - (ii) Esteja suspensa da compensação ou tenha descoberto não regularizado com o Banco de Moçambique por mais de 5 dias consecutivos;
  - (iii) Seja tomadora de empréstimos no MMI correspondentes a mais de 25% do total dos seus depósitos durante, pelo menos, 90 dias consecutivos.
- l) **Instituições de crédito autorizadas a captar depósitos, ou abreviadamente instituições de crédito** – espécies de instituições de crédito que nos termos da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras estão autorizadas a captar depósitos;
- m) **Instituição descapitalizada** – a instituição de crédito cujo rácio de solvabilidade seja igual ou superior a 6% e inferior a 8%;
- n) **Instituição ligeiramente ilíquida** – a instituição de crédito que se encontra numa ou mais das seguintes situações:
- (i) Cobertura de responsabilidades igual ou superior a 75% e inferior a 100%, tanto para responsabilidades à vista ou com prazo residual de vencimento até 30 dias quanto para responsabilidades com prazo residual de vencimento superior a 30 dias;
  - (ii) Que de forma reiterada capta depósitos do público à taxa de juro superior a 25% da taxa média do mercado.
- p) **Instituição que não cumpre com os procedimentos estatuídos** – a instituição de crédito que não cumpre com os procedimentos e posturas impostas pela respectiva administração e pelas autoridades em geral;
- q) **Instituição satisfatoriamente capitalizada** – a instituição de crédito cujo rácio de solvabilidade seja igual ou superior a 10%;
- r) **Instituição significativamente descapitalizada** – a instituição de crédito cujo rácio de solvabilidade seja igual ou superior a 4% e inferior a 6%;
- s) **Instituição significativamente ilíquida** – a instituição de crédito que se encontra numa ou mais das seguintes situações:

*— Banco de Moçambique —  
Governador*

- (i) Cobertura de responsabilidades igual ou superior a 50% e inferior a 75%, tanto para responsabilidades à vista ou com prazo residual de vencimento até 30 dias quanto para responsabilidades com prazo residual de vencimento superior a 30 dias;
  - (ii) Que tenha descoberto não regularizado com o Banco de Moçambique durante dois a cinco dias consecutivos;
  - (iii) Que seja tomadora de empréstimos, no Mercado Monetário Interbancário, correspondentes a até 25% do total dos seus depósitos, durante 90 dias consecutivos;
  - (iv) Que tenha recorrido à assistência de liquidez de emergência por mais de duas vezes por semestre.
- t) **Medidas de intervenção correctiva** – é o conjunto de medidas recomendadas ou impostas pelo Banco de Moçambique, destinadas a eliminar ou minimizar a ocorrência de distúrbios financeiros numa instituição;
- u) **Medidas de intervenção preventiva** – é o conjunto de medidas recomendadas ou impostas pelo Banco de Moçambique, destinadas a prevenir a ocorrência de distúrbios financeiros numa instituição de crédito;
- v) **Medidas de resolução** – é o conjunto de medidas e procedimentos impostos pelo Banco de Moçambique que visam recuperar a instituição de crédito quando a intervenção correctiva tiver falhado;
- t) **Plano de contingência para as Instituições de crédito ou plano de contingência** – o conjunto de medidas e mecanismos de coordenação que visam minimizar a ocorrência de distúrbios que possam condicionar o normal funcionamento das instituições de crédito e do sistema bancário, visando, em última instância, promover a sua estabilidade e credibilidade;
- u) **Problemas temporários de liquidez** – os que decorrem da incapacidade de uma instituição solvente em pagar, nos prazos estabelecidos, as suas dívidas com maturidade de até trinta (30) dias.

**Artigo 3  
(Finalidade)**

O presente Plano de Contingência tem como finalidade:

- a) Mitigar o risco sistémico;



*— Banco de Moçambique —*  
*Governador*

- b) Salvar a solidez financeira das instituições de crédito, o interesse dos depositantes e a estabilidade do sistema bancário;
- c) Salvar o interesse dos contribuintes e do erário público; e
- d) Promover a transparência e a confiança no sistema bancário.

**Artigo 4**  
**(Princípios gerais)**

1. A aplicação das medidas previstas no presente Plano de Contingência obedece aos princípios da adequação e da proporcionalidade, tendo em conta o risco ou o grau de incumprimento, por parte da instituição de crédito, das normas legais e regulamentares que disciplinam a sua actividade, bem como a gravidade das respectivas consequências na solidez financeira da instituição em causa, no interesse dos depositantes ou na estabilidade do sistema financeiro.
2. Na adopção das medidas previstas no presente Plano de Contingência, o Banco de Moçambique não se encontra vinculado a observar qualquer relação de precedência, estando habilitado, de acordo com as exigências de cada situação e os princípios indicados no artigo anterior, a combinar medidas de natureza diferente, sem prejuízo, em qualquer caso, da verificação dos respectivos pressupostos de aplicação.

**CAPÍTULO II**  
**MEDIDAS APLICÁVEIS ÀS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

**SECÇÃO I**  
**Disposição geral**

**Artigo 5**  
**(Medidas gerais)**

Quando uma instituição de crédito não cumpra, ou esteja em risco de não cumprir, normas legais ou regulamentares que disciplinem a sua actividade, o Banco de Moçambique, tendo em conta os princípios gerais enunciados no artigo 4 do presente Plano de Contingência, pode determinar a aplicação, no prazo que fixar, de uma ou mais das seguintes medidas:

- a) Elevação dos fundos próprios a níveis superiores ao mínimo estabelecido;



*— Banco de Moçambique —  
Governador*

- b) Reforço das disposições, processos, mecanismos e estratégias criados para efeitos de governação corporativa, controlo interno e auto-avaliação de riscos;
- c) Apresentação de um plano de recuperação e saneamento;
- d) Imposição da constituição de provisões especiais;
- e) Restrições ao exercício de determinados tipos de actividades;
- f) Restrições à concessão de crédito e à aplicação de fundos em determinadas espécies de activos;
- g) Restrições à recepção de depósitos, em função das respectivas modalidades de remuneração;
- h) Proibição ou limitação da distribuição de dividendos;
- i) Proibição ou limitação do pagamento de bónus e aumentos salariais;
- j) Sujeição de certas operações ou actos à prévia aprovação do Banco de Moçambique;
- k) Nomeação de administradores provisórios;
- l) Recomendação de substituição ou afastamento de gestores;
- m) Revogação da autorização do exercício de actividade;
- n) Outras medidas que considerar necessárias.

**SECÇÃO II**  
**Medidas de intervenção preventiva**

**Artigo 6**  
**(Adequação de capitais)**

Quando no decurso da supervisão off-site ou inspecção on-site forem detectados sinais de que uma Instituição de crédito adequadamente capitalizada esteja a conduzir os seus negócios de maneira imprudente ou que poderá incorrer em perdas que possam torná-la descapitalizada, o Banco de Moçambique pode tomar uma ou mais das seguintes medidas:

7 



*— Banco de Moçambique —*  
*Governador*

- a) Enviar uma matriz de recomendações à instituição de crédito, que descreva os problemas identificados, as medidas a tomar e os respectivos prazos de adequação;
- b) Proibir ou limitar a declaração e o pagamento de dividendos;
- c) Recomendar a suspensão ou a substituição do gestor responsável;
- d) Intensificar a supervisão prudencial da instituição de crédito;
- e) Outras medidas que considerar necessárias.

**Secção III**  
**Medidas de intervenção correctiva**

**Artigo 7**  
**(Liquidez)**

- 1. Quando uma instituição de crédito se torne ligeiramente ilíquida, o Banco de Moçambique pode tomar uma ou mais das seguintes medidas:
  - a) Solicitar à instituição de crédito que explique os motivos da não observância do rácio de cobertura das responsabilidades;
  - b) Solicitar à instituição de crédito que apresente um plano de recuperação de liquidez, que deverá ser aprovado pelo Banco de Moçambique;
  - c) Conceder assistência de liquidez de emergência, a pedido da instituição de crédito;
  - d) Outras medidas que considerar necessárias.
- 2. Quando uma instituição se torne significativamente ilíquida, para além das medidas previstas no número anterior, o Banco de Moçambique pode ainda:
  - a) Solicitar à instituição de crédito que explique as razões da não recuperação da liquidez bem como as acções que levará a cabo para inverter a situação;
  - b) Realizar inspecção “ad-hoc” à instituição;
  - c) Solicitar à instituição de crédito que intensifique acções visando a recuperação do crédito em risco;

*— Banco de Moçambique —  
Governador*

d) Suspender a instituição de crédito de participar na compensação até à regularização da sua situação de descoberto.

3. Quando uma instituição de crédito se torne criticamente ilíquida, para além das medidas previstas nos números 1 e 2 do presente artigo, o Banco de Moçambique pode ainda:

a) Aconselhar a instituição a solicitar assistência de liquidez de emergência;

b) Recomendar a suspensão ou a substituição de um, vários ou todos os gestores da instituição de crédito.

**Artigo 8  
(Adequação de capitais)**

1. Quando uma instituição de crédito se torne descapitalizada, para além das medidas previstas no artigo 6 do presente plano de contingência, o Banco de Moçambique pode ainda:

a) Proibir ou restringir que a instituição de crédito faça investimentos nas subsidiárias e/ou empresas correlacionadas;

b) Proibir ou restringir que a instituição de crédito faça novos investimentos em imobilizado;

c) Impor que a instituição de crédito reforce as medidas de controlo interno e a melhoria dos sistemas de gestão de riscos;


d) Exigir que os accionistas recapitalizem a instituição de crédito;

e) Proibir ou limitar a declaração e o pagamento de dividendos;

f) Recomendar o afastamento de um, vários ou todos os gestores da instituição de crédito;

g) Outras medidas que considerar necessárias.

2. Quando uma instituição se torne significativamente descapitalizada, para além das medidas previstas no número anterior, o Banco de Moçambique pode ainda:

9 



*— Banco de Moçambique —*  
*Governador*

- a) Condicionar a concessão de novos créditos aos reembolsos recebidos pela instituição de crédito. A concessão de novos créditos apenas abrangerá os que para efeitos do cálculo do rácio de solvabilidade sejam ponderados a zero por cento;
  - b) Solicitar à instituição de crédito em causa que apresente um plano de reestruturação e saneamento, que deve ser aprovado pelo Banco de Moçambique, e que descreva:
    - (i) As acções a serem desencadeadas visando a adequação de capitais;
    - (ii) A forma como devem ser injectados os novos capitais;
    - (iii) Os níveis de capitais que devem ser alcançados por cada trimestre de vigência do plano até que, pelo menos, a instituição de crédito se torne, de novo, adequadamente capitalizada;
  - c) Exigir que os accionistas encontrem novos parceiros ou vendam a instituição de crédito no prazo máximo de 6 (seis) meses. Os novos parceiros ou accionistas estão sujeitos à prévia aprovação do Banco de Moçambique.
3. Quando uma instituição de crédito se torne criticamente descapitalizada, para além das medidas previstas nos números 1 e 2 do presente artigo, o Banco de Moçambique pode ainda intervir na mesma, designando um ou mais administradores provisórios.

**Secção IV**  
**Outras medidas de intervenção correctiva**

**Artigo 9**  
**(Qualidade dos activos)**

1. Quando uma instituição de crédito tenha activos de baixa qualidade, o Banco de Moçambique pode tomar uma ou mais das seguintes medidas:
- a) Realizar uma inspecção “ad-hoc” à instituição, para determinar as causas do incremento do crédito com incumprimento;
  - b) Solicitar à instituição de crédito que apresente um plano de reestruturação e saneamento do crédito, que deverá ser aprovado

*— Banco de Moçambique —  
Governador*

pelo Banco de Moçambique, para resolver o problema em 3 meses;

- c) Solicitar à instituição de crédito que melhore as práticas de administração do crédito;
- d) Solicitar à instituição de crédito que constitua provisões adicionais de crédito;
- e) Outras medidas que considerar necessárias.

2. Quando uma instituição de crédito tenha activos de muito baixa qualidade, para além das medidas referidas no artigo anterior, o Banco de Moçambique pode ainda tomar uma ou mais das seguintes:

- a) Obrigar a instituição de crédito a solicitar o reembolso dos créditos concedidos à margem da política institucional em vigor;
- b) Proibir ou restringir a concessão de crédito às subsidiárias e/ou às empresas e pessoas correlacionadas;
- c) Obrigar a instituição de crédito a desinvestir das subsidiárias e/ou empresas correlacionadas cuja actividade lhe possa ser prejudicial.

#### **Artigo 10 (Resultados)**

1. Quando uma instituição de crédito tenha resultados decrescentes, o Banco de Moçambique pode tomar uma ou mais das seguintes medidas:

- a) Solicitar à instituição de crédito que explique as razões do declínio dos resultados;
- b) Proibir ou restringir a aprovação de novas nomeações para cargos ao nível do Conselho de Administração e/ou outros órgãos de gestão;
- c) Outras medidas que considerar necessárias.

2. Quando uma instituição de crédito tenha resultados inconsistentes, para além das medidas previstas no número anterior, o Banco de Moçambique pode ainda tomar uma ou mais das seguintes medidas adicionais:



*— Banco de Moçambique —*  
*Governador*

- a) Solicitar à instituição de crédito que apresente um plano de reestruturação do negócio e do activo que explique como a instituição irá proceder ao incremento dos resultados com base nas suas operações ordinárias;
  - b) Proibir ou restringir o pagamento de dividendos e de bónus aos accionistas, gestores e trabalhadores da instituição.
3. Quando uma instituição de crédito tenha incremento excessivo de resultados, o Banco de Moçambique pode tomar uma ou mais das seguintes medidas adicionais:
- a) Realizar inspecção “ad-hoc” à instituição de crédito para apurar as razões do incremento excessivo de resultados;
  - b) Verificar se a instituição de crédito cumpre ou não com as taxas e comissões em vigor;
  - c) Solicitar à instituição para que envie as suas projecções financeiras e justifique as variações significativas verificadas nas receitas.

**Artigo 11**  
**(Procedimentos estatuidos)**

Quando uma instituição de crédito não cumpra com os procedimentos estatuidos, o Banco de Moçambique pode tomar uma ou mais das seguintes medidas:

- a) Solicitar o comprometimento, por escrito, da instituição de crédito sobre a necessidade de cumprir com o manual de operações;
- b) Advertir a instituição de crédito caso as constatações feitas anteriormente não tenham sido observadas;
- c) Recomendar o afastamento de um, vários ou todos os gestores da instituição de crédito caso as constatações feitas anteriormente não tenham sido corrigidas;
- d) Outras medidas que considerar necessárias.

*— Banco de Moçambique —  
Governador*

**Artigo 12  
(Fraudes)**

Quando o Banco de Moçambique detecte situações de fraudes numa instituição, pode tomar uma ou mais das seguintes medidas:

- a) Solicitar à instituição de crédito que esclareça por escrito as razões do incremento anormal de casos de fraude e apresente proposta de medidas correctivas a tomar;
- b) Examinar o processo de controlo interno e o manual de operações da instituição;
- c) Realizar inspecção "ad-hoc" à instituição de crédito;
- d) Outras medidas que considerar necessárias.

**Artigo 13**

Quando uma instituição de crédito não implemente recomendações dos auditores internos e externos, ou das inspecções levadas a cabo no âmbito da supervisão bancária, o Banco de Moçambique pode tomar uma ou mais das seguintes medidas:

- a) Solicitar à instituição de crédito que implemente as recomendações no prazo máximo de 3 meses;
- b) Recomendar o afastamento de um, vários ou todos os gestores caso a instituição não tenha acatado a solicitação referida na alínea anterior;
- c) Outras medidas que considerar necessárias.

**Artigo 14  
(Sistemas informáticos)**

Quando uma instituição de crédito tenha falhas persistentes nos sistemas informáticos, o Banco de Moçambique pode tomar uma ou mais das seguintes medidas:



*— Banco de Moçambique —*  
*Governador*

- a) Realizar inspecção “ad-hoc” para determinar as causas das falhas;
- b) Proceder à realização de auditoria informática;
- c) Discutir o problema, caso persista, com o Conselho de Administração e/ou com o órgão de gestão da instituição de crédito;
- d) Outras medidas que considerar necessárias.

**Secção V**  
**Medidas Resolução**

**Artigo 15**  
**(Finalidade das Medidas de Resolução)**

O Banco de Moçambique pode aplicar, relativamente às instituições de crédito, as medidas previstas no presente capítulo, com o objectivo de prosseguir qualquer das seguintes finalidade:

- a) Assegurar a continuação da prestação dos serviços financeiros essenciais;
- b) Acautelar o risco sistémico;
- c) Salvaguardar os interesses dos contribuintes e do erário público;
- d) Salvaguardar a confiança dos depositantes.

**Artigo 16**  
**(Princípios das Medidas de Resolução)**

1. Na aplicação das medidas de resolução deve-se assegurar que os accionistas e os credores da instituição de crédito em causa assumam prioritariamente os prejuízos, de acordo com a respectiva hierarquia e em condições de igualdade dentro de cada classe de credores.
2. O disposto no número anterior não abrange os depósitos garantidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos.
3. A aplicação das medidas de resolução não depende da prévia aplicação de medidas de intervenção correctiva.

*— Banco de Moçambique —  
Governador*

4. A aplicação de uma medida de resolução não prejudica a possibilidade de aplicação, a qualquer momento, de uma ou mais medidas de intervenção correctiva.

**Artigo 17  
(Medidas de Resolução)**

Constituem medidas de resolução:

- a) A venda parcial ou total da instituição de crédito a investidores interessados ou outras entidades autorizadas a desenvolver a mesma actividade;
- b) A venda parcial ou total dos activos e a assumpção parcial ou total dos passivos da instituição de crédito por investidores interessados ou outras entidades autorizadas a desenvolver a mesma actividade;
- c) Revogação da autorização do exercício da actividade.

**Artigo 18  
(Aplicação das Medidas de Resolução)**

- 1. O Banco de Moçambique pode tomar qualquer das medidas de resolução previstas no artigo anterior, quando verificar que:
  - a) A instituição de crédito não cumpre com as normas legais e regulamentares que disciplinam a sua actividade; ou
  - b) A tomada das medidas de intervenção correctiva previstas na Secção III do presente Plano de Contingência, não permitiu recuperar a instituição.
- 2. A revogação da autorização do exercício da actividade implica a dissolução e liquidação da instituição de crédito, nos termos previstos na Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, bem como na Lei que regula a Liquidação Administrativa das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.
- 3. O Banco de Moçambique pode convidar o Fundo de Garantia de Depósitos a participar no processo de dissolução e liquidação da instituição de crédito, para efeitos de reembolso dos depósitos.



*— Banco de Moçambique —*  
*Governador*

### **CAPÍTULO III DISTÚRBIOS SISTÉMICOS OU CRISES**

#### **Artigo 19 (Mecanismo de coordenação e disponibilização de fundos)**

1. Para lidar com prováveis distúrbios sistémicos ou crises no sistema bancário o Banco de Moçambique estabelece um mecanismo interno de coordenação, o qual é responsável pelo intercâmbio com o Governo e outras Autoridades de Supervisão do Sistema Financeiro.
2. Podem vir a ser definidos critérios para a disponibilização de fundos para apoiar as instituições afectadas por distúrbios sistémicos ou crise.

### **CAPÍTULO IV (PLANO DE CONTINGÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO)**

#### **Artigo 20 (Elaboração do Plano de contingência das instituições de crédito)**

1. Cada instituição de crédito deve possuir o seu próprio plano de contingência e criar mecanismos de implementação facilmente inspeccionáveis, cuja elaboração é da responsabilidade do respectivo Conselho de Administração.
2. O plano de contingência das instituições de crédito está sujeito à aprovação do Banco de Moçambique e deve ser actualizado anualmente.
3. O Banco de Moçambique pode conceber um guião para a elaboração do plano de contingência das instituições de crédito.

### **CAPÍTULO V COORDENAÇÃO**

#### **Artigo 21 (Coordenação com outras Autoridades reguladoras e supervisoras)**

1. O Banco de Moçambique pode coordenar acções com as demais autoridades reguladoras e supervisoras do sistema financeiro nacional e de outros países, em regime de reciprocidade, para a identificação dos riscos e

*— Banco de Moçambique —  
Governador*

problemas que possam advir e afectar as instituições de crédito que operam em Moçambique, bem como a sua resolução.

2. A coordenação de acções com as autoridades reguladoras e supervisoras nacionais e estrangeiras referida no número anterior deve ser formulada através da assinatura ou reformulação de Memorandos de Entendimento que definem a natureza e os termos da informação a ser partilhada.

## **CAPÍTULO VI DISPOSIÇÃO FINAL**

### **Artigo 22 (Regime sancionatório)**

A adopção das medidas previstas no presente Plano de Contingência não obsta a que, em caso de infracção, sejam aplicadas as sanções previstas na Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

  
17



*Banco de Moçambique*  
*Governador*

**AVISO Nº 03/GBM/2013**  
**Maputo, 29 de Abril de 2013**

**ASSUNTO: ASSISTÊNCIA DE LIQUIDEZ DE EMERGÊNCIA**

Havendo necessidade de se estabelecer normas regulamentares específicas para a concessão de Assistência de Liquidez de Emergência às instituições de crédito que captam depósitos em Moçambique e de orientar a sua intervenção na mitigação de riscos sistémicos, o Banco de Moçambique, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea b) do artigo 41 e pela alínea d) do nº 2 do artigo 37 ambas da Lei nº 1/92, de 3 de Janeiro, Lei Orgânica, aprova:

**O Regulamento de Assistência de Liquidez de Emergência às instituições de crédito autorizadas a captar depósitos, em anexo ao presente Aviso, fazendo parte integrante do mesmo.**

O presente Aviso entra em vigor na data da sua publicação.

As dúvidas que surgirem da interpretação e aplicação deste Aviso serão esclarecidas pelo Departamento de Supervisão Bancária.

  
Ernesto Gouveia Góve  
Governador

*— Banco de Moçambique —  
Governador*

**REGULAMENTO DE ASSISTÊNCIA DE LIQUIDEZ DE EMERGÊNCIA**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1  
(Objecto)**

O presente Regulamento estabelece as condições de assistência de liquidez de emergência às instituições de crédito solventes, que captam depósitos, mas com problemas temporários de liquidez.

**Artigo 2  
(Âmbito de aplicação)**

O presente regulamento aplica-se às instituições de crédito que captam depósitos e com necessidade de aceder à linha de crédito para fazer face a problemas temporários de liquidez.

**Artigo 3  
(Definições)**

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

- a) Assistência de Liquidez de Emergência (ALE) – facilidade de crédito de última instância, providenciada pelo Banco de Moçambique, destinada a apoiar instituições de crédito autorizadas a captar depósitos, que sejam solventes mas com problemas temporários de liquidez.
- b) Distúrbios financeiros, abreviadamente distúrbios - situações anómalas de perturbação ou turbulência, caracterizadas, nomeadamente, por falta de liquidez e solvabilidade, que podem condicionar o normal funcionamento das instituições de crédito, de forma individual, e do sistema bancário, de forma geral, cuja persistência é susceptível de conduzir à perda de confiança por parte dos clientes e do público em geral.
- c) Instituição de crédito autorizada a captar depósitos, abreviadamente, instituição de crédito – tal como previsto na Lei das instituições de crédito e sociedades financeiras.
- d) Instituição solvente – instituição de crédito que possui fundos próprios positivos.



*Banco de Moçambique*  
*Governador*

- e) Problemas temporários de liquidez – os que decorrem da incapacidade duma instituição solvente em pagar, nos prazos estabelecidos, aos seus credores ou as suas dívidas com maturidade de até trinta (30) dias e ter esgotado todas as alternativas de liquidez existentes no mercado.
- f) Risco de liquidez – a possibilidade de uma instituição incorrer em perdas por indisponibilidade de meios líquidos de pagamento para fazer face, pontualmente, às obrigações de pagamento.
- g) Risco sistémico – a possibilidade de perturbação generalizada do sistema bancário decorrente de perdas, em virtude de dificuldades financeiras, de uma ou mais instituições financeiras.

## **CAPÍTULO II**

### **CONDIÇÕES DE ACESSO A ASSISTÊNCIA DE LIQUIDEZ DE EMERGÊNCIA**

#### **Artigo 4** **(Objectivo)**

A ALE visa assegurar o bom funcionamento das instituições de crédito e mitigar sinais que possam provocar distúrbios sistémicos e comprometer o normal funcionamento do sistema bancário.

#### **Artigo 5** **(Formulação do pedido e condições de elegibilidade)**

1. As instituições de crédito interessadas em aceder à linha da ALE devem demonstrar, junto do Departamento de Mercados do Banco de Moçambique, que se encontram em face de problemas temporários de liquidez, nomeadamente, provando estarem esgotadas todas as alternativas nos Mercados Interbancários.
2. O pedido de acesso à ALE deve ser efectuado por via electrónica, utilizando a aplicação informática, ou por outro meio de comunicação, a ser indicado pelo Banco de Moçambique.
3. O pedido referido no número anterior deve ser acompanhado da seguinte informação:
  - a) Informação detalhada sobre as necessidades de liquidez;

*— Banco de Moçambique —  
Governador*

- b) Fundamentação do impacto do nível das necessidades de liquidez na estrutura financeira da instituição de crédito solicitante;
  - c) Relação de garantias a prestar nos termos do artigo 7 do presente Regulamento.
  - d) Finalidade específica de aplicação da ALE no âmbito do negócio do Banco.
4. Os procedimentos referidos nos números 1 e 2, bem como os modelos de prestação da informação referida número 3, todos do presente artigo, são definidos por regulamentação específica.
5. O Banco de Moçambique pode solicitar, caso o julgue necessário, quaisquer informações adicionais documentadas das instituições de crédito solicitantes, bem como a verificação da sua autenticidade.
6. Para ser elegível à ALE, a instituição de crédito deve satisfazer, cumulativamente, as seguintes condições:
- a) Ser solvente;
  - b) Possuir fundos próprios superiores aos capitais mínimos aplicáveis à sua espécie; e
  - c) Ter o rácio de solvabilidade não inferior ao mínimo legal.

**Artigo 6**  
**(Confirmação das operações)**

Os princípios e práticas operacionais relativos à confirmação de operações no contexto da ALE são os mesmos que constam da regulamentação relativa ao Sistema de Operações de Mercado (SOM).

**Artigo 7**  
**(Garantias)**

- 1. Para efeitos da alínea d) do nº 4 do artigo 5 do presente Regulamento, são aceites como garantias a prestar a favor do Banco de Moçambique as obrigações do tesouro, os bilhetes do tesouro e outros títulos.
- 2. O Banco de Moçambique reserva-se o direito de avaliar e valorizar os outros títulos mediante as condições específicas do mercado e do risco associado.



*— Banco de Moçambique —*  
*Governador*

3. A data de liquidação dos títulos objecto de garantia, nas operações de ALE, deve ser igual ou posterior à do vencimento do ALE.

**Artigo 8**  
**(Limites)**

1. O montante de crédito para ALE não deve ultrapassar o dobro do montante dos fundos próprios da instituição de crédito solicitante à data da concessão.
2. A soma do capital e juros do mutuário no período considerado não deve exceder o montante das garantias prestadas e avaliadas nos termos do artigo 7 do presente Regulamento.

**Artigo 9**  
**(Moeda de Financiamento)**

O crédito no âmbito da ALE é concedido em moeda nacional.

**Artigo 10**  
**(Taxa de juro)**

A ALE é concedida à taxa de juro mais alta disponível no Mercado Monetário Interbancário, acrescida em quatro pontos percentuais (4 pp).

**Artigo 11**  
**(Maturidade original)**

O prazo de reembolso do crédito concedido no âmbito da ALE, designadamente o capital em dívida e o total de juros, não deve ultrapassar 90 dias, a contar da data-valor da sua concessão. A forma de cálculo do valor do capital e juros a reembolsar, se apresenta em anexo.

**Artigo 12**  
**(Prorrogação do prazo de reembolso)**

1. O Banco de Moçambique, mediante requerimento da instituição de crédito mutuária ou quando as circunstâncias de risco sistémico o justifiquem, pode autorizar a extensão do prazo de reembolso por mais 45 dias, não prorrogáveis.
2. A prorrogação do prazo referido no número anterior deve ser requerida pela instituição de crédito interessada até cinco (5) dias úteis antes do seu

*— Banco de Moçambique —*  
*Governador*

vencimento sendo que na ausência do pedido de prorrogação, o empréstimo é considerado vencido.

3. Sempre que houver prorrogação do prazo de reembolso referido no nº 1 deste artigo, a instituição de crédito deve renovar as garantias prestadas nos termos do artigo 7 do presente Regulamento.

### **CAPÍTULO III MONITORIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DE LIQUIDEZ**

#### **Artigo 13 (Monitorização de aplicação do empréstimo)**

1. As instituições de crédito mutuárias devem remeter a informação ao Banco de Moçambique sobre a aplicação do empréstimo e seu impacto na restauração do seu estado de liquidez numa periodicidade semanal contada a partir da data-valor do empréstimo.
2. O Banco de Moçambique pode realizar, em datas que achar convenientes, inspecções para verificar a conformidade das informações prestadas no número anterior e a evolução da situação de liquidez da instituição.
3. Se se constatar que a ALE não está sendo usada para fins para os quais foi solicitada, a instituição de crédito mutuária é instada a reembolsar o empréstimo e todos os custos inerentes, imediatamente, independentemente da data do seu vencimento, sem prejuízo de eventuais medidas adicionais que o Banco de Moçambique poder aplicar.

### **CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 14 (Incumprimento e sanções)**

1. O incumprimento do prazo do reembolso do empréstimo torna a instituição de crédito mutuária inadimplente, considerando-se o valor do empréstimo automaticamente vencido e exigível na data do seu vencimento, podendo o Banco de Moçambique executar as garantias e proceder à sua negociação no mercado para a reposição do empréstimo concedido.



— Banco de Moçambique —  
Governador

2. Sem prejuízo de outras sanções que ao caso possam caber, nos termos previstos em demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a violação das normas previstas neste Regulamento sujeita a instituição de crédito infractora à suspensão de realização de operações nos mercados monetário e cambial interbancários.

